

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Débora Ferreira Bossa

**PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E LIBERDADE PARA FALAR: Ressonâncias da clínica
psicanalítica no centro socioeducativo**

Belo Horizonte
2023

Débora Ferreira Bossa

**PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E LIBERDADE PARA FALAR: Ressonâncias da clínica
psicanalítica no centro socioeducativo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maris Campos Guerra.

Belo Horizonte

2023

150	Bossa, Débora Ferreira.
B745p	Privação de liberdade e liberdade para falar [manuscrito] : ressonâncias da clínica psicanalítica no centro socioeducativo /
2023	Débora Ferreira Bossa. - 2023. 136 f. Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra.. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia 1. Psicologia - Teses. 2. Psicanálise - Teses. 3. Adolescentes – Teses. 4. Liberdade – Teses. I. Guerra, Andréa Máris Campos . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE DÉBORA FERREIRA BOSSA

Realizou-se, no dia 14 de junho de 2023, às 14:00 horas, Sala 2060 - FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *Privação de liberdade e liberdade para falar: ressonâncias da clínica psicanalítica no centro socioeducativo*, apresentada por DÉBORA FERREIRA BOSSA, número de registro 2020654096, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Nádia Laguárdia de Lima (UFMG), Prof(a). Roselene Ricachenevsky Gurski (UFRGS), Prof(a). Mario Elkin Ramirez Ortiz (Universidad de Antioquia UdeA), Prof(a). Frederico Couto Marinho (UFMG), Prof(a). Antoine Masson (Université de Namur et Catholique de Louvain).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Couto Marinho, Coordenador(a) de curso**, em 15/06/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antoine Philippe P. Masson, Usuário Externo**, em 15/06/2023, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roselene Ricachenevsky Gurski, Usuária Externa**, em 15/06/2023, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Elkin Ramirez Ortiz, Usuário Externo**, em 16/06/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maris Campos Guerra, Professora do Magistério Superior**, em 17/06/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Laguárdia de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 17/06/2023, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2340207** e o código CRC **2238CC17**.

AGRADECIMENTOS

Por fim, há chegado o fim, que se apresenta no começo. Agradecer, verbo transitivo direto, um ato do sujeito sem intermediação da preposição entre o eu e o objeto. Eu agradeço, retribuo, reconheço as graças das pessoas que estiveram comigo nessa árdua e encurtada trajetória.

Agradecer, ato que precede uma disposição recebida. Agradecer, aqui, é um ato de coragem ao reconhecer as vulnerabilidades que marcaram os três anos do desenvolvimento desta pesquisa.

Defender uma tese requer um ritual de passagem subjetiva, como pesquisadora reencontro o fenômeno de pesquisa apto para a avaliação acadêmica; reencontrá-lo e agradecer a quem ofereceu um pouco de seu olhar é percorrer os avanços, deslizos, tantas dúvidas e descobertas que me deparei nesse percurso.

Agradecer nesta tese é retribuir as alegrias e as esperanças depositadas quando em mim territorializaram muitos espaços vazios. Conselhos, questionamentos, validações, expectativas, olhares e vozes terceiras foram fundamentais, quanto necessárias, para fazer valer todo o caminho e esforço, mesmo quando o medo e o nada se presentificaram.

Agradeço imensamente à orientadora Andréa Guerra pela inigualável oportunidade de me lançar ao além mar, em me proporcionar fazer navegar por horizontes que, até então, desconhecia a possibilidade de sonhar. E, pelas tão potentes batalhas do redescobrimento do fazer investigativo de uma psicanálise incomodada. Agradeço ao Psilacs (Laboratório de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo, FAFICH/UFMG) pelas tantas oportunidades de colocar o desejo em cena.

Agradeço ao meu pai Luiz por acreditar que eu podia conquistar o mundo, e conquistei muito mais do que podia imaginar. Ao traço e risco que herdei de ti, pai, dedico meu trilhar. Agradeço a minha mãe Vânia e ao irmão Vinícius por fazerem parte de uma trajetória singular e familiar. A minha tia Leni de quem herdei a profissão, e com que pude encontrar porto seguro e inspiração em dias temerosos.

Aos amigos que se ofereceram como rede de apoio: Alyssa Prado, Anderson Nascimento, Bettieli Silveira, Fabíola Matos, Fernanda Utumi, Poliana Ribeiro. A preciosidade de Lara Rodrigues e seu cuidado com as letras. A Felipe Magalhães pelas palavras implicadas e implicantes. A Margarete Domingues por fazer litoral a tantas repetições. A Dora, Chico e Aurora pela companhia aconchegante.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e profissão, docentes e técnicos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em especial, a professora Márcia Rosa, com a qual pude caminhar por vastos e infindáveis campos do saber.

Agradeço também as/aos discentes do curso de graduação em Psicologia/UEMG, com os/as quais partilho todos os dias as sutilezas da sala de aula, nas promissoras e intensas discussões do GEPPS (Grupo de Estudos em Psicanálise, Política e Subjetividades), e no dia a dia das inovações da clínica psicanalítica com crianças e adolescentes no NEAP (Núcleo de Ensino e Aplicação em Psicologia/UEMG *campus* Ituiutaba).

Agradeço aos adolescentes, agentes, técnicos e profissionais do centro socioeducativo onde atuei como psicóloga, ao qual retribuo todo o aprendizado com esta tese.

E, meu agradecimento aos programas de fomento que contribuíram com o desenvolvimento de pesquisas e práticas extensionistas que se desenvolveram como desdobramentos desta pesquisa, e contribuíram com boa parte das conquistas aqui apresentadas (PAEX/UEMG; PAPq/UEMG). Agradeço ao Programa *Erasmus Success plus Crimonology* pela acolhida e capacitação internacional em Criminologia, fortalecendo a pesquisa internacional e interinstitucional. Agradeço também as contribuições e receptividade da *Réseau International de Recherche en Criminologie et Psychanalyse* (Riica).

*Ao meu pai, pelos riscos, traços e inscrições.
A transitoriedade lhe extraiu o tempo de vivenciar algumas conclusões, mas não o impediu de
reverenciar compreensões possíveis.*

Resumo

O desenvolvimento da pesquisa intitulada “Privação de liberdade e liberdade para falar: ressonâncias da clínica psicanalítica no centro socioeducativo” partiu da prática clínica com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em um centro socioeducativo localizado em uma cidade no interior do estado de Minas Gerais. O enlaçamento entre a teoria, a clínica e a pesquisa que sustenta a psicanálise enquanto campo do saber científico, possibilitou a interlocução entre a escuta dos adolescentes e a intervenção clínico-política, pela qual se dedicou à estruturação desta investigação, avançando sob os eixos singular e plural, cujos atravessamentos histórico-políticos fundamentam o saber-fazer em psicanálise. Assim, tendo como questão norteadora “por que o crime?”, a tese se apoiou no percurso entre a clínica, a pesquisa e a escrita, com o objetivo de investigar a lógica de inserção e/ou permanência de adolescentes na criminalidade, a partir da escuta psicanalítica de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Como objetivos específicos, foram elencados: reconhecer os efeitos do ato infracional identificando as formas políticas do biopoder, da necropolítica e das vidas matáveis da lógica neoliberal; e, problematizar a tensão existente entre a privação de liberdade e a escuta analítica enredada pela dimensão sócio-política da colonialidade brasileira e as consequências do racismo, articulando as dimensões do colonialismo e do capitalismo. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa se baseou na construção de vinhetas resgatadas de cenas clínicas e institucionais, em atendimentos realizados no período de 2018 a 2020. Assim, como fundamento metodológico apoiou-se na temporalidade do inconsciente de Freud (1914/2020) - lembrar, repetir e perlaborar - e, como procedimento metodológico se pautou no tempo lógico laciano (1945/1998) - instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir - de modo que foi possível o desenvolvimento em quatro etapas: análise das cenas clínicas e institucionais; revisão bibliográfica; construção de vinhetas; composição da escrita clínica e acadêmica. Os elementos foram investigados sob os eixos vida-morte e servidão-autoria, cujas análises identificaram pontos nodais ou paradigmáticos para a análise do fenômeno analisado: a relação entre adolescência e a criminalidade.

Palavras-chave: adolescência; medidas socioeducativas; privação de liberdade; psicanálise.

Abstract

This research entitled “Deprivation of freedom and freedom to speak: resonances of the psychoanalytic clinic in the socio-educational center” came from clinical practice with adolescents undergoing a socio-educational measure of deprivation of liberty in a socio-educational center located in a city in the state of Minas Gerais. The sewing, arrangement between theory, clinic and research that supports psychoanalysis as a field of scientific knowledge, made possible the dialogue between listening to the adolescents and the clinical-political intervention, through which we dedicated /ou all efforts were dedicated to advancing along the singular axes and plural, whose historical-political crossings underlie the know-how in psychoanalysis. Thus, with the guiding question “why crime?”, this thesis was based on the pathway between the clinic, research and writing, with the aim of investigating the logic of insertion and/or permanence of adolescents in crime, based on of psychoanalytic listening to adolescents undergoing socio-educational measures of deprivation of liberty. The following were listed as specific objectives: recognizing the effects of the infraction, identifying the political forms of biopower, necropolitics and the killable lives of neoliberal logic; and, problematize the tension between the deprivation of freedom and analytical listening entangled by the socio-political dimension of Brazilian coloniality and the consequences of racism, articulating the dimensions of colonialism and capitalism. To achieve these objectives, the research was based on the construction of vignettes originated from clinical and institutional scenes, in consultations carried out in the period from 2018 to 2020. Thus, as a methodological foundation it was based on the temporality of Freud's unconscious (1914/2020) - remember , repeat and elaborate - and, as a methodological procedure, it was based on Lacanian logical time (1945/1998) - moment of seeing, time of understanding and moment of concluding - so that development in four stages was possible: analysis of clinical scenes and institutional; literature review; construction of vignettes; composition of clinical and academic writing. The elements were investigated under the life-death and servitude-authorship pairs, whose analyzes identified nodal or paradigmatic points for the analysis of the analyzed phenomenon: the relationship between adolescence and crime.

Keywords: adolescence; educational measures; deprivation of liberty; psychoanalysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSOS DA PESQUISA: O MÉTODO	18
2.1. Fundamento metodológico: lembrar, repetir e perlaborar	18
2.2. Procedimento metodológico: ver, compreender e concluir	20
2.3. Desenvolvimento metodológico: as vinhetas e a escrita em três tempos	23
2.3.1. Instante de ver	26
2.3.2. Tempo para compreender	29
2.3.3. Momento de concluir	30
3. A GUERRA E O INIMIGO	31
3.1. Prólogo: instante de ver	31
3.2. Mecanismos psicológicos da guerra	37
3.3. A construção do inimigo e as experiências de Eduardo, Pedro e Raul	46
3.4. Epílogo: momento de concluir	61
4. IMPASSES ENTRE O TRABALHO DE SOCIALIZAÇÃO E A CULTURA DA PUNIÇÃO	63
4.1. Prólogo: instante de ver	63
4.2. A cultura da punição	67
4.3. Um primeiro plano de análise do impasse	70
4.4. Um segundo plano de análise do impasse	73
4.5. Possibilidades da clínica psicanalítica para a escuta de adolescentes privados de liberdade	75
4.6. Epílogo: momento de concluir	80
5. SERVIDÃO E AUTORIA: O ATO INFRACIONAL E O PREÇO DA ADOLESCÊNCIA DE PERIFERIA	83
5.1. Prólogo: instante de ver	83

5.2. Servidão voluntária: um paradigma para a inserção na criminalidade?	90
5.3. Servidão e autoria: o preço de adolecer no cenário neoliberal	99
5.4. O tempo e o preço de adolecer nas periferias	111
5.5. Epílogo: momento de concluir	117
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUIR E PERLABORAR	120
REFERÊNCIAS	127

1. INTRODUÇÃO

Os centros socioeducativos são instituições públicas de administração estadual que compõem o sistema de segurança pública brasileiro, acolhendo adolescentes que cometeram ato infracional, que conforme o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei nº 8.069/1990) corresponde a “conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Os jovens acautelados cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, de seis meses a três anos, e passam por reavaliação periódica, em geral, a cada semestre.

As medidas socioeducativas são regulamentadas pela lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que estrutura o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Conforme a lei, essas ações objetivam responsabilizar o jovem pelo cometimento do ato infracional; incentivar a reparação; promover a integração social e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e desaprovar a conduta infracional, por meio da privação e restrição de direitos previstos em lei. A partir desses objetivos são elencadas seis modalidades de aplicação das medidas socioeducativas: (1) advertência; (2) obrigação de reparar o dano; (3) prestação de serviço à comunidade; (4) liberdade assistida; (5) semiliberdade; (6) internação em estabelecimento educacional. A última corresponde aos encaminhamentos dos adolescentes autores de atos infracionais aos centros socioeducativos, em que se impõe a privação de liberdade.

Dessa forma, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), os adolescentes entre 15 e 17 anos são os que mais recebem medidas de privação de liberdade. Os motivos mais comuns são: roubo seguido de morte (87,10%), homicídio (81,82%), roubo (39,23%) e tráfico de drogas (33,66%). Os dados disponibilizados revelam, ainda, que há prevalência de aplicação de ações socioeducativas de liberdade assistida (45,57%) e prestação de serviço à comunidade (25,80%). E, há menor aplicação de medidas de cerceamento da liberdade, como semiliberdade (11,67%) e a internação (16,96%).

De início, é importante considerar que o interesse em desenvolver esta pesquisa parte de experiência profissional como Analista Executivo de Defesa Social (ANEDS/MG), em um centro socioeducativo. Naquele contexto, a prática analítica promoveu intensas e produtivas questões a respeito da adolescência, da vulnerabilidade social e da necessidade de construção de uma escuta clínica que pudesse incluir e reconhecer os efeitos subjetivos dos processos sociais de exclusão, vulnerabilidades, violências e políticas públicas.

Assim, o contato com o tema se estabeleceu com a entrada em atividade profissional pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais que, por mudanças nas gestões

governamentais, foi reestruturada como Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. A renomeação foi decorrente da transição do mandato político, em 2018, que promoveu a união entre as gestões dos centros socioeducativos e das instituições prisionais. Esse é um apontamento importante para se considerar a intenção sócio-política de anular a adolescência enquanto tempo de passagem e configurar colagem entre a adolescência e seu ato transgressor na categoria das delinquências. Práticas assim se mostram cada vez mais comuns nos ambientes judiciários, a fim de embasar o desejo social de redução da maioria penal e legitimar as formas de punição social (MELO; SANTOS; AZAMBUJA; CANEDA, 2021).

Aproximar o sistema prisional do socioeducativo evidencia a leitura sobre a adolescência que comete ato infracional como indivíduos que portam algum grau de periculosidade e tendência à criminalidade, por vezes irreparáveis. Conforme Rosa e Vicentin (2010), os discursos do âmbito judicial, aliados aos dos médico-psiquiátricos, potencializam a criminalização e a patologização desses jovens, a fim de responder às demandas sociais por ordem e segurança da população. Assim, partindo da escuta - haja vista a psicanálise como teoria, clínica e pesquisa - num centro socioeducativo no interior de Minas Gerais, esta pesquisa se desenvolveu, fundamentalmente, apoiada na vivência dos adolescentes sobre a entrada e/ou permanência na criminalidade.

Desse modo, é de suma importância refletir a respeito de como esses adolescentes foram apresentados pela instituição, uma vez que isso incide sobre o olhar, a escuta e o tratamento oferecidos a eles no ambiente institucional. Nos primeiros meses de trabalho as advertências dadas por outros servidores eram constantes: “você é nova aqui e ainda não entende como funciona”; “os meninos mentem, enganam e querem muita atenção”; “não pode dar muita atenção, porque eles são insaciáveis”; “são criminosos”; “eu quero mais é que apodreçam aqui dentro! Quis roubar, não quis? Agora não aguenta as consequências?”; “lá fora era o bã-bã-bã, aqui dentro chora pela mãe”. O mais intrigante é que tais afirmações configuraram pensamento compartilhado entre profissionais do serviço social, psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, gestão, administrativos e agentes socioeducativos. Nesse cenário, constituiu-se uma imagem de horror e insuportabilidade à escuta da adolescência acometida pela criminalidade, que não atendeu à norma apaziguadora do silenciamento e que solicita, com seu ato, gesto ou palavras, uma modalidade de escuta.

Isso posto, enquanto profissionais, devemos nos questionar: qual a relação que esses adolescentes estabeleceram com a lei? A quais vulnerabilidades já estavam expostos antes do ato infracional, ou seja, como a sociedade, suas leis e políticas foram também transgressoras a

esses sujeitos de direito? Por que mantê-los no lugar de apaziguamento, de silenciamento e de anulação? O impacto frente ao absurdo foi uma força motriz importante para a construção de tantas indagações que (des)orientaram a construção desta investigação.

Assim, a pesquisa se constituiu diante de muitas implicações suscitadas sobre a privação de liberdade, o acompanhamento dos adolescentes nos centros socioeducativos e, em especial, a inserção da psicanálise nesse contexto. A experiência de escuta de adolescentes privados de liberdade evidenciou a dimensão do lugar de anulação em que os profissionais do centro socioeducativo os inseriram. Dessa forma, institucionalizava-se a objetificação e desumanização das vidas pelo discurso dos profissionais, ao mesmo tempo em que os adolescentes buscavam com seus atos (infracionais ou não) resistir à inexistência.

Dessa maneira, se por um lado há uma cultura de aniquilamento, por outro existe uma adolescência que busca, na violência e no risco de morte, um sentido, ou destino, para a vida. As narrativas reconstruídas neste estudo apontaram para o levantamento de temas que dizem respeito à violência e seus modos de instrumentalização, o sentimento de anulação, anedonia e niilismo diante das transversalidades de discursos marcadamente colonizadores e aniquilantes. O percurso da pesquisa foi afectado por impasses e desdobramentos, encontros com outros saberes e dizeres dentro e fora do país. A oportunidade de envolvimento com grupos de pesquisas nacionais e internacionais, mediados por temas decoloniais culminaram em desvios e reescritas importantes, desconstruindo, ou recolocando, a psicanálise e suas implicações nos campos e fenômenos político-sociais.

A pergunta norteadora da pesquisa foi: “por que o crime?”; questão sem verbo e que convoca a palavra como ação, de modo que ao responder o sujeito é convidado a imprimir seu verbo. A pergunta foi construída sustentando-se na indagação de Einstein e Freud em 1932 em situação de correspondência entre os intelectuais, que culminou no texto *Por que a Guerra?* (FREUD, 1932/2006). A questão (por que o crime?) foi direcionada aos adolescentes antes que essa pesquisa se tornasse elemento de construção acadêmica. Naquele momento, os adolescentes eram convocados a dizer de si, por si, para alguém que se dispunha a escutar.

Como psicóloga em um centro socioeducativo em uma cidade no interior de Minas Gerais, entre os anos de 2018 a 2020, aponte para o horizonte da fala livre no espaço de privação, de silenciamento, de violências, e de, no contexto brasileiro, violações de direitos. Entre as diversas tessituras, os adolescentes atendidos foram convocados à modalidade de escuta, que mesmo diante da enunciação “não tenho nada para falar” ou “minha vida não é interessante” falava-se muito sobre a dimensão política da vida humana, os processos de

violações, das transgressões das próprias políticas públicas e dos mecanismos de não reconhecimento da vida.

Um dos adolescentes acompanhados, Eduardo, disse: “quando eu sair daqui, eu quero aquela coisa de rico, que o psicólogo fica atrás e você deitado no sofá falando”. Eduardo remeteu à imagem da terapia destinada a ricos, cuja cena descrita nos rememora à cena da terapia psicanalítica. Eduardo solicitava escuta tal qual Anna O. solicitou a Freud que se silenciasse para que ela tomasse a palavra, inaugurando, assim, a associação livre, de modo que podemos considerar que a demanda de escuta deve ser tomada pelo sujeito que fala em seu processo associativo.

No imaginário de Eduardo, apenas ricos eram ouvidos, os pobres estavam destinados a outros modos de silenciamento. O mundo ocidental de matriz europeia é dividido entre pobres e ricos (BRUM, 2021), tal organização se estrutura como um grande interesse do neoliberalismo, cujo esforço está na produção da pauperização das populações humanas (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2021). Assim, construir a clínica psicanalítica no espaço de privação de liberdade foi o primeiro ponto pelo qual essa pesquisa se propôs a assumir; o segundo, não em ordem de prioridade, foi apontar para o lugar do sujeito frente ao seu desejo, no recorte da adolescência.

Há outra provocação que o pedido de Eduardo nos remete, aquela que diz respeito à relação entre a psicanálise e os fenômenos sociais, tal como nos convidou Lacan (1953/1998) ao indicar sobre o compromisso ético da psicanálise ao alcançar o horizonte da subjetividade de nossa época, uma vez que para compreender o sintoma singular deve-se considerar o sintoma social. Nesse sentido, a psicanálise se estruturou, desde Freud (1921/2011) pela indissociabilidade entre a psicologia singular e os fenômenos coletivos, em que não pode estar deslocada dos contextos sociais e históricos, sendo capaz de fornecer elementos para a leitura da subjetividade de nossa época (FREUD, 1921/2011; LACAN, 1953/1998; MELMAN, 1992; DANTO, 2019).

Assim, o trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apresenta, para a prática psicanalítica em contextos sociais e institucionais, a necessidade de ampliação e questionamentos das políticas públicas de proteção aos que estão em situação de vulnerabilidade social e em risco de envolvimento com a criminalidade. Diante disso, o desenvolvimento dessa tese se sustentou a partir de dois eixos: vida-morte e servidão-autoria.

O primeiro eixo, vida-morte, apresenta o paralelo entre a inserção na criminalidade, a “vida do crime”, e os diferentes modos de incidência da gestão da vida e produção de morte a partir da inscrição de vidas passíveis de serem eliminadas. O segundo eixo foi construído pela

dicotomia servidão-autoria, de modo que ao longo da escrita, e das inscrições da adolescência, marcadores como a violência, o racismo, a masculinidade, a morte indicaram modos de servidão como forma de inserção na criminalidade, enredada pelo neoliberalismo no processo de adolecer na periferia.

Essa relação partiu, inicialmente, do conceito de servidão voluntária do filósofo francês Étienne de La Boétie (1530-1563) como elemento dicotômico que aproxima a submissão da voluntariedade. Tal relação foi realizada sem perder de vista os efeitos do neoliberalismo como mobilizador do gozo e símbolo ilusório de poder, bem como seu efeito na produção de restos e exclusões. A partir dessa articulação, pretendeu-se responder “por que os adolescentes se submetem à criminalidade?”, e avançando na questão “o que os adolescentes dizem com seus atos?”, trazendo a dimensão da autoria e poder na conjuntura da servidão.

A partir dos dois eixos, o corpo desta tese compreende os seguintes estudos: (1) A Guerra e o Inimigo; (2) Impasses entre o trabalho de socialização e a cultura da punição; (3) Servidão e Autoria: O ato infracional e o preço da adolescência de periferia. A relevância da pesquisa se apoia na construção da escuta analítica no espaço de privação de liberdade, trazendo à fala o sujeito e seu desejo, cuja prática potencializa o campo de inserção da psicanálise nos espaços institucionais.

Ao considerar a tensão existente entre a liberdade para falar e o espaço de privação de liberdade, a prática psicanalítica nos contextos institucionais afirma, subversivamente, sua ética frente ao efeito de emergir o sujeito, reposicionando a subjetividade nas esferas sociais e violências experimentadas. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa assegura à psicanálise seu lugar ético e político diante dos fenômenos da exclusão e da vulnerabilidade social, bem como seus efeitos na subjetividade dos adolescentes, dimensões das quais a psicanálise nunca esteve apartada.

2. PERCURSOS DA PESQUISA: O MÉTODO

A escrita dessa tese partiu da experiência de escuta de adolescentes privados de liberdade, cujos atendimentos ocorreram no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2020. Tendo como suporte teórico a psicanálise, os capítulos se condensam em dois eixos, vida-morte e servidão-autoria. Essas categorias foram elencadas a partir das considerações clínico-políticas extraídas dos relatos dos adolescentes quanto aos modos de gozo e existência do desejo verbalizado de inserção e/ou permanência na criminalidade. Nesse sentido, o estudo se desenvolveu pelo resgate de narrativas clínicas, denominados por vinhetas, ou seja, recortes pelos quais foi possível colocar em questão o estado da arte do fenômeno em estudo, bem como remontam a relação transferencial que convoca à investigação central de cada parte da pesquisa.

A escrita deste tópico, portanto, orienta-se à apresentação dos percursos metodológicos, tendo como ênfase a exposição de seus principais componentes: a vinheta e a escrita em psicanálise. Essas se estruturaram nos três tempos lógicos: o *instante de ver*, o *tempo para compreender* e o *momento de concluir*. O tempo lógico foi apresentado na escrita lacaniana *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma* (LACAN, 1998). Do mesmo modo, a temporalidade do inconsciente se organiza, conforme Freud (1914/2020), pela organização não linear e não cronológica dos momentos de *lembrar*, *repetir* e *perlaborar*. Diante disso, partiu-se da temporalidade do inconsciente, de Freud (1914/2020), como fundamento metodológico da escuta clínica transformada em vinhetas para, na sequência, relacionar com a temporalidade da escrita em psicanálise, apoiando-se no tempo lógico (LACAN, 1945/1998) como procedimento metodológico.

2.1. Fundamento metodológico: lembrar, repetir e perlaborar

A obra *Lembrar, repetir e perlaborar* (FREUD, 1914/2020) aborda a temporalidade do inconsciente e, para tanto, orienta a investigação e a condução clínica em psicanálise. Ao pesquisar sobre o modo de funcionamento do psiquismo, bem como sua temporalidade, Freud (1914/2020) ofereceu também os fundamentos pelos quais é possível a construção da pesquisa nesse campo. A técnica psicanalítica decorre de abdicação do médico de determinado momento ou problema e se contenta em perscrutar a lógica psíquica do paciente, usando a interpretação para o reconhecimento das resistências que se apresentam ao consciente. Trata-

se, conforme Freud (1914/2020), de um novo tipo de divisão de trabalho em que “o médico revela as resistências que eram desconhecidas do paciente; sendo estas dominadas, muitas vezes o paciente narra sem qualquer esforço as situações esquecidas e os contextos esquecidos” (p. 152). Esse esforço analítico centra-se no “preenchimento das lacunas da lembrança [*Erinnerung*], de forma dinâmica: a superação das resistências de recalque [*Verdrängungswiderstände*]”.

Com essas enunciações, destaca-se a temporalidade do percurso analítico (ver, compreender, concluir), de modo que, tal como o sofisma dos três prisioneiros (LACAN, 1945/1998), o inconsciente se manifesta pela suspensão da certeza. Nesse sentido, podemos articular os tempos de lembrar, repetir e perlaborar (FREUD, 1914/2020) ao instante de ver, tempo para compreender e momento de concluir (LACAN, 1945/1998), como elementos que estruturam o tratamento psicanalítico à medida que denotam a temporalidade do inconsciente; e, cujos efeitos da prática analítica vincula-se com a estruturação metodológica da escrita dessa tese.

Continuemos com Freud (1914/2020) discriminando os três tempos - lembrar, repetir, perlaborar. Primeiramente, Freud (1914/2020) propôs relação entre o esquecer e o lembrar, ao afirmar que o esquecimento toma a dimensão do lembrar, de modo que impressões, cenas e vivências são mantidas como esquecidas ou não pensadas. Todavia, o que se obliterou permanece na iminência de aparecimento à consciência, em que o ato de esquecer encontra limitação frente ao reconhecimento das lembranças encobridoras [*Deckrerinnerungen*]. Outra categoria de fenômenos psíquicos, também analisada a partir dessa relação, é composta pela fantasia, pelos processos de relações, as moções de sentimentos e as conexões, pois esses elementos são lembrados como algo que jamais poderiam ter sido esquecidos, já que não alcançaram a consciência em nenhum outro momento. Nesse sentido, o paciente pode apresentar a sensação de surpresa ou o desconhecimento frente ao material recordado.

Outro modo de recordar é pelo ato. Nessa modalidade, o paciente não se lembra de nada do material psíquico que foi esquecido ou recalçado, mas é capaz de atuar a partir dele, ou seja, não o reproduz como lembrança, mas como ato, de modo que repete sem saber que repete. Assim, a entrega à obsessão da repetição constitui o impulso para a lembrança. Ao repetir, no lugar de lembrar, o paciente reproduz seus sintomas durante o tratamento. E, partindo das repetições encontradas na transferência, o despertar das lembranças se instala, sem esforço, com a superação das resistências, embora a nomeação da resistência seja apenas um percurso do tratamento e jamais seu fim imediato (FREUD, 1914/2020).

Ao analisar a relação entre lembrança e repetição, tendo como operação o reconhecimento da incidência da resistência, Freud (1914/2020) abordou a perlaboração, processo possível a partir de um tempo frente ao conhecimento do paciente sobre as resistências. Esse tempo do inconsciente, configura-se, de modo teórico, à ab-reação dos montantes de afetos retidos pelo recalque. Ao conhecer os limites da resistência, é possível a perlaboração, ou a superação, e assim se entregar à regra fundamental da psicanálise: a associação livre. A perlaboração das resistências constitui a parte mais difícil do tratamento, contudo, possui influência mais transformadora ao paciente, o que diferencia a técnica psicanalítica das terapêuticas pautadas na sugestão. E, sem muito se delongar sobre esse importante elemento, Freud (1914/2020), assim, finalizou seu estudo *Lembrar, repetir e perlaborar* publicado em 1914:

Essa perlaboração das resistências na prática pode se tornar uma tarefa difícil para o analisando e uma prova de paciência para o médico. Mas é aquela parte do trabalho que terá a influência mais transformadora no paciente e que diferencia o tratamento analítico de todo influenciamento por sugestão [*Suggestionsbeeinflussung*]. Do ponto de vista teórico, pode ser comparado à “ab-reação” dos montantes de afeto [*Affektbeträge*] retidos pelo recalque, sem o que o tratamento hipnótico não teria influência alguma (FREUD, 1914/2020, p.161).

O recorte metodológico apoiado em *Lembrar, repetir e perlaborar* (FREUD, 1914/2020) possibilitou estruturar os fundamentos de desenvolvimento da pesquisa, sendo ainda necessário considerar os procedimentos pelos quais se estruturou, visando analisar o objeto de estudo (adolescência e criminalidade) e responder à questão norteadora (por que o crime?). Assim, a concepção de tempo lógico em Lacan (1945/1998) estruturou o procedimento metodológico da pesquisa, apresentado a seguir.

2.2. Procedimento metodológico: ver, compreender e concluir

A psicanálise se estruturou pela indissociabilidade entre a clínica e a pesquisa, as quais não se deslocam de seus contextos sociais e históricos, uma vez que fornecem os recursos para a leitura da subjetividade de cada época (FREUD, 1921/2011; LACAN, 1953/1998; MELMAN, 1992; DANTO, 2019). Nesse sentido, essa investigação se constitui como um ato clínico e político ao apresentar a adolescência e a criminalidade como seu objeto de estudo. Ademais, fundamenta-se pela estruturação freudiana sobre temporalidade do inconsciente, e utiliza como procedimento o tempo lógico lacaniano. Dessa forma, a prática psicanalítica se

apresenta na articulação, já posta desde Freud (1922/2006), como ato clínico e político. Isso pode ser considerado retomando a psicanálise como articulação entre clínica, pesquisa, teoria (FREUD, 1922/2006) e seu ato de transformação enquanto ação política, ou seja, que produz efeito na pólis e se apresenta como nova gramática para a leitura do poder social (SAFATLE, 2020).

A relevância desse recorte metodológico, portanto, pauta-se na articulação entre clínica e pesquisa a partir dos recursos oferecidos por Freud (1914/2020) e Lacan (1945/1998). A esse respeito, considera-se que a estruturação do tempo do tratamento psicanalítico se relaciona com o objeto desta pesquisa e com sua modalidade de construção, à medida que se sustenta na temporalidade do inconsciente, e suas manifestações pelas lembranças encobridoras suscetíveis ao recalque e à repetição.

Para o primeiro tempo, investiga-se a construção da escuta dos adolescentes privados de liberdade e a relação que estabeleceram com a criminalidade e, para o segundo, tem-se a escrita *a posteriori*, possível pela reconstrução das narrativas dos adolescentes atendidos no período de 2018 a 2020, privados de liberdade em um centro socioeducativo numa cidade no interior de Minas Gerais. As narrativas como recorte clínico foram elaboradas como vinhetas. Assim, observar a prática analítica em momento de retomada dos atendimentos realizados, revelou e desvela, os mecanismos da clínica freudiana, tais como o conhecimento sobre a resistência, viável mediante o manejo da transferência. Esses elementos são plausíveis de enlaçar aos momentos de compreender e de anúncio a respeito do saber, para o qual Freud (1914/2020) indicou como perlaboração. Do mesmo modo, com Lacan (1945/1998), podemos aproximar do momento de concluir.

Assim, o procedimento metodológico dessa pesquisa foi construído a partir dos recursos oferecidos por Lacan (1945/1998) no texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma*, elaborado em 1945. Nessa obra, Lacan (1945/1998) revelou o tempo do inconsciente, o qual é regido por lógica própria e não submetido ao tempo cronológico, que organiza a vida social humana. O tempo lógico, como temporalidade do inconsciente, orienta o tempo pelo qual a sessão analítica é conduzida.

A elaboração da pesquisa, por meio de vinhetas, foi composta pelas seguintes etapas: instante de ver (primeira e segunda etapas); tempo para compreender (terceira etapa) e momento de concluir (quarta etapa). Esse percurso de escrita se fundamentou no enigma dos três prisioneiros, utilizado por Lacan (1945/1998), a fim de conceituar o tempo lógico. Essa temporalidade do inconsciente se diferencia da cronologia, pois não segue organização sequencial. A sua finalidade, portanto, é traduzir a dimensão do tempo subjetivo, o qual tenta

alcançar a lógica da inscrição temporal do inconsciente, demonstrado pelo sofisma dos três prisioneiros como a anunciação de si para o acesso à liberdade, termos caros e centrais nesta investigação.

Para a composição do tempo lógico, Lacan (1945/1998) apresentou o sofisma em que três prisioneiros receberam um enigma do diretor do presídio e o primeiro a revelar a solução garantiria sua liberdade, e também dos demais. No sofisma, cinco (05) discos, sendo três brancos e dois pretos, foram apresentados para serem fixados de modo aleatório nas costas de cada prisioneiro. Cada um recebeu um (01) disco, e nenhum deles poderia ver a cor do disco fixado em si, tampouco podem comunicar com os outros prisioneiros. Dessa maneira, a solução equivaleria ao reconhecimento e enunciação da cor do disco fixado em suas costas. Diante disso, Lacan (1945/1998) construiu os três tempos, a fim de reconhecer os modos pelos quais o sujeito anuncia a certeza a partir dos pontos de errância.

No instante de ver, a evidência tomou o papel central, de forma que a lógica possui valor instantâneo. Para esse momento, o prisioneiro se pautaria na evidência como solução e consideraria a condição de ver os dois discos pretos nos companheiros, se assim fosse seria possível anunciar-se como portador do disco branco em suas costas. Contudo, se a anunciação “tenho o disco branco” fosse tomada já nesse momento, o prisioneiro se anteciparia em relação aos demais, ao ver e agir sem se mediar pela reflexão. Isso seria equivalente, nesse caso, ao tempo de concluir precipitadamente, cujo valor da anunciação seria imediato.

Todavia, é necessária a seguinte reflexão: se o prisioneiro possuísse o disco branco nas costas, os demais poderiam ver esse disco, mas nenhum deles se anunciou. Disso emergiria outra dúvida: um dos companheiros está vendo dois discos brancos, como ele, ou um disco branco e um preto, não sendo capaz, assim, de concluir sobre sua cor? A partir dessa hipótese, não seria possível saber qual cor está fixada em suas costas.

O segundo momento é o tempo para compreender, o qual exige um período de meditação e raciocínio – equivalente ao instante de hesitação sobre seu atributo. Desse modo, a certeza é suspensa, a anunciação refreada e um terceiro tempo se constitui pela relação de suposição entre ver e concluir. Assim, tem-se a segunda solução, em que o prisioneiro supõe que se pudesse ver um disco branco e um disco preto, ficaria na dúvida, pois necessitaria da anunciação de um dos dois companheiros sobre a cor do disco que está fixada em suas costas. Por conseguinte, aquele em reflexão, não poderia ver e tampouco afirmar se porta o disco branco ou preto. Ele precisaria da mediação da ação de outro para se reconhecer e distinguir a cor de seu disco. Então, como nenhum dos outros dois saiu como ação ao que foi visto nos

companheiros, o prisioneiro caminharia para o terceiro tempo – o momento de concluir – em que se encontra a terceira modalidade de solução do enigma e a conquista da liberdade.

O momento de concluir, portanto, indica a presença do sujeito da enunciação e a resposta correta: o disco fixado nas costas do prisioneiro é branco. A solução considera que se um é capaz de ver dois discos brancos e nenhum dos dois se anunciou como branco ou preto, os três (03) discos fixados são, necessariamente, brancos. Como nenhum dos demais saiu no segundo ensejo, os três cativos se precipitariam para a saída, concluindo possuir o disco branco nas costas, dada a hesitação dos companheiros. Assim, verificamos que o momento de concluir sucede o tempo para compreender.

2.3. Desenvolvimento metodológico: as vinhetas e a escrita em três tempos

Organizar o desenvolvimento da tese por meio da articulação com as etapas do tempo lógico, o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir, apontou ao tempo de construção da clínica psicanalítica. Essa suspende o tempo cronológico para incluir o lógico, possibilitando, pelo movimento de retroação (*Nachträglich*), a condução da escuta clínica (QUINET, 2002) e a escrita desse trabalho. Portanto, as reflexões aqui presentes se desenvolveram articulando a pesquisa e os desdobramentos das intervenções junto a adolescentes envolvidos com a criminalidade, propondo o questionamento sobre a lógica, o funcionamento e os fundamentos da clínica psicanalítica no contexto socioeducativo.

Dessa forma, o processo de investigação para a feitura da tese produziu, simultaneamente, efeito clínico e político em sua esfera de inserção. Ademais, foi possível disseminar os conhecimentos produzidos a outras áreas do saber científico, a partir de suas dimensões sócio-políticas. Escrever sobre os efeitos do *a posteriori*, implicou na construção do tempo de perlaborar como momento de concluir, após o longo momento de ver e compreender os elementos da clínica psicanalítica com adolescentes privados de liberdade, mas não de fala, e emergentes à anunciação de certezas particulares a partir de seus pontos de errância.

Isso posto, tomando o espaço do centro socioeducativo como intervenção e pesquisa, além da escuta dos adolescentes acautelados como condução clínico-política, esse estudo parte da indagação “por que o crime?”. A pergunta foi formulada em referência à obra freudiana *Por que a guerra?* (FREUD, 1932/2006), como elemento teórico e direcionada ao público alvo, que emprestou suas narrativas para compor as vinhetas desta investigação. É importante ressaltar que a questão em foco não possui verbo, pois esse, como ação do sujeito,

passou a ser atribuído pelos próprios adolescentes na construção de suas narrativas e nas invenções singulares de suas respostas.

A escrita enquanto tempo de ver, compreender e concluir, a partir da escuta de adolescentes privados de liberdade, foi retomada como vinhetas. Desse modo, cada capítulo desse estudo foi construído pelo ponto enigmático dos atendimentos resgatados, considerando os recortes, impasses e desvelamentos da relação transferencial como novo e desenvolvimento do ponto motivador da investigação. Por vinheta clínica compreende-se a marca singular e paradigmática do caso em análise e, conforme Siqueira e Queiroz (2014), constitui um dos recursos metodológicos em que, por meio da análise da transferência, possibilita a transformação do clínico em uma teoria inédita.

O método clínico é o principal elemento de investigação em psicanálise, o qual desde a prática freudiana não se desvincula da clínica. Os relatos, contudo, não se apresentam como rigorosos em relação à estrutura textual de modo que podem ser elaborados como descritivos com a finalidade de ilustrar a temática investigativa. As vinhetas se apresentam como fragmentos de sessões, relatos sucintos, recortes da fala, experiências da situação transferencial ou cenas institucionais capazes de oferecer compreensão do momento analítico e a necessidade de intervenção com a finalidade de instaurar um novo lugar ao sujeito (REIS; SANCHES; MOSTAGI, 2018).

Freud apresentou, em suas análises clínicas, relatos descritivos e detalhados de seus cinco casos paradigmáticos: o caso Dora (1905), o pequeno Hans (1909), o homem dos ratos (1909), o presidente Schreber (1911) e o homem dos lobos (1918). Em sua escrita apareceram também como vinhetas ou fragmentos clínicos, os relatos dos casos de Elisabeth von R., Emmy von N., Anna O., miss Lucy R., e Katharina apresentados em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/2006). Além disso, cenas clínicas podem ser observadas como suporte para o desenvolvimento das obras *Sobre Psicanálise Selvagem* (1910/2020); *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina* (1920/2020); ou ainda, a cena de jogo infantil apresentada em *Além do princípio do prazer* (1920/2006) como *fort-da* que ofereceu recursos para a investigação sobre os processos de presença, ausência e repetição. A pesquisa em psicanálise ao ser construída por vinhetas clínicas visa ilustrar o tema da investigação, sendo evidenciada a prática analítica e acompanhada de proposições de elementos que norteiam os casos, os quais podem ser muito variados. De acordo com Couto (2010), a orientação lacaniana considera que, para isso, pelo menos três elementos sejam fundamentais, são eles:

- (1) a localização da estrutura clínica no registro do simbólico: neurose, psicose ou perversão;
- (2) o tipo clínico: paranóia, melancolia, esquizofrenia, histeria, neurose

obsessiva etc.; e (3) o caso enquanto único, singular, isto é, o nome do gozo que indica a natureza do sintoma como ponto nuclear, como sintoma na história enquanto construção da narrativa de um corpo sem inscrição significativa (COUTO, 2010, p. 73).

Enquanto Freud se dedicou ao relato detalhado, construindo um memorial clínico, Lacan se dedicou às vinhetas clínicas atentando-se à marca singular e paradigmática do caso em questão, de modo que o ponto central o coloca como *sui generis*. Isso porque, concentrou-se na estrutura clínica como sistema constituído por elementos discursivos, com os quais seria possível extrair conhecimento da dimensão histórica da narrativa. O interesse da investigação clínica baseia-se no desvelamento da trama lógica, a sintaxe, com a finalidade de operar cálculos que agem sobre os elementos do sistema e sua organização. Dessa maneira, tem-se a repetição, ou a compulsão à repetição e seu gozo adjacente, como princípio operatório de uma estrutura clínica (SIQUEIRA; QUEIROZ, 2020).

A pesquisa em psicanálise, em especial a partir da clínica, constitui o desafio de escrever sobre o encontro que essa produz, com a qual é possível compreender como a experiência transferencial se configura como um recurso para transcrever o que se apresenta como impossível de ser transcrito, o real. A esse respeito, Guerra (2022a) considerou que a descoberta freudiana colocou em questão o que a modernidade deixou de fora – a existência do inconsciente como experiência com o real. Desse modo, escrever o real da clínica se configura como uma dentre as tarefas impossíveis apontadas por Freud (1937b/2020) em *Análise finita e infinita: governar, educar e analisar*. Assim, o confronto com o impossível se coloca como a matéria vigorosa e viva da psicanálise, o que a mantém como uma disciplina atual, levando a pesquisa à sua função de interpretação e escrita contingentes do real.

Miller (2012) colocou em questão a dimensão da verdade a partir do projeto tético lacaniano, uma vez que “tético” diz respeito à tese que convoca a antítese e a síntese. Considerando a defasagem entre o que se afirma e o que alcança o ouvido e pode ser compreendido, Miller (2012) reconheceu outra proposição relacionada à defasagem entre o que se escreve e o que se lê, de forma que não há leitura única sobre o escrito. Assim, o sentido dado entre o dizer e o escutar, a escrita e a leitura, depende da interpretação, ou seja, essa não é suplementar, mas uma passagem obrigatória do significativo ao significado, da mesma maneira em que a dimensão do simbólico atua como recurso frente ao real.

A pesquisa em psicanálise, independente do método adotado, apresenta paradigma lógico assentado no modelo clínico, tal qual a indissociabilidade entre a clínica e a pesquisa, uma vez que compartilham da mesma lógica de composição, articulação e produção. A clínica como paradigma da pesquisa psicanalítica coloca em causa a afirmação sobre a

impossibilidade de se escrever a respeito do trabalho do inconsciente, condição, porém, em que é possível destacar o real com o qual se produz um novo saber, deslocado pelo simbólico. As investigações, assim construídas, avançam como verdade não-toda que sistematizam o que pode ser produzido enquanto material científico, e propõem que o saber psicanalítico progrida, não pelo acúmulo, mas pela subtração, aproximando-se de alguma forma do trabalho com o real (GUERRA, 2022a).

A composição textual dessa pesquisa foi decorrente da entrada como psicóloga em um centro socioeducativo, a prática de escuta clínica e o interesse investigativo, tomando como pressuposto o encontro com o real. Ademais, fundamenta-se na experiência temporal do inconsciente, proposta por Freud em *Lembrar, repetir e perlaborar* (1914/2020). O texto freudiano dialoga, nesse trabalho, com o tempo lógico - construído com a enunciação do sujeito apresentado por Lacan (1945/1998). Desse modo, o que aqui se inscreveu adveio da experiência de adolescentes e de seu desejo manifesto de inserção e/ou permanência na criminalidade, extraídos da prática analítica. Diante disso, apresenta-se a seguir as etapas de construção da pesquisa.

2.3.1. Instante de ver

- *Primeira etapa:* Na primeira etapa são sobrepostos os momentos de entrada como psicóloga na instituição socioeducativa, a escuta dos dizeres sobre a adolescência nesse espaço, as constantes rupturas entre a metodologia de atendimento aos adolescentes privados de liberdade proposta pelo SINASE (lei nº 12. 594/2012) e os modos de tratamento e anunciações que perambulavam pelos corredores e salas de atendimento aos adolescentes. A essa modalidade de encontro entre a psicanálise e as práticas nos centros socioeducativos, Gurski (2019a) ofereceu o método de escuta-flânerie como dispositivo de pesquisa-intervenção, de modo que a escuta se estrutura a partir da posição temporal da psicanálise entre clínica, pesquisa e intervenção.

Assim, na sobreposição entre escutar, investigar e intervir, na primeira etapa foram construídos os caminhos teóricos a partir de textos científicos de orientação psicanalítica e de outros conhecimentos do campo científico que tenham afinidade com o tema de estudo, tais como a sociologia, a antropologia, a ciência política e a filosofia.

A primeira etapa foi composta pelo instante de ver o fenômeno, propor escuta aos adolescentes privados de liberdade, interrogar a dinâmica institucional e produzir leitura clínica sobre as possibilidades de intervenções. Assim, buscou-se também debruçar sobre

leituras e revisões bibliográficas, a respeito do tema, consultadas em livros e capítulos de livros, bem como em artigos científicos disponíveis nas bases de dados *Online*: BVS-Psi, Bireme, Scielo, Pepsic, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Essa etapa constitui a revisão bibliográfica, que, conforme Gerhardt e Silveira (2009), consiste em atualizar o estado da questão a ser desenvolvida na pesquisa, e representa o levantamento de dados, de exemplos e ilustrações do fenômeno em estudo. A revisão bibliográfica também propôs a interpretação dos elementos tendo como referência a hipótese de trabalho que dialoga com as teorias desenvolvidas anteriormente, acrescentando-lhe algo novo.

A revisão bibliográfica antecedeu a escrita acadêmica, ao mesmo tempo em que a antecipou, uma vez que esteve incluída durante todo o percurso de ver, compreender e mediar as conclusões possíveis de serem transcritas e transmitidas. A escrita na clínica, segundo Laurent (2021), é intermediada pela interpretação da fala na associação livre, sendo capaz de oferecer algum contorno ao furo do sentido e do impossível da fala. Assim, a interpretação está do lado do escrito, e supõe formalização da interpretação sobre o dito, não dito, lido e relido, transpondo a mesma lógica para a pesquisa-intervenção, tendo a escuta clínica como seu alicerce.

- *Segunda etapa*: Ainda no instante de ver, a segunda etapa consiste em perscrutar as anotações dos atendimentos realizados no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2020, período no qual atuei como analista executivo de defesa social em um centro socioeducativo, catalogando as possibilidades de investigação. Nesse sentido, esse segundo momento consistiu em revisitar as anotações dos atendimentos realizados, extraindo novas possibilidades de leituras, interrogações à escuta e possibilidades de novos desdobramentos aos casos acompanhados.

A composição da escrita clínica a partir de registros de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade aponta para a ressignificação da experiência de escuta. Da mesma forma, é necessário um novo olhar para os casos atendidos e experimentar, novamente, a prática a partir da organização textual, compondo a narrativa sobre a escuta, a transferência e a construção de uma clínica psicanalítica atravessada por questões sociais, políticas e seus processos de exclusão.

Essas anotações foram produzidas pela experiência profissional de atendimento a adolescentes acautelados em um centro socioeducativo. Naquele momento, a transformação dos relatos advindos da prática analítica em escrita clínica retomou as minúcias da escuta, seus impasses, momentos de escape e esquecimento de registros, considerando os significantes usados pelos adolescentes atendidos, seus sintomas e descrição dos modos de

sofrimento. A escrita sucedeu a escuta, a qual, conforme Minerbo (2009), aponta para o encontro com os elementos destoantes e peculiares do discurso, bem como permite observar o valor da evidência instantânea do campo para o qual se busca a aplicação da técnica e a produção de conhecimento a respeito da prática.

As anotações que percorreram a escuta dos adolescentes foram transcritas como vinhetas para propor a análise desse encontro com a clínica psicanalítica no contexto do centro socioeducativo. A pesquisa se deparou com a necessidade de análise das resistências presentes tanto na relação transferencial entre sujeito e pesquisadora, bem como na condição fundamental da lógica do inconsciente. A resistência e a transferência no contexto da privação de liberdade compõem a clínica com adolescentes em conflito com a lei, termos que foram investigados através da relação paradoxal existente entre a liberdade para falar e a privação de liberdade, na qual a posição de pesquisadora foi convocada ao reconhecimento da lógica na fala e nas movimentações da pesquisa clínica em contextos institucionais.

Tendo como recurso o uso de vinhetas para o desenvolvimento da pesquisa, visou atender ao objetivo de investigar a lógica de inserção e/ou permanência de adolescentes na criminalidade, a partir da escuta psicanalítica de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Foi priorizada a investigação clínica e associações construídas nos, e sobre, os atendimentos a adolescentes privados de liberdade, nos dois eixos de pesquisa: vida-morte e servidão-autoria. Da mesma forma, buscou atender aos objetivos específicos, assim elencados: (1) reconhecer os efeitos do ato infracional identificando as formas políticas do biopoder, da necropolítica e das vidas matáveis da lógica neoliberal; e, (2) problematizar a tensão existente entre a privação de liberdade e a escuta analítica enredada pela dimensão sócio-política da colonialidade brasileira e as consequências do racismo, articulando as dimensões do colonialismo e do capitalismo.

As informações coletadas e produzidas por meio da escuta analítica dos adolescentes foram transcritas logo após o término de cada atendimento. Todo o registro foi assegurado de privacidade quanto às informações e identidade dos participantes. Os relatos escolhidos para compor as análises construídas nessa pesquisa foram selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão. Para os primeiros foram considerados apenas os relatos de atendimentos nos quais os adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade na modalidade de internação, dentre os quais foram selecionadas as narrativas em que os sujeitos apresentaram elemento paradigmático para responder à questão de investigação. Os casos e cenas selecionados incluíram as discussões sobre a inserção e/ou permanência na criminalidade como modo de inserção social, mesmo que pela via da

exclusão e da eminência constante em que a vida foi colocada em risco para afirmar certa modalidade de existência. Dentre os relatos dos adolescentes, evidenciou-se modos de desamparo, violências, anulação da vida, afirmação de poder, virilidade, masculinidade, submissão aos modos de poder neoliberal e da criminalidade; e as cenas institucionais foram enlencadas a fim de considerar as violências instituídas e os discursos de anulação endereçados a esses adolescentes. Diante disso, as vinhetas foram compostas pela narrativa de dez adolescentes, uma mãe e dois agentes socioeducativos.

Como critérios de exclusão, por sua vez, foram considerados os casos em que os adolescentes estavam provisoriamente em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, equivalente ao período inferior a 45 dias. Essa forma de seleção se faz importante, pois nesse período era possível que o adolescente fosse desligado da unidade socioeducativa de acordo com decisão judiciária, poderia interromper a continuidade do acompanhamento para a construção do caso clínico de interesse desse estudo. Também foram excluídos os relatos de atendimentos, para compor essa investigação, cujas narrativas não respondiam à questão de pesquisa como paradigma entre o sujeito e seu desejo de inserção na criminalidade, ou aos objetivos geral e específicos.

2.3.2. Tempo para compreender

- *Terceira etapa:* Na terceira etapa foram construídos os relatos e análises das observações apresentadas pela escuta dos adolescentes, como parte do processo de escrita dos atendimentos realizados. O diálogo com o campo da psicanálise foi construído tendo como foco a interpretação das narrativas e da escuta em seu processo transferencial de análise e investigação, sublinhando os elementos paradigmáticos da tensão entre liberdade para falar e privação de liberdade. Esse momento se articulou com o processo de escrita da prática e à transmissão da experiência da pesquisa em psicanálise, desdobrando-se na produção de artigos científicos e na construção da tese.

A escrita também se configurou como um importante processo da investigação, uma vez que ofereceu os alicerces para a transmissão do saber construído pela experiência, bem como indagações à própria teoria. A escrita da experiência da pesquisa em psicanálise, conforme Poli (2008), retoma a articulação com a transmissão da teoria psicanalítica, uma vez que a investigação foi afetada por sua produção discursiva. Isso quer dizer que a escrita em psicanálise não se interessa em atestar ou comprovar o que já se sabe, mas testemunhar a

experiência do encontro com o real, situando a interpretação nas expressões singulares de mal-estar ou construir nomeação de um ponto do real.

A escrita perpassou os três momentos da pesquisa, com a qual foi possível pela interpretação dos casos acompanhados e revisitados. Essa, segundo Lacan (1958/1998), compõe formulação articulada sobre as condutas ou significação das resistências, colocando o sujeito diante de seu próprio dizer. A interpretação, para que possa decifrar a diacronia das repetições, deve introduzir na sincronia dos significantes algo que possibilite a tradução da função do Outro. Isso quer dizer que introduz algo novo, que caminha pela via de produzir um efeito do significante no advento do significado.

Nesse momento, além da escrita da tese também foram desenvolvidas atividades que envolveram ensino, pesquisa e extensão. Considera-se, nesse sentido, a participação e coordenação de grupos de ensino, continuidade das atividades docentes já desempenhadas pela pesquisadora, produção e publicação de artigos científicos em revistas científicas, bem como organização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

2.3.3. Momento de concluir

- *Quarta etapa:* Na quarta etapa, buscou-se a construção da análise das enunciações dos adolescentes e dos sentidos construídos diante da experiência de privação de liberdade e envolvimento com a criminalidade. A análise das falas dos adolescentes consistiu na interpretação, oferecendo continuidade aos processos iniciados no tempo anterior, possibilitando a constituição e a anunciação de um saber diante do fenômeno observado.

A quarta etapa coincidiu com o fechamento da pesquisa pela análise dos relatos dos atendimentos, da sintetização dos conhecimentos produzidos com a escuta clínica e da experiência da construção de uma clínica psicanalítica atravessada por questões políticas e sociais, propondo entendimento e novos direcionamentos para essa prática em contextos de vulnerabilidade social e processos de exclusão. A contribuição da pesquisa, em seu momento de concluir, visou o seu fechamento enquanto material acadêmico apresentado para a titulação do doutorado. No entanto, esse trabalho possibilita novos caminhos e horizontes para a contínua investigação psicanalítica ao olhar para o sujeito em sua dimensão subjetiva, política e social. Assim, concluir se configura como um ato de abertura para o material inédito, o não dito e os endereçamentos de novas questões à pesquisa e à clínica-política.

3. A GUERRA E O INIMIGO

Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer.
(Maria Carolina de Jesus, 1959/2014, p. 159)

3.1. Prólogo: instante de ver

A investigação se desenvolveu com respaldo nas impressões, falas e experiências narradas pelos adolescentes, e neste capítulo as narrativas de Eduardo, Pedro e Raul permitiram investigar sobre a vida e a morte através das noções de guerra e inimigo. As compreensões que seguem partiram do questionamento “por que o crime?”, com o qual os adolescentes foram convocados a falar sobre suas histórias de vida, construindo narrativas sobre si. E, como base de sustentação temos como proposta a implicação de outras questões, tais como: o que se faz com a política socioeducativa? O que se perpetua nos modos de tratamento aos adolescentes privados de liberdade? Quais os lugares e efeitos da política socioeducativa na vida desses adolescentes?

Eduardo, Pedro e Raul foram os adolescentes elencados, neste capítulo, para dar voz e falar sobre a morte e a vida. Eduardo anunciou estar no crime porque não tem nada a perder, Pedro porque o crime precisava de gente como ele, abandonado, e Raul porque queria concluir o ato inacabado. A essas enunciações trataremos sobre a guerra e o genocídio que tomam a vida da juventude negra no Brasil como passíveis de extermínio. Vida e morte, assim, tornam-se processos políticos, em que os sujeitos buscam formas de existir nesse complexo percurso que inventamos entre o início e o fim da vida.

Eduardo considerou estar no crime a partir da dimensão de perda: “*estou no crime, porque não tenho nada a perder*”. Eduardo acreditava que já tinha perdido tudo: a mãe era usuária de álcool e crack, não tinha laços familiares, seu pai nunca conviveu com ele e constituiu outra família, com a qual Eduardo não podia ter vínculos por impedimento da madrasta. A mãe teve envolvimento com a prostituição, atividade que manteve seu consumo com drogas, em especial, álcool e crack. As mortes eram recorrentes em sua vida, alguns amigos haviam morrido em disputas por tráfico de drogas ou dívidas com traficantes. Como ele também tinha dívidas com o tráfico, foram muitos os conflitos e dificuldades de circulação na cidade onde residia, pois foi-lhe imposto por conhecidos e rivais restrições de circulação em determinadas áreas da cidade.

Joana, mãe de Eduardo, fazia uso abusivo de drogas, estava constantemente embriagada, e chegou a vender móveis e utensílios domésticos para consumir. Joana visitou Eduardo algumas vezes durante o cumprimento de medida socioeducativa com sinais de embriaguez e por esse motivo ela não foi autorizada a entrar pela equipe de segurança. Joana tinha questões relacionadas à saúde física, saúde mental e vulnerabilidade social, por esses motivos era acompanhada pelo CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) de sua cidade, e pelo CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), tinha diagnóstico de esquizofrenia e cirrose decorrente ao consumo excessivo de álcool. Tanto Joana, quanto Eduardo, sofreram muitas agressões por cobranças pelas dívidas que fizeram devido ao uso de drogas. Em situações críticas, Joana vendeu boa parte dos móveis e utensílios domésticos para sustentar a dependência química. Eduardo também fazia uso de álcool e outras drogas, segundo ele, para ter sensação de euforia.

O crack e o álcool regulavam os laços de Joana e Eduardo. Fazer uso de crack era uma das situações que Eduardo sentia falta durante a privação de liberdade, disse salivar ao se lembrar do crack. Eduardo indicou nunca ter feito uso de drogas junto com a mãe, e sempre advertia sobre o uso, ele achava errado a mãe fazer uso de crack e queria “salvá-la” do vício. Contudo, ele também não conseguia parar de usar, e tentava consumir droga no centro socioeducativo, tendo conseguido ilicitamente por algumas vezes, o que lhe gerou dívida, intrigas e muitos conflitos com outros adolescentes e agentes socioeducativos. Em liberdade, Eduardo usava crack, roubava, furtava, colocava-se em risco de vida, e dizia gostar do crime pela sensação de aventura, ameaça, medo e conquistas. O crime fora lhe apresentado como possibilidade de solução à sua lógica de “*não ter nada a perder*”.

Diante da mesma indagação, “por que o crime?”, Pedro respondeu: “*o crime precisa de gente como eu, abandonado*”. Para ele, a vida significava matar ou morrer, em suas palavras: “*o crime é como brincar de polícia e ladrão, só que o sangue não é de tomate. Quem morre não teve sorte, ou bobou. Eu sou um ladrão de sorte, por isso estou vivo até hoje*”. Estar no crime, para ele, era correr os riscos de um jogo de sorte ou azar. Nessa roleta russa, Pedro se engendrou num caminho em que o crime precisava dele, precisava de gente como ele, abandonado. A morte viria de qualquer jeito, então, por que se preocupar em manter a vida? Pedro achava que a vida seria abreviada - “*vou durar pouco*” - e lhe deu a expectativa de 25 anos, pois, segundo ele, “*vida de bandido é curta. Com 35 anos vou tá cansado de roubar, trocar tiros, de tá na facção*”. Tudo isso demanda muito, e dentre as possibilidades de morrer ele considerou que seria assassinado pela polícia.

Pedro afirmou que almejava poder, queria “*crescer no crime*” e ser “*como o tio*” que era membro de uma facção. Ao longo de sua adolescência, Pedro foi matriculado pela mãe em cursos profissionalizantes, os cursos poderiam ajudá-lo em sua vida profissional, para conseguir um emprego no futuro já que, segundo ele: “*não dá para traficar e roubar a vida toda. Quero descanso, férias, aposentadoria, e isso o crime não dá*”. Em um de seus dilemas, experimentado no primeiro acautelamento (janeiro de 2019 a outubro de 2019), ele estava dividido entre “*ser bandido*” e “*ser normal*”, dúvida que não apareceu no segundo acautelamento (janeiro 2020). Quando o atendi em janeiro de 2020, momento em que Pedro voltou ao socioeducativo após denúncias anônimas de tráfico, as quais ele suspeitava terem sido realizadas por sua mãe, o conflito entre “*ser bandido e ser normal*” havia se dissipado. Em seu retorno perguntei “*você fez uma escolha?*”, sua resposta veio com uma pergunta: “*você ainda tem dúvidas, Débora?*”. Pedro acreditava que a mãe o teria denunciado por tráfico de drogas que culminou em sua segunda internação, e por esse motivo ele, finalmente, teria autorização para cumprir a regra “*cagueta tem que morrer*”, e realizar a vontade de executar a mãe.

Pedro tinha medo, mas também era ameaçador, olhava para o mundo com raiva, e seu tema preferido era falar sobre a morte. A morte era um tema recorrente nos atendimentos, ele queria o dinheiro da herança pela morte do pai, queria a mãe morta, queria morrer cedo, e gostava de ver pessoas morrendo. Fora do centro socioeducativo, denominado “*mundão*”, ele tinha vários inimigos, pois, segundo ele, “*nesse mundo [do crime] ninguém é amigo de ninguém*” e passava boa parte do tempo planejando como matar essas pessoas.

Pedro indicou ter cometido outros crimes que não foram julgados, e também não seriam, pois não tinham descoberto sobre a autoria de algumas mortes que haviam ocorrido na cidade, e tais mortes não estavam em investigação, por se tratarem de “*restos humanos*” aos quais ele denominavam de “*vermes*”. As vítimas eram usuários de drogas e moradores de ruas - “*mendigos*”. Disse que vendia as drogas para esses “*vermes*”, e quando estavam muito “*chapados*”, levava-os para pontos isolados da cidade para realizar as execuções. Fazia isso porque gostava de ver as pessoas pedindo por socorro. Para ele a vida e a morte eram questões de sorte, tema que esbarrávamos o tempo todo nos atendimentos, em que ele expressava o desejo e os atos de provocar a morte de alguém, pois isso o mantinha vivo. Ouvir seu desejo de morte, e seu desejo de matar tendo o sangue vivo nas mãos, causava-me incômodos. Esse era meu ponto de resistência na escuta, sendo exatamente isso que ele pretendia provocar no outro, a mesma dor, o mesmo desconforto, a mesma repugnância que apartava de si.

Pedro não tinha medo da morte, tinha medo da deficiência. Seu medo, durante um assalto, era de receber um tiro de arma de fogo e ficar com alguma deficiência física, impossibilitado de andar. Disse que não tinha medo de morrer, e se acostumou com a violência policial. Para ele, sofrer violência por parte dos policiais, na abordagem, faz parte da “*vida do crime*”, e deve se acostumar com essas situações para sobreviver no crime, já que “*essa vida*” é “*matar ou morrer*”. A violência estava posta o tempo todo, sendo o recurso de sobrevivência e manutenção da lógica infracional e do ingresso na criminalidade. Pedro se sentia abandonado pela mãe, o filho indigesto, indesejado, ele era o “*resto*” que tentava eliminar provocando as mortes de outros “*restos*”, os “*vermes*”. O crime, segundo ele, precisava de gente como ele, abandonada, disposta para matar ou morrer.

Raul revelou “*quero sair pra terminar o que não fiz*”, indicando algo de sua dimensão subjetiva que precisava repetir constantemente em ato. Nos atendimentos, Raul falava da morte com heroísmo, da adoração ao pai, que segundo ele era um criminoso muito influente em uma cidade vizinha. Pela mãe, nutria grande admiração, por vezes, manifestada por certo desejo sexual. As fugas da realidade, as impossibilidades de se adequar às regras sociais e também às regras do crime foram as marcas fundamentais dos atendimentos de Raul. Ele estava dentro e fora de todo contexto, despreendendo-se parcialmente do laço social.

Raul fez uma escolha de cometer atos infracionais, não de inserção na criminalidade como fizeram Eduardo e Pedro, mas a partir de incompreensões de ocupar qualquer outro lugar dentro ou fora da criminalidade. A narrativa de Raul compreende um enredo não isento de fracassos sociais e das políticas de reparação à miséria, à vulnerabilidade social e de atenção à saúde mental. Assim, como Raul o mundo se tornava incompreensível diante de tanta violência, cujo caminho pareceu não apresentar outras escolhas, a não ser a morte, se não a dele a de outro, em especial, de outra mulher. Matar uma mulher, era poder matar a própria mãe, mantendo-a viva, por isso ele fez duas vítimas mulheres com o mesmo estilo de golpes com faca: dois na barriga, um nas costelas.

Para o primeiro ato, Raul cumpriu medida socioeducativa de privação de liberdade por tentativa de homicídio. A vítima, uma mulher jovem e grávida, tinha conseguido sobreviver ao ataque com a faca. Durante o período de privação de liberdade (agosto de 2018 a novembro de 2019), Raul reiterou repetidas vezes que precisava concluir seu ato. Em dezembro de 2019 retornou à unidade socioeducativa para cumprir privação de liberdade por homicídio, ele tinha produzido o fechamento ao ato e feito mais uma vítima, dessa vez fatal, também mulher jovem e grávida com ataques de facas no mesmo padrão. Raul tinha concluído seu ato, e voltou para terminar de fazer o que não tinha feito anteriormente.

Raul escolheu sua primeira vítima, e não conseguindo concluir o ato de homicídio retornou ao centro socioeducativo no intervalo de vinte dias ao ter cometido um homicídio, concluindo sua sentença: “*quero sair pra terminar o que não fiz*”. Acompanhei Raul durante o primeiro acautelamento, quando ele retornou para cumprir o segundo acautelamento por homicídio, eu não pude acompanhá-lo, pois eu estava saindo da unidade para assumir outra oportunidade de trabalho. Ao chegar na unidade ele se recusou a ser atendido por outra psicóloga, e solicitou que fosse novamente atendido por mim, pois ele tinha voltado também em busca da mesma mulher, concluindo o que não fez, defrontar-se com o impasse frente ao feminino.

O sexo e a violência se misturavam com as várias versões que ele apresentava sobre sua vida. Os pais viviam em conflito quando casados, e ao se separarem, a mãe teve envolvimento com a prostituição recebendo os clientes em casa, na presença de Raul. Ele e a mãe compartilhavam de experiências sexuais entre amigos, de forma que Raul se relacionava sexualmente com as amigas da mãe, e esta com os amigos de Raul. Sobre o ato infracional, Raul contou que trocava sexo por droga, ele entregava drogas a uma usuária que lhe oferecia sexo. Certo dia, ela procurou a droga sem oferecer sexo, e isso foi o motivo para o ataque com faca e tentativa de homicídio. No primeiro ato, Raul disse que conduziu a vítima até um local ermo da cidade, e proferiu três golpes com uma faca, atingindo o umbigo, outro perto do umbigo e outro entre as costelas.

Raul não compreendia que o motivo da privação de liberdade era o ato de tentativa de homicídio, ele identificou que o motivo do acautelamento era a moça ter ficado viva e contado para os policiais que era ele quem tinha tentado matá-la. O ódio pela vítima durou muitos meses, e ele mantinha o plano de voltar para sua cidade e terminar de fazer o que tinha deixado por terminar, a morte da moça que ele sempre a chamava de “*noiada*”. Ele não reconheceu que tinha tentado matá-la; em seu entendimento eram apenas “*espetadinhas*” para tentar avisá-la de que não era mais para tentar furtar sua droga. Ele disse que poderia matá-la, se quisesse, mas preferiu “*perdoá-la*” e deixá-la viva.

Ao receber alvará de soltura, Raul ficou muito animado em voltar para sua cidade, pois iria finalmente conhecer seu filho, e tentar reatar o relacionamento com Paula, sua ex namorada. Todavia, sua liberdade foi curta, ele voltou para a cidade e, novamente, começou com as atividades infracionais ligadas ao tráfico. Teve uma rivalidade com outra moça, que namorava um amigo, e estava grávida de cinco meses. Após a discussão entre o amigo e a namorada, Raul combinou com esse amigo de que a moça não teria o filho. Ambos conduziram a moça para um matagal, onde Raul a golpeou com uma faca, seguindo o mesmo

padrão: “um golpe no umbigo, outro perto do umbigo e outro nas costelas”. Foram “*espetadinhas*” que levaram a moça a óbito, e Raul novamente ao centro socioeducativo, após vinte dias em liberdade. Raul repetiu o ato para concluir o anterior, não era a mesma vítima, mas a mesma condição: facadas no peito e abdome de mulheres jovens e grávidas. Raul anunciou em seu primeiro acautelamento: “*quero sair pra terminar de fazer o que não fiz*”, e, dessa vez, ele fez. Foram mulheres que ele tomou como objeto de violência, e foi a mesma mulher que ele buscou quando novamente acautelado, ao solicitar que fosse mais uma vez acompanhado por mim.

Pedro, Raul, Eduardo são três adolescentes privados de liberdade, atendidos entre agosto de 2018 a fevereiro de 2020, que deram corpo e voz ao primeiro estudo desta pesquisa. Os três têm origem em lugares comuns dentre os ocupantes dos centros socioeducativos e das instituições prisionais: negros, pobres, moradores de regiões periféricas marcadas pelo tráfico de drogas, com grande defasagem escolar e poucas expectativas de permanência escolar e inserção no mercado de trabalho.

A história de vida dos três é marcada por pontos de convergência que trataremos neste capítulo, tal como a violência que tem preferência pela cor da pele e que se configura como uma prática estrutural da organização social brasileira, em que apontaremos o racismo e a violência a ele associada. Para isso, este capítulo é dividido em duas partes, a primeira em que atualizaremos a dimensão da guerra como uma política de Estado e estruturante da sociedade brasileira, e a segunda que consiste na construção da imagem do criminoso como o inimigo da ordem e da civilização, discutindo a identificação que Eduardo, Pedro e Raul fazem a partir do significante “bandido”.

O interesse em considerar a guerra e o crime são modos articulados de se entender a dinâmica social e os discursos estruturantes da sociedade brasileira, tal como Lacan (1953/1998) nos recomendou sobre a necessidade de alcançar o horizonte da subjetividade de nossa época, uma vez que para compreender o sintoma singular deve-se considerar o sintoma social. Nesse sentido, considerando que a guerra e a construção do inimigo são sintomas de nossa época, devemos olhar para os corpos marcados pelas políticas de exclusão, trazendo para a cena clínica e de investigação os três adolescentes que emprestaram suas palavras para anunciar o porquê da inserção e permanência na criminalidade, sendo personagens de uma guerra que traz como imperativo a lógica de “bandido bom é bandido morto”.

Partindo da consideração de que no Brasil vive-se uma guerra, ao demonstrar elevados índices de morte violenta contra a população de jovens e negros (IPEA, 2021), principalmente organizada como procedimento de combate ao crime, o desenvolvimento deste capítulo foi

orientado a partir das seguintes questões: Quem luta? Quem morre? Qual é o inimigo que se pretende abater? Essas questões serão respondidas através das histórias de Pedro, Raul e Eduardo, as quais convocaram a investigar sobre a vida e a morte pelas noções de guerra e inimigo.

3.2. Mecanismos psicológicos da guerra

A questão sobre a inserção e/ou permanência na criminalidade incorre em desdobramentos como tentativa de construção de hipóteses para tentar responder a pergunta norteadora da pesquisa - por que o crime? - Aparentemente essa interrogação se apresenta como uma pergunta simples, cuja resposta imediata poderia incorrer em errância, sendo necessário, portanto, tempo de compreender para alcançar alguma forma de conclusão através das suspensões da certeza. A construção da questão norteadora foi apoiada na pergunta que Einstein direcionou a Freud em 1932, e que culminou na publicação do texto *Por que a guerra?* (FREUD, 1932/2006). Para propor panorama a respeito dessa questão abordaremos, neste capítulo, duas importantes dimensões políticas, a vida e a morte, fundamentando-as na política de gestão da guerra, a qual coloca em suspensão a vida e faz da morte um imperativo, da qual inimigos e aliados sofrem suas consequências. Para isso, identificaremos os mecanismos psicológicos da guerra e a construção do inimigo, questionando-nos: considerando o contexto brasileiro, a quem essa guerra pretende abater?

Por que a guerra? É um texto de correspondência entre Einstein e Freud intermediado pela Liga das Nações em 1931, que promoveu a comunicação por cartas entre os intelectuais de renome da época. Na ocasião, um dos primeiros interlocutores foi Einstein que elegeu Freud para a comunicação. A carta foi publicada em Paris em 1933 e devido à ascensão nazista foi proibida na Alemanha. O tema da guerra foi desenvolvido por Freud em trabalhos anteriores, tais como: *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915), *Futuro de uma ilusão* (1927) e *Mal-estar na civilização* (1930). Na carta, Einstein endereçou a Freud algumas questões, sendo primeira que motivou a construção da carta, apresentada da seguinte maneira: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?” (FREUD, 1932/2006, p. 132).

Com a questão, Einstein (1932/2006) indagou sobre a possibilidade de construir uma política apaziguadora, pacífica e de desvalorização ao conflito armado. Diante do próprio questionamento, comentou que o avanço tecnológico e científico adquiriu novo significado para a civilização e colocou em pauta as dimensões da vida e da morte, ou seja, o progresso

científico não garantiu o investimento na vida. Pelo contrário, aprimorou os recursos e tecnologias empregadas para a promoção da morte. Nas palavras de Einstein (1932/2006), temos:

É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso (EINSTEIN, 1932/2006, p. 132).

O comentário de Einstein (1932/2006), diante da leitura sobre a vida e a morte como dimensões políticas, tendemos a nos questionar: seria mesmo um fracasso, ou a política de gestão da vida, teria encontrado na guerra seu sucesso e mecanismo de execução? Engajado em sua discussão, Einstein (1932/2006) acreditava ser possível a construção de uma explicação que se baseasse no conhecimento psicanalítico sobre a vida instintiva do homem; e, supôs como solução, mesmo tendo expressado dúvida quanto a eficácia desta, a implementação de instituição reguladora da paz por meio de acordo internacional, de modo que esse organismo legislativo e judiciário pudesse deliberar diante do conflito das nações. Esse argumento, porém, foi rebatido por Freud (1932/2006), considerando que a proposta desencadearia em mais um mecanismo regulador e arbitrário. Nesse ponto, Einstein (1932/2006) recorreu a obediência às ordens de um organismo internacional que, como podemos compreender a partir de Foucault (1976a/1999), configuraria-se em mais uma modalidade de disciplina e poder, ou com La Boétie (1563/2017) em um mecanismo de tirania e servidão. Einstein (1932/2006) também considerou que a segurança internacional culminaria em abdicar da soberania de cada nação, configurando o que La Boétie (1563/2017) nos advertiu sobre a renúncia à liberdade em busca de segurança que os povos realizam ao eleger e sustentar a tirania a partir da servidão.

Em suas considerações, Einstein (1932/2006) nos convocou a pensar sobre os mecanismos da guerra e a ausência histórica de motivações para coibi-la, o que levou Foucault (1976a/1999) a afirmar que a guerra sempre existiu. Diante da comunicação de Einstein (1932/2006), Freud (1932/2006) pareceu não demonstrar muito interesse em elaborar resposta à carta, e apesar de realizar algumas críticas à iniciativa de Einstein (1932/2006), endereça-nos alguns encaminhamentos para se pensar a guerra, suas motivações e mecanismos.

A relação entre direito e poder é o primeiro ponto indicado por Freud (1932/2006) à compreensão sobre a guerra, de modo que o termo violência pode substituir a palavra poder, propondo relação entre direito e violência. De saída, segundo Guerra e Rocha (2021), Freud

(1932/2006) propôs a substituição da palavra guerra por violência, deslocamento que evidencia a antítese entre a violência e o direito no plano político. Desse modo, mesmo que a violência seja um elemento que se torne, na comunidade, uma força coletiva sob a forma de lei, ainda assim se mantém como violenta e carece de força para se manter dominante.

O objetivo de Freud (1932/2006), ao diálogo proposto por Einstein, não foi explicar sobre os mecanismos da guerra pela psicanálise, mas tomar a destruição e a violência como realidades do psiquismo (FUCKS, 2003). O avanço tecnológico nunca garantiu a paz, e corroborou para a exacerbação do exercício da violência, inclusive, sendo capaz de substituir a força bruta pelo manejo da técnica (GUERRA; ROCHA, 2021). Desse modo, Freud (1932/2006) evidenciou sua decepção com grande parte dos intelectuais da época que demonstravam afinidade com o infernal, de modo que é possível considerar que o avanço da tecnologia e da ciência podem fomentar a barbárie (FUCKS, 2003).

Diante de tal perspectiva, Mbembe (2018) nos evidenciou sobre as guerras contemporâneas que substituem o contato corpo a corpo, ou os campos de batalha, pelos ataques aéreos, as terras arrasadas e, atualmente, a utilização de veículos aéreos não tripulados, os conhecidos *Drones*, que retira da pessoa que ataca a responsabilização pelo ato. O resultado, contudo, é sempre a morte, a produção do medo e da destruição que atende à inclinação pulsional que advém da subjugação (GUERRA; ROCHA, 2021). Diante disso, questionamos: seria o exercício da violência um direito atribuído aos dominadores sobre os dominados?

A dominação por violência bruta ou apoiada no intelecto configura a situação inicial da guerra (FREUD, 1932/2006). Para essa consideração apontada por Freud (1932/2006), Mbembe (2018) acrescentaria que colonizadores mantêm suas colônias sob a condição de conflito, pois a colônia representa o lugar em que a soberania se realiza como um poder à margem da lei, em que a paz se configuraria como uma guerra sem fim. Essa política de guerra se justificaria por dois princípios: o primeiro postula sobre a igualdade jurídica de todos os estados, e o segundo se relaciona à territorialização do Estado soberano. Ao primeiro princípio, vemos que o direito de fazer guerra se sustenta pelo reconhecimento de matar ou negociar a paz como funções proeminentes dos Estados, não aceitando qualquer autoridade dentro de seu território, ao mesmo tempo em que esse Estado se compromete a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar.

Ao segundo princípio, impõem-se as fronteiras dentro de uma ordem global, cuja distribuição entre as regiões coloca em oposição as colônias e a Europa. Desse modo, a guerra legítima é conduzida por um Estado contra o outro, ou entre Estados “civilizados”, mantendo

o Estado como centralidade no cálculo da guerra. As colônias são mantidas pelos colonizados como zonas de guerra e desordem, locais em que a excelência em controles e garantias de ordem judiciais podem ser suspensos e, onde a violência do estado de exceção opera, supostamente, a serviço da civilização. As colônias são, assim, zonas de exercício da violência um direito atribuído aos dominadores sobre os dominados. As guerras coloniais, portanto, foram concebidas pela expressão de hostilidade absoluta em que o conquistador é colocado frente a um inimigo absoluto.

Conforme Foucault (1976b/1999), as guerras contemporâneas são guerras de raças. A guerra de raças foi concebida desde o século XVIII e se estende até a contemporaneidade, sendo sustentada pela hierarquização das populações, em que algumas são eliminadas para fazer outras prosperarem. A guerra de raças é pautada pela eugenia e pelo racismo de Estado, este como tendo o poder sobre a vida e a morte, ou apenas o poder de matar. As formas políticas ao se configurarem como técnicas de poder a partir de duas vertentes, a primeira entre os séculos XVII e XVIII em que o poder sobre o corpo se inseriu como um modo de individualização, e a segunda como massificante tomando o corpo como homem-espécie, em que vemos surgir a anátomo-política, a qual Foucault (1976b/1999) renomeia como biopolítica.

Assim, a partir da comunicação entre Freud (1932/2006) e Einstein (1932/2006), recorreremos a Foucault (1976a/1999) e algumas de suas construções sobre a morte e o poder sobre a vida, dimensões reunidas no conceito de biopolítica. A biopolítica se configura, portanto, em nova tecnologia de poder que se apresenta em práticas de gestão da vida a partir de seus campos de intervenção, tais como a natalidade, a morbidade, incapacidades biológicas diversas, ou efeitos do meio. São desses campos, que a biopolítica extrai seu saber e define seu campo de atuação. A biopolítica lida com a população como um problema político, e cujos mecanismos de poder são baseados em previsões, estimativas estatísticas e mediações globais com o objetivo de intervir nas determinações desses fenômenos. A tecnologia do biopoder se centra não mais nos corpos, mas na vida, configurando-se como uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas de uma população, e que controla a probabilidade dos eventos (FOUCAULT, 1976b/1999).

O poder sobre a vida das populações é o fundamento do biopoder, domínio que não é recente em nossa história, e que ao longo dos anos se configurou em formas cada vez mais elaboradas e organizadas nos sistemas de poder. Ao longo da história, o direito de vida e de morte, segundo o direito romano *patria potestas*, era concebido ao pai de família que dispunha de poder sobre a vida de seus filhos e escravos conforme sua vontade, podendo

retirar-lhes a vida. Da mesma forma, porém não de modo incondicional, estabeleceu-se a relação entre o soberano e os súditos, poder sustentado pela condição de que se a existência do soberano estivesse em exposição, este teria o direito de réplica. Ameaçado por inimigos externos ou em sua existência, o soberano podia determinar que os súditos entrassem em guerra contra os inimigos para defender o Estado, colocando-os em direito indireto sobre a vida e a morte. Se um de seus súditos ameaçasse a existência do soberano e infringisse suas leis, este poderia exercer seu poder e matá-lo como castigo. Assim, no poder soberano clássico, o líder tinha poder sobre a vida e a morte de seus súditos através do direito de causar a morte ou deixar viver, de modo que o poder sobre a vida e morte era inerente ao exercício do poder (FOUCAULT, 1976a/1999).

A partir da época clássica, houve a transformação nos mecanismos de poder, no Ocidente, de modo que o direito de morte se deslocou para apoiar as exigências do poder que gere a vida, o poder do soberano, desse modo, é subvertido ao direito do corpo social de garantir sua vida, mantendo-a ou desenvolvendo. O soberano, assim, exerceria seu direito sobre a vida a partir do exercício de seu direito de matar. Seu direito é formulado nas palavras de Foucault (1976a/1999) como “o direito de causar a morte ou deixar viver” (p. 128). No século XIX, as guerras foram mais devastadoras do que no passado, e os regimes de extermínio eram praticados sobre a própria população. Para a condição, o poder de morte se apresentava com certo cinismo ao que se agencia sobre a vida. A gestão sobre a vida e a morte se configuram com a dimensão da biopolítica, que considera o exercício do Estado em subversão à lógica soberana, mantendo, porém, a regulação e a escolha sobre a vida dos cidadãos, a partir da assunção da vida pelo próprio poder, ou seja, fazer viver e deixar morrer. As guerras atuais não se realizaram mais para defender o soberano, mas populações inteiras são devastadas pela necessidade de viver, de modo que os massacres se tornaram vitais, cuja lógica se estrutura em “poder matar para poder viver” (FOUCAULT, 1976a/1999, p. 129). O genocídio se configurou, conforme Foucault (1976a/1999), como o sonho do poder moderno, uma vez que o poder se sustenta no nível da vida, tomando a dimensão biológica, e não jurídica tal como o poder soberano. Desse modo, o poder de matar impõe garantias, mesmo que torpes e ilusórias, à existência.

A dimensão da vida interessa ao poder, uma vez que o conhecimento que se produz sobre a vida, como as observações e medidas que visem a vida e a sobrevivência compõem certo conhecimento e relativo domínio sobre a vida, o que afasta algumas iminências da morte, de modo que o poder e o saber são levados à modificação e controle dos processos de vida colocando o biológico como condição política. A biopolítica designa, portanto, os cálculos

explícitos que fazem com que a vida e seus mecanismos estejam regulados pelo poder-saber que atua como agente de transformação da vida humana.

Se a vida e a morte podem estar submetidas ao cálculo para alcançar determinada finalidade por meio do poder instituído a alguém ou a um grupo, é porque a vida e a morte são dimensões políticas, e estão regidas sob uma modalidade de poder. Ao poder, Foucault (1976b/1999) considera como um direito de um bem capaz de transferir, parcial ou inteiramente, o que é da ordem da cessão ou do contrato, de modo que o poder é o que todo indivíduo tem ou poderia ceder para constituir um poder ou uma soberania política, reconhecendo que o poder só existe em ato, não é trocado ou cedido, age-se pelo poder.

Foucault (1976b/1999) lançou mais uma dimensão na análise sobre o poder que corresponde ao poder como a guerra, isso porque se o poder se manifesta pela relação de força é possível compreendê-lo como combate, enfrentamento e guerra. Tendo como condição, o poder como mecanismo essencial à repressão, e o poder como guerra continuada por outros meios, ou mesmo que a política seria a guerra continuada por outros meios, uma vez que a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. Diante disso, é possível constatar que as relações de poder de uma sociedade se ancoram na relação de forças estabelecidas a cada momento histórico na guerra e pela guerra. Para essa condição, o poder político reinsere a relação de força posta ao fim da guerra para produzir paz em uma sociedade com a finalidade de reproduzir guerra silenciosa e reintroduzi-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e nos corpos.

A inversão que resulta na inserção da guerra nas formas políticas, incorre em lutas políticas, enfrentamentos do poder, com o poder e pelo poder, acentuações e reviravoltas no sistema político interpretado como continuação da guerra. Apontar a política como continuação da guerra consiste também em identificar que a decisão final vem da guerra, a partir de uma guerra de forças em que as armas têm função de deliberação, sendo a batalha o objetivo político. No interior dessa paz ilusória, a repressão consiste no emprego da guerra contínua e uma relação perpétua de forças (FOUCAULT, 1976b/1999).

Foucault (1976b/1999) reconheceu que a guerra pode matriciar as relações de poder e as técnicas de dominação de uma sociedade, de modo que as relações de poder mantêm articulação com a relação de enfrentamento, de luta, de morte e de guerra. E, ressaltou que as leis não foram criadas de modo natural, mas das batalhas reais, das vitórias, massacres, conquistas, com as mortes e corpos derrotadas nos conflitos. Nesse sentido, a lei não é pacificação, uma vez que a lei e guerra são mecanismos de poder regulares. A guerra e a paz não são excludentes, e a batalha perpassa toda a sociedade de forma contínua e permanente,

em que os indivíduos são colocados em batalha uns contra os outros, ou seja, não há sujeito neutro, em uma sociedade binária, entre incluídos e excluídos, os indivíduos são forçosamente adversários entre si.

Ao redescobrir os mecanismos da guerra, Foucault (1976b/1999) identificou que a guerra não terminou, ela permanece como discurso histórico-político. O discurso veiculado como verdade é daquele que luta e que narra sua história, cobra para não cair em esquecimento e faz de seu discurso como forma de reclamar ou seus direitos singulares, marcados pela relação de propriedade, conquista, vitória, família, raça, superioridade, anterioridade, das ocupações recentes ou milenares.

As guerras se desenvolvem sob a paz e divide a sociedade de modo binário, de modo que as guerras não se configuram pelo conflito de classes, mas de raça, ao que Foucault (1976b/1999) denominou de guerra das raças. A guerra das raças é sustentada pelo discurso e vocabulário darwinista e se articula com os movimentos das nacionalidades na Europa e na luta contra os grandes aparelhos do Estado, articulando-se com a política de colonização europeia, apresentando-se como transcrição biológica da luta de raças. Nesse desdobramento, temos a construção discursiva de uma única e mesma raça em super-raça e sub-raça, ou ainda, o reaparecimento de uma raça a partir de seu avesso. De forma, o racismo se constituiu como mecanismo biopolítico contra os perigos biológicos da raça, aparelhando a sociedade ao racismo de Estado, de origem a partir do século XX, que caracterizou o racismo aplicado e praticado pela própria sociedade contra ela mesma, sobre seus próprios elementos e produtos, o racismo interno permanente.

As estruturas de poder contemporâneas expressam os mecanismos de administração dos corpos e a gestão da vida, e exercem efeitos da sujeição social. Ao utilizar os termos biopolítica e biopoder, Foucault (1976a/1999) apresentou as maneiras pelas quais os discursos disciplinares sobre a sexualidade, as disposições corporais, a saúde, a doença, a experiência do envelhecimento e do autocontrole foram normalizadas e produziram a ideia social de uma vida possível a ser vivida (SAFATLE, 2018). Safatle (2018) extraiu de Foucault (1976a/1999) a seguinte afirmação: “Durante milênios, o homem permaneceu aquilo que ele era para Aristóteles, um animal vivente que, além disso, era capaz de uma existência política. O homem moderno é um animal na política do qual sua vida de ser vivente é uma questão” (SAFATLE, 2018, p.284). Desse modo, é possível considerar que o biopoder é indispensável ao capitalismo, o qual é mantido pelo controle dos corpos no aparelho de produção e pelo ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.

Voltemos a Freud (1932/2006) para considerar que a partir do momento em que as armas foram inseridas em nossa sociedade, a força bruta foi substituída pela superioridade intelectual. Embora, os objetivos das guerras se mantivessem os mesmos, a violência mais ampla do vencedor culminaria na eliminação do inimigo. Tendo, porém abatido o adversário, o vencedor não teria como restabelecer sua oposição, além de que o homicídio do inimigo satisfaz a uma inclinação instintual. O inimigo, ao não ser assassinado, tem utilidade ao ser mantido vivo em estado de intimidação. A violência, assim, incide sobre o adversário em subjugar no lugar de matar.

Nesse ponto, Freud (1932/2006) nos remete a encontrar em Agamben (2002) a figura do *homo sacer*, o indivíduo cuja vida foi destituída de reconhecimento social e jurídico, e que pode ser facilmente eliminada, sem que sua morte incorra em homicídio. O *homo sacer* é a figura do direito arcaico romano que Agamben (2002) circunscreveu como elemento da sociedade moderna e contemporânea, em que milhões de vidas humanas são transfiguradas em objetos de aniquilamento, estando fora do campo jurídico-político, o *homo sacer* ocupa uma zona de indiferenciação, que condenado por algum delito pode ser exterminado (FUCKS, 2003). Primo-Levi (1988) testemunhou a figura do mulçumano nos campos de concentração, a qual evidencia o estado-limite, em que a vida é destituída de significação social, sendo precarizada em seu mais elevado grau.

Diante disso, podemos recorrer a Butler (2018) ao considerar que em uma sociedade não se escolhe com quem devemos conviver, a convivência é algo basal das relações sociais, contudo, o poder de que essa escolha é possível se constitui no genocídio. A afirmação é identificada nas considerações de Hannah Arendt a respeito dos argumentos apresentados frente ao acompanhamento do julgamento dos crimes de Adolf Eichman (1906-1968), que acreditava ser possível a realização dessa escolha em eleger quais populações deveriam viver e quais deveriam morrer, cujo mecanismo de poder culminou na ascensão do nazismo. Em diálogo para a mesma questão, Mbembe (2018) indicou que o grau mais baixo da sobrevivência é matar, uma vez que cada homem se torna inimigo de todos os outros. O horror diante da visão da morte do inimigo, porém, transforma-se em satisfação, em que a presença física do cadáver faz o indivíduo se sentir o único sobrevivente, e a cada inimigo abatido aumenta o sentimento de segurança.

Assim, vemos que as estratégias políticas compreendem a ampliação da codificação da ordem estatal em contínua regulação da vida pelo poder. Assim tendo em vista a dimensão da biopolítica, podemos tomar a guerra como mecanismo de gestão da vida, de modo que Foucault (1976b/1999) pôde afirmar que a política é a guerra continuada por outros meios.

Também a partir dessa perspectiva e ampliando o conceito de biopolítica, Mbembe (2018) desenvolveu o conceito de necropoder, ao questionar se o conceito de biopoder seria suficiente para contabilizar as formas contemporâneas de guerra, luta contra o terror e o assassinato contra o inimigo, tendo a guerra como forma absoluta do direito de matar.

Mbembe (2018) apresentou a guerra como expressão máxima da soberania, que reside no poder de decidir quem deve morrer e quem deve viver. Foucault (1976b/1999) colocou o biopoder como o domínio da vida estabelecido por lei ou direito àquele que detém o poder, mas Mbembe (2018) questionou:

sob quais práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? [...] Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? (MBEMBE, 2018, p. 6).

A guerra, assim, caracteriza-se como um meio para alcançar a soberania, e como uma forma de exercer o direito de matar, cujo destino é dado à vida, à morte e ao corpo. As guerras contemporâneas não incluem os fundamentos anteriores de conquista, aquisição e gerência de um território, mas aos ataques-relâmpagos que foram resultado da guerra aérea da revolução militar-tecnológica, bem como a guerra infraestrutural que produz o fenômeno de terra arrasada a partir da destruição de instrumentos, equipamentos e estruturas que garantiriam a sobrevivência e a circulação de uma população em determinada área, ou também tendo como recurso a suspensão, ataques ou invasões aos sistemas de dados, comunicações e informações de países ou populações. Assim, a guerra produz a falência do sistema de sobrevivência do inimigo, de modo que os danos incidem sobre a vida civil, e visam forçar o inimigo à submissão.

As formas contemporâneas que subjagam a vida se configuram no poder da morte, ou da necropolítica, que ao incluir as formas de resistência, sacrifício e terror, mostram que o conceito de biopolítica precisa ser considerado para que também possa incluir as formas contemporâneas de submissão da vida à morte. Os termos necropoder e necropolítica, trabalhados por Mbembe (2018), comportam as diversas formas em que o mundo contemporâneo se organiza para a destruição máxima das vidas, criando mundos segregatórios de exercício da morte. Se a morte é o recurso para o controle da vida, sendo a guerra o instrumento para isso, devemos considerar para o contexto brasileiro, vivemos em guerra? Qual inimigo pretende-se combater? A essas questões, buscaremos construções no próximo tópico.

3.3. A construção do inimigo e as experiências de Eduardo, Pedro e Raul

A barbárie, as explorações e as compulsões de matar são apontadas por Freud (1932/2006) na obra *Por que a guerra?*, a qual se estrutura como uma bússola para abordar o tema da morte e dos genocídios (FUCKS, 2003). Foucault (1976b/1999) identificou que a lei tem origem nos massacres, nas batalhas reais, nas conquistas com data e heróis do horror, ocasionando terras devastadas e inocentes que agonizam. A lei, portanto, não é sinônimo de pacificação, pois sob a lei a guerra continua por meios regulares no interior de uma sociedade, ou seja, as guerras sustentam as instituições e a ordem. Assim, Foucault (1976b/1999) afirmou que uma frente de batalha perpassa uma sociedade inteira, de modo que não há indivíduos neutros, já que estão forçosamente em guerra uns contra os outros. Para se fazer a guerra é preciso que se tenha o inimigo, ou seja, a identificação da vida, ou população, que se almeja combater.

A contemporaneidade apresenta nova modalidade de fazer a guerra, os batalhões nacionais que se enfrentavam emergem, atualmente, com novos espaços, tecnologias e atores, cuja transformação corresponde ao cenário social global. A configuração neoliberal produz a condição precária induzida pela lógica da ausência do Estado, a partir da voracidade do mercado. O descentramento do Estado moderno e a reestruturação do lugar da soberania marca o registro das subjetividades contemporâneas, a nova configuração se ampara no desalento das individualidades e ao estabelecimento de relação inédita com a alteridade, em que o princípio de verticalidade da soberania é substituído pelas relações horizontais no reconhecimento do desamparo (VIEIRA, 2019).

O neoliberalismo produz restos que não são incorporados pelo consumo, restos que se tornam vidas precárias, e precarizadas pela intensa desigualdade social produzida. Com isso, podemos reconhecer que a violência urbana e os contextos de criminalidade violenta destinam os adolescentes negros e de periferia ao destino da morte, configurando a relação das situações de exclusão social (SIQUEIRA, 2016). Diante de tais condições, devemos questionar: a quem essa guerra pretende combater? Podemos considerar que o contexto brasileiro se estrutura pela lógica da guerra? Para problematizar essas duas questões, devemos, inicialmente, observar os índices sobre as taxas de homicídios e características comuns entre as principais vítimas de violência no Brasil.

Segundo dados do IBGE (2019), a violência atingiu 29,1 milhões de pessoas, sendo mulheres, jovens e negros as principais vítimas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) cerca de 47.773 pessoas foram vítimas da violência letal no Brasil,

aproximadamente 74,4% das vítimas eram indivíduos negros e 51,6% jovens de até 29 anos de idade. Conforme o Atlas da Violência (IPEA, 2021) os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos representam o contingente populacional de maior risco de serem vítimas de crimes violentos e homicídios, consequentes de conflitos da ação do crime organizado e uso de armas de fogo. Além disso, o Brasil é o país com a terceira maior população carcerária do mundo, em que dois terços são homens negros e pardos (GUERRA, 2020).

A partir desses dados, podemos considerar que há algo em comum entre as vítimas mais propensas a mortes violentas nos últimos anos, acometendo, principalmente a população jovem e negra, entre 15 e 29 anos de idade. Ao observar que o índice de vítimas letais é alto, e equivale a países em guerra, seria necessário considerar que vivemos em guerra no Brasil? Tendo como maiores vítimas dessa guerra os jovens e negros, podemos afirmar que o Brasil experimenta diariamente o extermínio de sua população jovem, negra e periférica? Assim, o racismo é sustento bélico para a guerra brasileira?

Abordaremos, assim, o racismo e sua relação com a vida e com a morte. No início do século XX, o nazifascismo e ascensão da extrema-direita ganharam espaço político na Europa, momento em que Freud se dedicou à inserção da psicanálise no campo da política, com a construção de argumentos teóricos que sustentaram as obras *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *Mal-estar na civilização* (1930) e *Moisés e o monoteísmo* (1939), os quais testemunharam as inquietações com a política e o processo civilizatório europeu. Essas obras constituem a análise psicanalítica, centrada no sujeito, a partir das relações com a massa, com a alteridade, com o poder e com o Estado. O fenômeno do grupo, e de amor e ódio ao semelhante, apresentado em *Psicologia das massas e análise do eu* (FREUD, 1921/2011), aponta para a lógica do narcisismo das pequenas diferenças, cuja base de constituição do grupo e do outro são levadas às consequências de segregação do estrangeiro, equivalendo-se aos processos que endereçam o ódio aqueles que não são reconhecidos como idênticos. Assim, o racismo se traduz ao ódio como indiferença que não compactua com a maioria. O racismo, nesse sentido, alimenta algo além do narcisismo das pequenas diferenças, de modo que emerge na eliminação de qualquer diferença, principal ilusão do totalitarismo (FUCKS, 2003).

Grosfoguel (2016) reconheceu quatro formas de genocídios pautadas no racismo e no sexismo, cujo aspecto de raça e gênero foram apontados como a base para os epistemicídios ao longo do século XVI, os quais são, os genocídios contra os judeus e muçulmanos na conquista de Al-Andalus, contra os povos nativos das Américas, contra os povos africanos escravizados, e contra as mulheres europeias acusadas de bruxaria. A partir do estudo de Grosfoguel (2016), é possível observar que o racismo e o sexismo são importantes problemas

contemporâneos e representam o privilégio epistêmico dos homens ocidentais exercido sobre os corpos políticos e geopolíticas utilizadas como projetos imperiais, coloniais e patriarcais no mundo. O autor indicou também que o “racismo de cor” não foi a primeira forma de discurso racista, pois “racismo religioso” precede o “racismo de cor” e já designava o conflito entre os povos com religião e os povos sem religião, ou com alma e sem alma, sendo este o primeiro elemento racista do sistema patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista constituído ao longo do século XVI. Em cadeias excludentes, a lógica seguiria o seguinte encadeamento: se não tem religião não tem um Deus, sem um Deus não tem alma, se não tem alma não é humano, e sim animal, fundamentando o não reconhecimento da vida humana no outro.

Foucault (1976b/2005) questionou: “como exercer o poder da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (p. 304). O racismo não é novidade na civilização humana, pois, como mencionado, já existiam outras formas de racismo, sendo fundamental, porém, reconhecer o modo como a contemporaneidade se organizou e inseriu o racismo como um mecanismo do bio e necropoder. O racismo, assim, introduziu um corte entre os humanos que merecem morrer e os que merecem viver. No estatuto biológico, a divisão hierarquizada da espécie humana em raças incumbiu ao exercício de produzir diferença, no interior de uma população, e nos grupos entre si. Assim, foi possível reconhecer duas funções do racismo: a primeira função é fragmentar, construir cesuras no interior de um grupo biológico ao qual o biopoder exerce sua função; a segunda função, define-se como uma relação positiva de guerra, de modo que quanto mais pessoas pertencentes à raça inferiorizada morrerem, maiores serão as chances de viver da raça superiorizada.

Essa lógica se sustenta em benefício do grupo, uma vez que a morte da raça inferiorizada permite que a vida da raça superiorizada se torne mais sadia e pura. Trata-se de uma relação biológica, e não militarizada, guerreira ou política. A criminalidade, a loucura e as deficiências também podem ser pensadas de acordo com a lógica do racismo, em que a condenação à morte e o isolamento têm por função proteger a população superiorizada, compondo também os mecanismos do biopoder (FOUCAULT, 1976b/2003) e necropoder (MBEMBE, 2018). Desse modo, o racismo assegura a morte como elemento da economia do biopoder, a partir do fortalecimento de uma raça em detrimento de outras, o que permitiu Foucault (1976b/2003) afirmar que os Estados mais assassinos são também os mais racistas, sendo o estado nazista um exemplo. A proposição de Mbembe (2018) com a noção de necropoder, também assentada no racismo, foi a de produzir a perspectiva colonialista do que especifica a raça como processo legitimador da desumanização de uns corpos em detrimento

do privilégio de outros num quadro neocolonialista contemporâneo, reconfigurando a noção de biopolítica.

O necropoder fornece a divisão entre os que devem morrer e os que devem viver, operando na divisão entre vivos e mortos, conforme pode ser definido pelo campo biológico, o que pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, subdividindo as populações, condição que sustenta o racismo. Os estereótipos racistas e o racismo de classe traduziram os conflitos do mundo industrial, e equiparou a classe trabalhadora e o “povo apátrida” como os “selvagens”, que foram categorizados no mundo colonial como destituídos de sua subjetividade e do reconhecimento político de direito à vida (MBEMBE, 2018).

O processo civilizatório do Brasil se constituiu a partir da exploração da mão de obra escrava e, na contemporaneidade, seu destino mantém traços históricos e sociais dessa exploração. As vidas das pessoas negras escravizadas, e transformadas em mercadorias para comporem o mercado de escravos na América, foram marcadas pelos processos de violências históricas calcadas no racismo e no sexismo, tal como podemos compreender a partir de Hooks (2019). No Brasil, a herança escravocrata e a desigualdade racial sustentam o preconceito de cor e a hegemonia branca nas relações interraciais (SOUZA, 1983), o que convoca a considerar o racismo como o eixo estrutural da guerra cotidiana que o Brasil mantém desde sua colonização.

Ao prefaciá-la obra *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza (1983), Jurandir Costa Freire afirmou que ouvir e pesquisar sobre os destinos do negro no Brasil possibilitou a Souza (1983) refletir sobre a violência, uma vez que colocar em evidência a negritude e o racismo é falar de violência. Nas palavras de Freire (1983): “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (SOUZA, 1983, p. 2).

A violência racista consiste em três traços. O primeiro que tende a destruir a identidade do negro pela internalização compulsória e brutal do Ideal de Ego branco, sendo obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo. O sujeito negro tenta, assim, transpor o hiato entre o Ego e seu Ideal, às custas de sua felicidade ou equilíbrio psíquico. O modelo de identificação normativo-estruturante que o sujeito se encontra é o fetiche branco ou da brancura. Nesse sentido, o racismo demonstra a repressão ou persuasão, que leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico à realidade de seu corpo, história étnica e pessoal. Diante do desejo de embranquecer, o sujeito deseja sua própria extinção. Com isso, a

ideologia do corpo conduz ao mito de desvalorização sistemática dos atributos físicos da pessoa negra.

O segundo traço da violência racista indica a relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo. A identidade do sujeito tem relação com a imagem que ele cria do próprio corpo, e a partir do momento em que o sujeito negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado pela perseguição do corpo-próprio, de modo que o corpo passa a ser por ele controlado, vigiado, observado e se coloca ao esforço de construção da identidade do branco que foi coagido a desejar. O ideal de embranquecimento leva o sujeito a querer destruir os ideais de seu corpo e de sua prole (FREIRE, 1983).

O terceiro traço amputa a dimensão de prazer do corpo do negro, e perverte o pensamento do sujeito, privando-o de pensar o prazer e o desprazer funcionando em liberdade. O sujeito experimenta a nostálgica sensação de ter perdido algo, em que o prazer é vivenciado como lembrança do objeto ideal que jamais foi encontrado na realidade, mas na fantasia, de modo que a dor experimentada parte da perturbação da organização psíquica provocada por um trauma produzido pela violência. Os eixos trabalhados por Neusa Santos Souza (1983) a respeito do efeito do racismo na subjetividade de pessoas negras corresponde, portanto, a três dimensões: a relação distorcida da imagem; uma relação persecutória com o corpo; e, a experiência da dor provocada pelo trauma da violência a partir da perturbação da organização psíquica em suas dimensões de prazer e desprazer (FREIRE, 1983).

González e Hasenbalg (1982) identificam que o corpo negro sempre ocupou espaços marginais na sociedade brasileira, seja na senzala do período colonial, ou nos conjuntos habitacionais urbanos, há a manutenção da divisão racial do espaço, como se houvesse naturalização que os corpos negros ocupem as prisões e hospícios, da mesma forma que são alvos da violência e repressão policial, que objetiva a imposição psicológica através do medo. Essa prática repressiva foi a estratégia utilizada para a escravização de pessoas negras nas Américas. Hooks (2019) afirmou que a prática de docilização dos corpos negros se instrumentalizou desde a captura e traslado dos africanos na experiência do navio negreiro. As violências aplicadas aos corpos constituíam formas de produção do medo, do silenciamento e da submissão das pessoas negras, cujas violências e abusos sofridos estruturam imposição da escravidão e exploração da submissão das pessoas negras ao comércio de escravos nas Américas. O racismo experimentado atualmente, no Brasil, não é um resto da escravidão, mas um elemento constitutivo da modernidade e do capitalismo, uma vez que não há oposição entre modernidade, capitalismo e escravidão, e sim continuidade desses elementos (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018) reconheceu que existem enormes diferenças salariais entre grupos sociais formados por pessoas negras, mulheres e homens, em relação a outros trabalhadores, em especial, os homens brancos, de modo que a raça se apresenta como um marcador importante da desigualdade econômica e direitos sociais e políticos de combate à pobreza. O menor acesso à educação e, conseqüente, profissionalização, reduz o acesso e manutenção das pessoas negras no mercado de trabalho. A pobreza, a baixa escolarização, a dificuldade de acesso à informação e de cuidados à saúde, contribuem para reforçar os estereótipos racistas, intensificando o circuito fechado da discriminação. É comum que pessoas negras recebam salários menores, em que os empregadores para maximizar os lucros e evitar prejuízos seguem a média salarial do mercado, o que demonstra que as desigualdades racial e de gênero são produtos do sistema que funciona a partir de parâmetros raciais e preconceituosos.

O racismo, no funcionamento do capitalismo, normaliza a superexploração do trabalho, em que a remuneração paga está abaixo do necessário para a reposição da força de trabalho e exige maior exploração física para o desenvolvimento das atividades laborais, de modo que o salário não supre as necessidades para seu próprio sustento e/ou da família, ou o faz com grandes dificuldades. A superexploração do trabalho se instalou, especialmente, nas periferias sob a lógica colonialista, de modo que a escravidão e outras formas de exploração do trabalho não são estranhas ao capitalismo, que se mantém pela coexistência de trabalhadores assalariados bem remunerados, mal remunerados, escravizados, grandes, médios e pequenos empresários, profissionais autônomos, dentre outros (ALMEIDA, 2018). A desigualdade de renda contribuiu para o aumento da criminalidade, de forma que o efeito da desigualdade social corrobora para a maior incidência de crimes contra o patrimônio, permitindo a compreensão de que a desigualdade de renda assume papel fundamental para a criminalidade urbana no Brasil (RESENDE; ANDRADE, 2011).

Ao observar o Mapa do Encarceramento no Brasil é possível identificar que a maioria da população carcerária é negra. Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE (2019), em 2019 os jovens representam mais da metade da população carcerária, 66,7%, enquanto a população não negra, ou seja brancos e amarelos representavam 33,3%. A partir desses dados, reconhecendo que as maiores vítimas de violência letal no Brasil são pessoas negras, e a discussão construída até o momento, retomamos dois aspectos discutidos neste capítulo, a guerra e a construção do inimigo. Para questionar se a imagem do inimigo construída no Brasil, contra quem se destinam as formas de violências e os mecanismos de guerra, é a população negra? O que as anúncias de Eduardo, Pedro e Raul, os adolescentes

apresentados no início desse capítulo, conta-nos sobre a gestão da vida e as diferentes maneiras de morrer na sociedade brasileira?

O racismo é um elemento constitutivo da modernidade e do capitalismo. E, como estamos vendo, ganha uma inflexão própria em países herdeiros de processos de colonização. Essa perspectiva geopolítica, aqui central, ganha corpo, cor e é testemunhada pelos três casos que abrem este capítulo. Atravessam sua experiência singular com o crime e denotam a transversalidade da dimensão colonial do necropoder. A população marginalizada, criminalizada, em situação de vulnerabilidade e em riscos de extermínio é a população negra, condições herdeiras dos traços de sua história escravocrata. Sem novidade, mas com inquietação, os adolescentes que motivaram a escrita deste capítulo - Eduardo, Pedro e Raul - são negros, com baixa escolaridade, e em situação de pobreza, compondo, portanto, o contingente populacional improdutivo para o neoliberalismo, embora também sejam produtos dessa maquinaria produtora de lucro e excedentes.

Aos corpos que não produzem, espera-se a eliminação, tal como as mercadorias do mundo do capital. Da mesma forma, essa lógica produz efeito ao ser reproduzida na fala dos adolescentes ao anunciar a inserção na criminalidade dada a banalidade da vida e da morte. Eduardo identificou a vida perdida, Pedro a vida abandonada, e Raul a vida que se repete em ato; e, a partir da motivação para o crime encontraram sentidos singulares frente ao cenário de inúmeros abandonos e violências que experimentaram ao longo de suas vidas. Ao elegerem o crime como modalidade de inserção social, apontam também para um lugar de reconhecimento e identidade com a imagem construída em torno do termo “bandido”, tomado como o inimigo.

Almeida (2018) esclareceu que para a manutenção da exploração dos corpos, do trabalho, do extermínio, é preciso a construção da identidade do inimigo, ou seja, a construção de uma política de medo que ameace a destruição da nacionalidade, que garanta a restauração da segurança e da identidade roubada quando as minorias passarem a ter direitos, e acesso a esses direitos. Deve-se, portanto, construir a imagem do criminoso com rosto, e uma identidade fornecida e difundida pelos meios de comunicação em massa que, no Brasil, é representada pela raça. O cotidiano mostra a existência de conflitos raciais, em que a realidade brasileira se apresenta como violenta.

A naturalização da figura do bandido, que ameaça a integração social, serve como contenção do inconformismo social diante da deterioração dos direitos sociais provocados pela gestão neoliberal do capitalismo. As minorias por não se integrarem ao mercado, seja como trabalhadores ou como consumidores, os jovens, negros, pobres, moradores de

periferias e minorias sexuais representam as vítimas da fome, das epidemias ou pela eliminação provocada direta ou indiretamente pelas ações políticas do Estado, de modo que o racismo, nos contextos de crise, é um elemento de racionalidade e normalidade (ALMEIDA, 2018).

Na relação entre judeus e antissemitas, Žižek (2014) afirmou que cada nazista constrói ficcionalmente um judeu para odiar, imagem que recebe o direcionamento de seu ódio, de modo que se propõe a afirmar que para a destruição dos judeus pelos nazistas deveria consistir em destruir os próprios nazistas, já que o antissemitismo jamais poderia matar seu objeto de ódio, uma vez que sua visão de mundo depende da existência de um judeu ficcional. De modo distinto a considerar os elementos histórico-políticos, porém com a mesma intencionalidade, os imperativos destinados aos jovens negros e de periferia tomam a configuração do inimigo a ser destruído a fim de reparar a ordem nacional, a segurança e liberdade. Elementos também ficcionais, que imprimem suas marcas com a violência, o crime organizado, os massacres e as violações.

A construção do inimigo se baseia no estabelecimento do discurso que justifica e legitima a violência. O discurso se constitui em espaço simbólico de confronto, e se estrutura em diferentes consequências no campo político, social e bélico. Privar o inimigo de sua condição humana conduz os atores armados a ultrapassarem os limites apresentados pelos Direito Internacional Humanitário. O inimigo pode ser apresentado como rival, oponente, obstáculo, bandido, terrorista, monstro, mal, besta, demente, canalha, dentre outros termos usados para justificar a humilhação, crueldade e o excesso de violência (CAÑA; GALLO; ZULUAGA; BERRÍO; USMA; PÉREZ; BEDYA; JIMÉNEZ; ORTIZ; GUTIÉRREZ, 2015).

Retirar a humanidade da vida do inimigo reduzindo essa vida à pura existência retoma a condição de vida nua (AGAMBEN, 2010), ou do muçulmano nos campos de concentração (LEVI, 1988), recurso também utilizado para legitimar a dominação nas colônias (MBEMBE, 2018), ou ainda distanciar o autor das consequências de seu ato violento, revelando o conteúdo de agressividade das relações humanas. O humano, cuja a vida pode ser eliminada ganha a forma de estrangeiro, e porta o que apresenta como estatuto de suspeito no laço social, cuja gramática possibilitou Guerra e Rocha (2021) nomearem como sujeito suposto suspeito, aspecto do Outro que porta o pior.

O discurso construído em torno do inimigo se estabelece de maneira sistemática, e inclui elementos sociopolíticos e subjetivos. A estrutura da construção do inimigo, conforme Caña et al. (2015) ao analisarem o conflito armado colombiano, fundamenta-se em quatro elementos: o inimigo político, o inimigo necessário, o inimigo absoluto e o inimigo

contingente, os quais estão em relação dialética, e o predomínio de um sobre o outro depende da lógica e do grau do conflito.

O inimigo político pressupõe o reconhecimento do outro como diferente, ao qual se confronta por desacordos e concorrência pelo poder. A inimizade política se configura como um dos componentes fundamentais da democracia moderna em que se reconhece a existência de oposições, mesmo que armadas. O inimigo absoluto se apresenta como destituído de sua humanidade, de modo a não reconhecer algum limite moral ou racional que impeça a decisão de aniquilar-lo. A identidade do inimigo absoluto é animalizada ou coisificada com a finalidade de afastá-lo da condição humana, proporcionando subterfúgios para as práticas compatíveis à caça, captura, esquartejamento, criminalização, tortura ou morte, sem que invoque sentimentos de remorso, compaixão, ou que esteja sendo infringindo seu direito à vida, uma vez que este não foi reconhecido ou atribuído ao inimigo absoluto, o qual diante da estrutura de inimizade, ocupa o lugar de alguém que não tem possibilidade de conviver a não ser pela eliminação.

O inimigo necessário se inscreve na relação com o diferente, sendo indispensável para a afirmação de si mesmo e para manter a estrutura coesa. No plano subjetivo, o inimigo necessário mantém a relação com o imaginariamente idêntico, de modo que o diferente se constitui como uma ameaça. Por fim, o inimigo contingente pode ser qualquer um que, por circunstâncias conjunturais, ofereça rendimentos favoráveis. A construção do inimigo contingente depende do contexto e dos interesses daqueles que o produzem (CAÑA; et al., 2015).

No Brasil, dentre os inimigos construídos, podemos identificar a imagem do bandido como aquele passível de retaliações e em constante ameaça de sofrer as sanções pela lógica punitivista. O bandido, como transgressor da lei social, ameaça os sentimentos de segurança e ordem, recebendo o direcionamento do ódio e sentimento de aniquilação, configurando-se como um inimigo a ser abatido, a partir da construção de um caminho legitimado da violência e de eliminação. O conhecido chavão “bandido bom é bandido morto” e o mais novo utilizado “CPF cancelado” representam os meandros do conhecimento popular sobre o senso de ineficiência frente às políticas de segurança pública. Se por um lado temos a lógica punitivista, que visa a morte e eliminação daqueles que ameaçam o sentimento de segurança e ordem social, por outro, temos adolescentes que buscam a partir do envolvimento com a criminalidade sentidos para a vida, mesmo que façam laço com a morte.

Assim, novamente, recorreremos às verbalizações de Eduardo, Pedro e Raul sobre suas motivações para a realização dos atos infracionais. Eduardo disse “*estou no crime, porque não*

tenho nada a perder”, Pedro disse “*o crime precisa de gente como eu, abandonado*” e Raul “*quero sair pra terminar o que não fiz*”. Engajados com o ato e a autoria que o crime possibilita, Eduardo, Pedro e Raul encontram por meio da identificação com o inimigo modos de perder, reencontrar, abandonar, recuperar e fazer algo com o objeto a ser eliminado, seja a própria vida, seja a vida do outro.

Para Eduardo algo já foi perdido, para sempre, restando-lhe o nada. Para Pedro o abandono já está estabelecido, restando-lhe encontrar alguma coisa para se apoiar. E, para Raul, é preciso repetir a violência para concluir o ato. Assim, Eduardo, Pedro e Raul oferecem sentidos para o envolvimento com a criminalidade, e encontram ancoragem na morte a partir de “bandido bom é bandido morto”, frase que eles também repetem, sendo por esse imperativo se fazem vivos, já que a imagem “bandido” os nomeia.

Henriquez (2004) considerou sobre o esforço de todo ser humano em reconhecer no outro um semelhante para poder ocupar a posição de ser humano e ser social, e com exceção de alguns processos, como os narcísicos a partir de Freud ou autísticos de Bleurer, é possível afirmar que o sujeito psíquico é um sujeito social. O outro pode aparecer sob a imagem do semelhante ou de inimigo, de modo que a construção do sujeito humano se estabelece na forma imaginária e na forma simbólica. A forma imaginária apresenta a imagem do semelhante sob a presença de um outro em si mesmo, que pode ser um falso duplo e fornecer a imagem do inimigo potencial. Já na forma simbólica, o indivíduo se vincula a um conjunto de instituições que o atravessam desde seu nascimento, tais como a nação, a região, a classe, a família.

A partir da psicanálise é possível compreender que o indivíduo pode aceitar a herança simbólica, questioná-la, desfazer-se dela, transformá-la ou recusá-la, mas esses processos são possíveis, porque o sujeito precisa reconhecer que ela existe. Henriquez (2004) afirmou que o homem pode reconhecer o outro, semelhante a si, como um duplo maléfico, desconfiar desse semelhante, que porta os impasses, a violência e a insegurança, que nada mais revela que a existência de certo ódio de si mesmo presente no semelhante. O lugar do estrangeiro e o inimigo é alocado, assim, como aquele que porta a diferença, e que marca uma distinção. Ao colocar cada um como semelhante e irmão, a democracia produziu um mundo em que o outro pode se transformar em inimigo.

Eduardo cumpria medida socioeducativa de privação de liberdade por ato infracional análogo ao crime de roubo, Pedro respondia pelo ato infracional análogo ao tráfico de drogas, e Raul respondia por ato análogo à tentativa de homicídio. Os três indicavam os códigos para os crimes de acordo com o Código Penal Brasileiro (lei nº 2.848/1940), embora estejam

submetidos ao ECA (lei nº 8.069/1990) e não ao CPB (lei nº 2.848/1940). Eduardo se apresentava como 157, Pedro como 33 e Raul como 121, por vezes esses números apareciam marcados em suas peles com traços feitos por canetas ou arranhões.

Apresentar-se como um número do Código Penal os aloavam em um lugar de reconhecimento no grupo, destinando suas posições através de atos. Três adolescentes que se anunciavam pelo ato regido por uma lei, estando marcados pela mesma lei que nomeia suas transgressões. Em nome de recuperar um ideal, a partir dos sentidos que eles encontraram para si, Eduardo, Pedro e Raul vivem a adolescência ocupando o lugar da transgressão, e, portanto, do inimigo, identificado como “bandido”.

A busca do indivíduo por um ponto de referência em si próprio como ponto de referência, fixo e não-ambíguo, configura-se como uma das características das sociedades urbanas, organizadas em grandes círculos sociais, na medida em que não é possível encontrar essa ancoragem em um ponto exterior a ele (COUTINHO, 2009). A adolescência, ao se descolar da autoridade dos pais, realiza o difícil desafio de assunção, ou renúncia, dos ideais. O movimento de descentrar a autoridade dos pais, é uma importante e dolorosa operação experimentada na puberdade, em que o sujeito ao desmontar a autoridade parental ou questionar suas qualidades outrora supervalorizadas, acaba por reafirmá-las, uma vez que busca enaltecê-las para desqualificá-las.

Essa autoridade pode ser ocupada, ou realocada a qualquer outra imagem que signifique a operação fálica (FREUD, 1909/2006), podendo, inclusive, ser ocupada pelo ideal do traficante, o qual os adolescentes almejam ocupar, tal como a fratria do mito totêmico desocupou o lugar do pai para fazer ocupar seu lugar e instaurar a lei (FREUD, 1914/2005). Os adolescentes de periferia marcam um lugar social através de suas preferências, gírias, hábitos, e pelo corpo marcado pelo contexto (GUERRA, 2020a). Marcas que se inscrevem nos corpos como tatuagens, como jeito de se vestir ou se movimentar, e frente à lógica urbana se apresentam como estrangeiros, o diferente. À medida que movimentam o fenômeno do infamiliar (FREUD, 1919/2020) fazem emergir o narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921/2010) que imprime o elemento segregatório de pertencimento (BAUMAN, 2003).

O bandido responde a um ato identificado por um código numérico, identificar-se como bandido é um exercício de construção de imagem, calcada nos dois produtos do narcisismo, o eu ideal e o ideal do eu. Na obra *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921/2011) propôs investigar sobre como a constituição psíquica é marcada pelas relações de poder, e apresentou panorama, a partir das ligações libidinais, de como se organizam os laços

sociais e a relação dos grupos e massas com os líderes, tendo como suporte os conceitos de narcisismo, ideal do eu, libido e identificação. Portanto, em vista desses conceitos, em especial a construção da identificação pelo eu ideal e ideal do eu, propõe-se análise de como Eduardo, Pedro e Raul construíram a identificação com o significante “bandido”, o qual organiza a imagem do inimigo que a guerra brasileira tenta abater.

A criminalidade como massa e o bandido como sujeito aderido a essa massa apresenta, um ideal que Eduardo, Pedro e Raul verbalizam aderir e compactuar; e, a partir desse ideal respondem a si a imagem com a qual se identificam. Se o imperativo propõe que “bandido bom é bandido morto”, esses adolescentes estão em busca de identificação com o poder e a potência que a criminalidade ilusoriamente fornece. A identificação, segundo Freud (1921/2011), é a mais primitiva forma de expressão de laço emocional com outra pessoa, ideal, ou objeto. Nesse sentido, a identificação assume três modos de ligação libidinal do sujeito ao objeto: (1) a identificação com o pai, que desempenha função fundamental na história do complexo de Édipo, matriz constitutiva do eu; (2) a identificação a partir da formação dos sintomas, por ação de introjeção do objeto ao eu, compondo o núcleo da neurose, em que pelo processo de regressão libidinal, o objeto de amor regride à identificação; e, (3) a não relação libidinal com a pessoa ou objeto copiado, na medida que compartilha uma qualidade em comum, de modo que quanto mais importante essa qualidade comum, mais forte e bem-sucedida será a identificação.

A identificação corresponde ao processo central da constituição psíquica, sendo o processo de transformação da relação com os pais no supereu, herdeiro do complexo de Édipo e formado a partir da introjeção da autoridade paterna no eu. Desse modo, a identificação estaria, conforme Freud (1933/2006), relacionada à articulação entre os ideais e as formações narcísicas. Embora não satisfeito com a apresentação sobre a identificação na obra *A dissecação da personalidade psíquica*, Freud (1933/2006) propôs que a identificação é “a ação de assemelhar um ego a outro ego, em consequência do que o primeiro ego se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (p. 44). A identificação sustentada pelas formações narcísicas e seus ideais pode ser resgatada na obra metapsicológica *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914/2006), com a qual podemos considerar que a identificação do sujeito ao ideal coincide com o olhar do Outro, cujos movimentos de ser visto, olhar, fazer-se olhar, ser o Outro ou como o Outro, remontam a incidência do olhar posto na constituição do narcisismo (Freud, 1914/2006) para o qual Lacan (1966/1998) introduziu o estádio do espelho.

Partiremos primeiramente, sobre a incidência do olhar através do narcisismo em Freud (1914/2006). O narcisismo se configura como um ato psíquico de constituição do eu, sendo o modelo pelo qual o eu origina. Essa experiência está situada entre o autoerotismo e o encontro com amor de objeto. O narcisismo é diferenciado em dois tempos, o narcisismo primário e o narcisismo secundário, estando o complexo de castração como intermediário entre esses dois momentos constitutivos do eu, que denota as perturbações que o narcisismo é forçado a percorrer. O narcisismo primário evoca ao delírio de grandeza infantil, em que a libido do eu é parcialmente investida também nos objetos, de modo que o amor por si mesmo dirige-se para o eu ideal, em que o narcisismo surge deslocado para o eu infantil que toma posse de valiosa perfeição e completude. A perfeição e completude porém, são impossíveis, dadas as instâncias recaladoras permeadas pela cultura.

Desse modo, o eu recupera a imagem de potência sob nova forma, o ideal do eu, imagem que o sujeito projeta diante de si como ideal, substituto do narcisismo perdido na infância. O eu ideal e o ideal do eu são os dois produtos do narcisismo, segmentados pelo complexo de castração, de modo que o ideal do eu substitui o eu ideal, em tentativa incessante de retomar o narcisismo infantil perdido. A articulação entre eu ideal e ideal do eu é apresentada pela constituição da consciência moral, a qual remete à introjeção, primeiramente, dos ideais parentais e, posteriormente, a outras figuras de autoridade.

O ideal do eu propõe importante contribuição sobre a psicologia das massas, uma vez que o ideal é composto por uma parcela individual, social, de uma família, classe ou nação (FREUD, 1914/2006). Ao ideal do eu é atribuída a função de auto-observação, consciência moral, censura dos sonhos e está sob influência da repressão. Como herdeiro do narcisismo original que o eu desfrutava de auto-suficiência, gradativamente reúne as influências do ambiente e as exigências que o eu lhe impõe, de modo que se o sujeito não satisfeito de seu próprio eu pode usufruir da possibilidade de encontrar satisfação no ideal do eu que se diferenciou do eu (FREUD, 1921/2011).

Freud (1914/2006) afirmou: “será amado aquilo que possui uma qualidade que falta ao Eu para chegar ao ideal” (p. 118). Com a citação podemos afirmar que o amor é uma idealização. A admiração dos adolescentes à criminalidade, ou a potência que o traficante, quase como um representante totêmico, expressa para esses adolescentes, organiza o investimento libidinal no poder e nas possibilidades de afirmar uma imagem para si. A criminalidade, para Eduardo, Pedro e Raul se apresenta como uma possibilidade de recobrir a perda, o abandono e o ato pela representação de poder, pelo eu ideal que abdicaram em nome

do processo narcísico e formação do ideal de eu, em que o crime porta, imaginariamente, o acesso a tudo que tiveram que abdicar.

Lacan (1949/1998), com o conceito de estádio do espelho, propôs releitura do narcisismo primário a partir da incidência do olhar do Outro, que ocupa, no esquema óptico, o lugar do espelho, sendo fundamental para a formação do eu pelas imagens que o sujeito constrói de si. O estádio do espelho é compreendido como uma identificação, ou seja, “a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (p. 97). O eu constituído na relação com a imagem a partir do eu ideal se situa em linha de ficção irredutível ao indivíduo isolado, de modo que o sujeito antecipa sua imagem em miragem da maturação de sua potência fornecida, apenas, em exterioridade que aparece em simetria invertida. É a insuficiência orgânica de sua realidade natural que captura as manifestações da dialética anterior ao estádio do espelho, cuja função é estabelecer relação do organismo com sua realidade. Lacan (1949/1998) nos apresentou ainda que “o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência por antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que sucedem desde sua imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade” (p. 100), que como identidade alienante marca a estrutura do desenvolvimento mental. O corpo despadeçado aparece nos sonhos e no movimento da análise ao se aproximar de certo nível de desintegração agressiva do indivíduo.

Diante disso, com Freud e Lacan, é possível considerar a agressividade como elemento constitutivo do eu, e que aparece na relação com seus objetos. A agressividade, assim, como elemento de ordem libidinal, é passível de ser sublimada, recalcada, mediada pela palavra (FERRARI, 2006). Lacan (1948/1998) propôs que a agressividade conjuga-se à significação enigmática apresentada por Freud (1920/2006) com o conceito de pulsão de morte, atribuída à economia psíquica. Nesta obra, Lacan (1948/1998) considerou a agressividade como cerne da pulsão de morte, e propôs algumas teses. A primeira, em que a agressividade se manifesta como uma experiência subjetiva como própria da constituição psíquica. A segunda, em que a agressividade é apresentada, na experiência clínica, como intenção de agressão e como imagem de desmembramento corporal. O tema da agressividade e do desmembramento do corpo está presente na imaginação infantil, nas práticas sociais e nos ritos de passagem, no caráter primordial humano, seja nas suas relações ou nas armas que a humidade produz, tendo função imaginária. A terceira tese considera que os impulsos de agressividade decidem sobre as razões que motivam, e orientam, a técnica terapêutica da psicanálise, com a qual está em jogo a transferência imaginária que revela a agressividade do paciente em direção ao analista.

Com a quarta tese, Lacan (1948/1998) afirmou que a agressividade é uma tendência correlativa ao narcisismo, este como modo de identificação, e determina a estrutura formal do eu e do registro de entidades característico de seu mundo, o que coloca em questão a metapsicologia a respeito da agressividade.

O estágio do espelho demonstra, assim, o dinamismo afetivo com o qual o sujeito se identifica com a *Gestalt* de seu próprio corpo, de modo que é possível demonstrar, na primeira infância, a dialética do comportamento da criança na presença de seu semelhante, em que são apresentados as reações emocionais e os testemunhos do transitivismo normal, cuja ambivalência estrutural supõe as relações de servidão, poder e sedução. Por fim, a quinta tese considera que a agressividade tem papel na formação da neurose moderna e no mal-estar da civilização, de modo que no entrecruzamento entre as tensões da insuficiência naturalista e a significação dialética, o homem advém de seu despedaçamento original, que Freud (1920/2006) denominou de pulsão de morte, cuja experiência revela o pavorosa fissura do homem na sociedade moderna (LACAN, 1948/1998).

O interesse da psicanálise frente à criminalidade não é desvelar a verdade de sua realização pelo jogo dialético entre a lei e a transgressão, mas expressar, na economia psíquica, a verdade do sujeito e sua relação com o desejo (Lacan, 1950/1998). Cada sociedade compõe suas formas jurídicas e as leis pelas quais organizam a sociedade (Foucault, 2002), e toda sociedade manifesta seu interesse na realização de castigos aos transgressores, de modo a esperar certo assentimento subjetivo.

Diante das sucessões de crises experimentadas pelo sujeito, tais como os complexos de desmane, intrusão, Édipo, puberdade e adolescência, que formulam sínteses dos aparelhos do eu em formas alienantes das pulsões cada vez mais frustradas para encontrarem sua normalização, está o fenômeno psíquico mais fundamental, a identificação (LACAN, 1950/1998). A agressividade correlata a qualquer identificação alienante permite discernir entre os fenômenos de assimilação social e as tensões agressivas, o que propõe a consideração de inexistência de “instintos criminosos”.

Lacan (2003) propôs que a identificação se constitui pela relação do sujeito com o significante. Desse modo, considerou que a identificação diz respeito ao modo como o significante se inscreve e produz efeito no sujeito, trazendo como marca o traço unário e, conseqüentemente, as ressonâncias da relação com o Outro. O significante pode apresentar vários modos de inscrição, e um deles é a forma imaginária, construída na relação entre os ideais. Ao anunciar o desejo de inserção na criminalidade, ou nomear-se como “bandido”, Eduardo, Pedro e Raul identificaram sujeição à imagem apresentada como ideal. Esta

construída em torno da sentença “eu sou bandido” oferece imagem especular ao sujeito, e porta a imagem do Outro, representada pela entrada na criminalidade, a qual se estabelece como lugar imaginário em que o sujeito buscará respostas para sua imagem e existência a partir daquilo que ele não é.

Desse modo, Eduardo, Pedro e Raul estão em busca dos contornos para seus ideais, em que a criminalidade fornece elementos de continuidade e segregação. Estar no grupo e se assemelhar a ele, a partir de qualidades individuais e também qualidades que podem ser compartilhadas, propõe os trilhamentos para a inscrição social, mesmo que seja pela imagem fornecida pelo elemento a ser combatido: o inimigo, bandido.

3.4. Epílogo: momento de concluir

O capítulo se propôs a discutir através das contribuições de três adolescentes que verbalizaram seus desejos de ingresso e manutenção na criminalidade, convocando à investigação sobre a vida e a morte, considerando as noções de guerra e inimigo. Para isso, foi possível percorrer ao lado dos conceitos de guerra (FREUD, 1932/2006), biopolítica (FOUCAULT, 1976a, 1946b, 1999) e necropolítica (MBEMBE, 2018), ao mesmo tempo em que se considerou as dimensões da vida com os conceitos de vida nua (AGAMBEM, 2022) e a construção do inimigo, imagem que porta o produto, o excedente e o resto produzido pelas sociedades neoliberais. Discutiu-se, portanto, a construção da imagem do inimigo, para quem a guerra se opera a fim de eliminação, e que para a sociedade brasileira, os índices indicados pelo IBGE (2019) e IPEA (2020) revelaram o contingente populacional mais suscetível às violências urbanas e de Estado.

As indicações postas mostram que a clínica psicanalítica nos centros socioeducativos, pautam sua escuta na ampliação e no reconhecimento dos fatores sociais que atravessam a dimensão subjetiva e institucionais. Com isso, revela-se a importância de dimensionar a escuta que inclua o sujeito e seu desejo atravessado pelas dimensões da vida, da morte, da guerra e a construção da imagem do inimigo, que os adolescentes apresentados puderam fazer dialogar a fim de sustentar os contornos para as representações, e ideais, que trazem para se identificarem. A imagem do inimigo, tal como Almeida (2018) apresentou, tende a ser construída por estereótipos dos indivíduos mantidos à margem, e na marginalidade, das inclusões sociais, restando-lhes os espaços segregatórios da desigualdade social.

A inclusão, ou seja, a inscrição no laço social, por essa via se constitui pela exclusão, dessa forma, Eduardo, Pedro e Raul além de contornarem o significante “bandido”, também

apontam para a necessidade de uma clínica que se debruce para além dos isolamentos, e oportunize voz e lugar aos sujeitos incluídos pela via da exclusão. Apontar-se como “bandido” garantiria um lugar na sociedade, mesmo que pela eliminação, assumindo uma identidade que ilusoriamente aponta para o poder da transgressão. Contudo, estar no crime é se incluir em alguma norma, da qual os adolescentes cumprem a fim de garantir um espaço de identificação e submissão ao poder do crime. Eduardo, Pedro e Raul apresentaram motivações distintas e individualizantes, e, embora tenham incorrido em ato infracional, seguem a lei do crime, segundo suas motivações e narrativas. Estar no crime equivale a fazer existência frente a uma sociedade desigual e produtora de excludentes.

4. IMPASSES ENTRE O TRABALHO DE SOCIALIZAÇÃO E A CULTURA DA PUNIÇÃO

4.1. Prólogo: instante de ver

Túlio (15 anos) estava em seu primeiro acautelamento no centro socioeducativo. Narrou com muito pesar, ressentimento e raiva situações de violência que experimentou desde seu ingresso no centro socioeducativo. Indicou que quando recebeu a medida socioeducativa de privação de liberdade já estava no centro socioeducativo há 45 dias, e após a audiência foi transferido de alojamento, que tem estrutura física e serventia de cela tal como no sistema prisional. A transferência aconteceu à noite e, junto com outros adolescentes, foi colocado em um alojamento onde receberam chutes, golpes, xingamentos por parte dos agentes socioeducativos, dentre eles Lúcio e Paulo. Revelou que recebeu golpes com chinelos que continham a palavra “socioeducação”, indicando que a agressão era a forma aplicada para “consertar os bandidos” e o chinelo um dos instrumentos para isso. Segundo Túlio, o chinelo da “socioeducação” era um dispositivo comum utilizado entre os agentes socioeducativos, pois outros adolescentes partilhavam da mesma experiência. Para a cena, Túlio sugeriu que o centro socioeducativo se tratava de um centro “socioespancativo”, já que a violência era mais comum que a socialização. Assim, Túlio nomeou como “socioespancativa” a metodologia aplicada, traduzindo seu temor e silêncio diante das violências. O termo identifica a perpetuação da cultura punitiva aplicada aos adolescentes privados de liberdade. Ao nos oferecer esse neologismo, o adolescente, sem saber, nomeia sua experiência no centro socioeducativo, em que a violência se institucionaliza e se instrumentaliza como método de tratamento e perverte os objetivos das medidas socioeducativas.

Ismael (14 anos) também em seu primeiro acautelamento, foi informado em audiência que o centro socioeducativo seria o “melhor lugar” para ele reparar seu ato infracional. Ismael ficou deslumbrado por ir para um “melhor lugar”, diferente de sua realidade de extrema pobreza e vulnerabilidade social, e acreditou que poderia jogar futebol todos os dias durante o tempo em que estivesse em privação de liberdade. Ele foi transportado algemado na gaiola da viatura, e no caminho entre o fórum e o centro socioeducativo indagou aos agentes se poderia jogar futebol, pois ele adorava jogar e queria ser jogador de futebol profissional. Ao sair da viatura algemado, recebeu pontapés e xingamentos e aos gritos os agentes o advertiram que ali não era parque de diversões.

Otávio (16 anos) quando recebeu a medida socioeducativa de privação de liberdade chegou para o atendimento com a orelha roxa, e outras marcas de violência pelos braços e pernas. Chorando, disse que foi transferido de alojamento ao receber a medida de internação, e que as violências eram rituais de passagem entre a medida provisória e a internação. A transferência de alojamento ocorreu também no período da noite, e foi colocado com outros adolescentes em outra cela, onde receberam agressões físicas e verbais. As áreas do corpo preferidas para as agressões eram as costas e as pernas, pois essas áreas permaneciam cobertas com as roupas, já que o corpo não poderia ser exposto seja no atendimento, seja nos dias de visitas de familiares. Esse era uma regra imposta pelos agentes socioeducativos, assim, os hematomas ficavam sob as roupas, e os adolescentes impedidos de mostrá-los a seus familiares, quando visitados, ou profissionais de atendimento psicossocial, quando atendidos. Otávio indicou que os chinelos e as toalhas molhadas eram instrumentos utilizados.

Lúcio (45 anos), agente socioeducativo, indicou que Otávio precisava aprender muito na vida, era muito “moleque”, e uma boa surra iria ajudá-lo a “virar gente”. Paulo (37 anos), agente socioeducativo, foi transferido do sistema prisional para o sistema socioeducativo, era temido pelos adolescentes devido às constantes condutas violentas e xingamentos. Lúcio e Paulo formavam uma dupla muito citada pelos adolescentes, em atendimento psicológico, cujas condutas agressivas eram conhecidas pela equipe multidisciplinar e acobertadas por outros profissionais do centro socioeducativo, incluindo a equipe de gestão que tinha receio de que as denúncias pudessem prejudicar as estatísticas daquela unidade em relação às outras unidades do estado.

Fabiana (36 anos) foi uma dentre as mães que decidiu procurar o Ministério Público para denunciar a conduta dos agentes socioeducativos contra seu filho que lhe contou sobre as agressões. Júlio (16 anos), seu filho, evitou falar para a mãe sobre as agressões, e pediu para que ela retirasse a denúncia. Contrariando o filho, Fabiana decidiu seguir adiante e conseguiu um pedido para que Júlio fosse encaminhado para realizar exame de corpo de delito de caráter imediato. No entanto, o caráter imediato que constava no ofício enviado ao centro socioeducativo pelo Ministério Público tinha o atraso de três meses. Nesse tempo, não havia hematomas em Júlio e não poderiam ser constatadas marcas em seu corpo que indicariam a conduta transgressora dos agentes, o laudo do exame seria, então, ineficaz ao andamento da iniciativa de Fabiana.

As denúncias, quando realizadas, eram feitas pelas mães ao Ministério Público, mas muitas delas se silenciavam por medo de que seus filhos sofressem mais agressões. O famoso jargão “é a sua palavra contra a deles” foi escutado por Fabiana, que também é comumente

proferido nas instituições, seja na esfera judiciária, seja no centro socioeducativo, sendo responsável pelo silenciamento das mães e seus filhos. Qual o peso da palavra de Fabiana? Qual é a palavra deles? Quem são eles que têm a palavra contra a de Fabiana? Dois pesos, duas medidas, cujos efeitos devem ser analisados pela construção de linhas abissais que estruturam as invisibilidades. Conforme Whitaker (2010), podemos observar que a violência nos centros socioeducativos tem se tornado um instrumento comum, haja vista o aumento das denúncias apresentadas ao Ministério Público.

As cenas experimentadas por Túlio, Ismael, Otávio, Lúcio, Paulo, Fabiana e Júlio sustentam questões sobre o impasse entre a metodologia para o trabalho psicossocial, jurídico, pedagógico e psicológico nos centros socioeducativos e a cultura da punição que perpassa a prática cotidiana, bem como se configura como a metodologia institucionalizada de tratamento aos corpos. As mães, assim como os adolescentes, encontram-se desamparados diante do sistema de justiça e as políticas públicas de segurança pública, cuja socialização, tal como foi identificado nos relatos, sustenta-se pela conduta violenta.

Embora haja uma luta dialética no interior do próprio sistema socioeducativo, com distintos níveis de aderência ao discurso da punição ou socialização, não podemos deixar de notar que a violência institucional se perpetua e prolonga o racismo no nível da execução da medida. Ao lado das condutas que se desviam da finalidade educativa, existe também por parte de técnicos, promotores, juízes, agentes e funcionários, a crítica a esse desvio, como essa tese atesta. Entretanto, com os relatos acima, vemos que a violência se tornou institucionalizada, normalizada e difundida naquele centro socioeducativo, realidade que não se distancia das demais unidades do país, como modalidade de tratamento privilegiado, e o sistema de justiça, cujo princípio é a defesa da cidadania e do cumprimento da lei, pode ser um instrumento para a reprodução da violência e do silenciamento das vítimas.

Neste capítulo, portanto, busca-se investigar os impasses entre a cultura da punição e o trabalho de socialização com adolescentes em privação de liberdade. Os quatro adolescentes - Túlio, Ismael, Otávio e Júlio - narraram situações de violências e/ou negligências por parte das equipes multiprofissionais. A mãe, Fabiana, do mesmo modo identificou a falta de apoio e reconhecimento da veracidade de sua palavra e da palavra de seu filho diante das denúncias das violências. Os agentes socioeducativos, Lúcio e Paulo, evidenciaram o método de aplicação de tratamento dos corpos que se baseia em atos de tortura e violação dos direitos humanos. Assim, este capítulo se dedica ao desencontro entre a metodologia das medidas socioeducativas e o discurso punitivista que permeia o tratamento aos corpos de adolescentes que cometeram ato infracional.

As cenas apresentadas partem da narrativa dos adolescentes, e colocam em evidência duas importantes necessidades ao trabalho nos centros socioeducativos: a primeira é o oferecimento da escuta qualificada e o reconhecimento da demanda de escuta, o segundo é sobre a perpetuação da violência e a reprodução da cultura punitivista. A cultura de punição parece se sobressair nos espaços que deveriam se dedicar ao atendimento e acompanhamento dos adolescentes durante o período do cumprimento da medida socioeducativa, tal como prevê duas importantes leis, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei nº 8069 /1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, lei nº 12.584/2012).

É importante destacar que essa cultura punitivista contraria a proposição legislativa do ECA e da SINASE e enfrenta oposição por parte de inúmeros operadores da política socioeducativa. Existem meios de denúncia e de enfrentamento para a mesma, tais como os Conselhos Tutelares, Polícia Civil e Polícia Militar, Ministério Público, e serviços de disque-denúncia, como Disque 100 (nacional), Disque 181 (estadual) e Disque 156 (municipal). Entretanto, consideramos importante trazer essa realidade que oferece sequência à experiência colonial brasileira, herdeira da escravização e do racismo.

Não podemos deixar de indicar o perfil dos adolescentes acautelados no Brasil que, majoritariamente, são oriundos de famílias de baixa renda, negros, moradores de bairros periféricos, e com faixa etária entre 15 e 17 anos (NASCIMENTO, 2018), e 95% dos adolescentes que recebem medidas de privação de liberdade são do sexo masculino (ARRUDA, 2020). Numa linha não direta, mas histórica e complexa, vemos reproduzido no sistema socioeducativo uma metodologia de desumanização e exclusão do negro, na lógica do racismo à brasileira, que denega as situações estruturais de violência, como se elas não existissem (SIQUEIRA, 2021). Além disso, testemunhamos as agressões físicas e verbais de humilhação como sequência direta da falsa hierarquia criada entre sujeitos, como se a cor e a classe pudessem ser tomadas como índices de legitimação das mesmas.

Santos (2007) apresentou em linhas abissais a criação de invisibilidades. A linha abissal traça dois mundos, Velho e Novo Mundo, cujas relações políticas e culturais excludentes da era colonial são mantidas no sistema global contemporâneo. Nesses dois mundos é possível o reconhecimento de duas modalidades de dicotomias: a dicotomia regulação/emancipação que traça um mundo ideal, e a dicotomia da apropriação/violência que se apresenta como impensável na primeira dicotomia. A justiça, a verdade e a humanidade são definidas pelo poder hegemônico do mundo colonizador, que racializa e aniquila as demais formas que não condizem com sua criação de universais. O justo, o verdadeiro e o humano são delineados dentro de seus quadros. E tudo aquilo que foge a essa circunscrição torna-se

invisível, dado que os dois lados não podem coexistir. Essa impossibilidade alimenta a lógica imperial-colonial, deixando uma herança indelével nos corpos subalternizados e insuperável na história, se não houver uma mudança em seu curso.

4.2. A cultura da punição

Aos profissionais que atuam com situações de violência, encontramos um relato muito comum arejado de diferentes posições, tal como nos indicou a relato de Fabiana: “é a sua palavra contra a deles”, ou ainda, “você não tem medo de que as violências aumentem se você denunciar?”. Essas enunciações foram apresentadas por Fabiana, mas não é incomum se deparar com elas em diferentes instituições das políticas públicas e judiciárias, sendo proferidas e reproduzidas por diferentes atores e autores. Essas frases soam como sentenças em seu duplo sentido: de decisão proferida por uma autoridade ou como uma frase de valor que expressa um pensamento ou opinião geral; e, têm em comum o objetivo de silenciar a vítima e legitimar a ação do agressor.

Žižek, em seu livro *Violência* (2014), nomeia dois modos pelos quais a violência pode se manifestar, seja como violência subjetiva, seja como violência objetiva, e como desdobramento desta, a violência sistêmica e a violência simbólica. Para ele, a violência subjetiva é a mais visível de todas, exercida por um agente identificável e experimentada como perturbação de um estado pacífico e normal. Implica numa tentativa de desviar as atenções do verdadeiro problema, que é a violência objetiva.

A violência objetiva é aquela inerente ao estado *normal* das coisas, seu marco zero e que, em geral, não é percebida, assumindo formas intrínsecas ao próprio capitalismo neoliberal. Ela pode ser pensada como violência sistêmica: aquela promovida pela lógica capitalista, instalada no próprio funcionamento da sociedade. Esta é apoiada pelos jogos de relações sociais, políticas e econômicas, sustentando laços de dominação e exploração. Essa forma de violência é invisível e pode utilizar o poder político, econômico ou midiático para se consolidar.

A violência objetiva também pode fazer uso da violência simbólica para se perpetuar. A violência simbólica está encarnada na linguagem e em suas formas, concernindo, de maneira fundamental, a imposição de um certo universo discursivo de sentido. A violência sistêmica e a violência simbólica constituem um ciclo no qual uma sustenta a outra num

decurso imperceptível e dissimulado. Exposta essa perspectiva macrossocial, avancemos sobre a análise da violência tal qual descrita acima.

A prática nos centros socioeducativos colocam os profissionais diante de várias situações de violências. Primeiramente, as violências narradas pelos adolescentes em suas experiências de vida e aplicadas na realização dos atos infracionais e envolvimento com a criminalidade. E, em segundo, nas violências experimentadas, narradas e vivenciadas nas relações entre os profissionais, nas instituições e políticas públicas que deveriam ser de proteção a direitos fundamentais, mas nas quais as modalidades de violência, silenciamentos e negligências podem ser experimentadas pelos adolescentes.

Diante disso, profissionais atuantes nos centros socioeducativos precisam se espantar com a violência, não naturalizá-la, indagando-se sobre sua origem, meios de manifestação, caminhos e formas para seu enfrentamento e investigar quais destinos podemos vislumbrar para que haja possibilidade de reafirmar um tratamento aos adolescentes que seja compatível com o que é anunciado pela metodologia de atendimento aos adolescentes privados de liberdade, preconizados pelos Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei nº8.069/1990), pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, lei nº 12.594/2012). Como educar para a cidadania, como proposto pelo texto legislativo, se faltam humanidade e justiça na experiência desses adolescentes? Como alcançar um atendimento que seja de fato socioeducativo? Para isso, propomos uma discussão sobre a cultura da punição e, a seguir, sobre a possibilidade da construção da escuta psicanalítica nos centros de privação de liberdade, de modo a contribuir para o trabalho de atendimento multidisciplinar, contrário à lógica da invisibilidade das linhas abissais.

A respeito da cultura de punição, devemos, primeiramente, recorrer a Freud (1914/2005) que, em *Totem e Tabu*, revelou que as sociedades primitivas ofereceram tratamento de restrições e afastamento da convivência social aos transgressores, de modo que o exílio, acompanhado por rituais de expiação e punição representavam a purificação da comunidade ao transgressor, bem como possuía caráter exemplar para que a ação não fosse desejosa ou copiada por outros membros. As cerimônias de expiação contavam com o isolamento temporário ou permanente, sendo conservadas ao longo dos anos por profissionais carrascos que tinham a função de proteger a ordem e a lei social. A punição compreende a ação vingativa da sociedade contra o malfeitor, e como instrumento para refrear qualquer intenção de tomar a ação transgressora como modelo por parte de outros membros da comunidade, condição sustentada pela ideia de contágio.

Assim, a ação transgressora se configura como um tabu, cujo caráter contagioso imprime que a punição seja aplicada para evitar que o desejo reprimido seja despertado nos demais membros da comunidade. Para evitar a tentação, o transgressor invejado deve ser despojado dos benefícios de seu empreendimento, cabendo o castigo expresso, o qual recebe aparência de um ato de expiação. Este é um dos fundamentos do sistema penal humano, baseando-se na pressuposição de que os impulsos proibidos estão presentes no criminoso e na comunidade que se vinga (FREUD, 1914/2005).

Trata-se, entretanto, de modelo que contraria o próprio tratamento dos impulsos inconscientes. Freud (1916/2006; 1924/2020) considerou que os criminosos pelo sentimento de culpa são sujeitos que encontram no castigo satisfação pulsional em relação a seu supereu. São sujeitos que se sentem inconscientemente muito culpados por seus atos e buscam o castigo, pois, dessa maneira, sentem um alívio pela culpa inconsciente. Por consequência, quanto mais castigo, nesse caso, maior a reincidência.

Lacan (1950/1998), por seu turno, no texto sobre a criminologia escrito no alvorecer de sua obra, sistematizou os crimes a partir das três instâncias psíquicas freudianas: eu, isso e supereu. Ele retomou os criminosos pelo sentimento de culpa freudiano, mas acrescentou outras duas lógicas ao crime. De um lado, associou os crimes utilitários ao eu, crimes que vão do colarinho branco ao crime do pobre, que transgride por sobrevivência, sendo consoantes com a lógica cultural que delinea o que será considerado crime em dada sociedade. Podemos também acrescentar, em diálogo com Lacan (1950/1998) que o pobre que transgride para comer, tal como ele apresentou, é aquele cuja existência é, por si, uma transgressão.

No Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), os atos infracionais que tendem a receber privação de liberdade são, principalmente, roubo seguido de morte (87,1%), homicídio (81,82%) e roubo (39,23%). O avanço das discussões sobre a maior aplicabilidade de sanções, bem como a redução da maioria penal (MELO; SANTOS; AZAMBUJA; CANEDA, 2021), indicam o fortalecimento da cultura da punição nos últimos anos no Brasil, tema cuja complexidade serve à seletividade prisional, que atende a função das elites de sanear a cidade de seus males, produzindo e, ao mesmo tempo, retirando a pobreza das ruas ao encarcerá-la.

Lacan (1950/1998) considerou que os crimes imotivados ou crimes do isso, associados às passagens ao ato podem se enquadrar como crimes. Elas dizem respeito ao tratamento que alguns sujeitos dão ao *kakon*, um mal que os habita. Na teoria do mal, o *kakon* é o objeto que cai e diz respeito à presença do mal que se quer extrair, seja extimamente, seja no próprio corpo, através de uma tentativa de barrar ou extrair o mal-estar assim instalado (SANTIAGO,

2001). “O sujeito quer matar aqui não é o seu eu ou seu supereu, mas sua doença ou, de modo mais geral, ‘o mal’, o *kakon*” (LACAN, 1957/1987, p. 307). É como se, ao golpear um objeto, o sujeito estivesse tentando golpear a si mesmo para extrair esse mal que o habita: “o que busca atingir no objeto que golpeia não é nada mais do que o *kakon* de seu próprio ser” (LACAN, 1950/1966, p. 175).

Nestes casos, há uma espécie de dois mundos: o do sujeito que comete o ato e o do sistema que irá julgá-lo e condená-lo. Essa dissociação afasta a punição de um efeito social, político ou mesmo subjetivo de retificação ou de assentimento, sendo a escuta do caso central para determinar o melhor modo e meio de encaminhá-lo.

4.3. Um primeiro plano de análise do impasse

Na contemporaneidade, o sistema de justiça criminal media as forças vingativas humanas contra o indivíduo transgressor, de modo que a privação de liberdade pode ser reconhecida em seu caráter punitivo e de expiação. A punição aflora sobre o corpo e a mente do sujeito apenado, restituindo as marcas de sua violência ou transgressão explorada contra a vítima ou a sociedade. Nesse contexto, Dussel (1993) reencontrou a estratégia colonial de tomar o colono como sendo incapaz de progresso e emancipação, na qualidade de selvagem e primitivo. Para isso, precisa, então, ser educado, domesticado e, quando resiste, preso ou morto. O colono torna-se, assim, a vítima perfeita do empreendimento colonial, pois é culpado por não corresponder aos ideais normativos e hegemônicos do Império, devendo ser educado, punido ou eliminado para o bom andamento dos privilégios acumulados. Há, pois, também um fundo político e econômico na cultura da punição. Ela serve à manutenção legitimadora de um discurso que, em ação, mantém um regime neoliberal dos corpos.

O incômodo parece ser restaurado com o cerceamento da liberdade - quando não com a eliminação e a morte -, a qual é utilizada como ferramenta de opressão e retaliação, não apenas do corpo, como também do psiquismo. A expiação, por sua vez, é detentora da capacidade da produção do sentimento de culpa, em que o sujeito se apoia para correspondência da autocensura, rebaixamento da autoestima ou autoaniquilamento. A estruturação penal, portanto, acaba por conduzir a efeitos deletérios em seu caráter punitivo, contribuindo para os ciclos de incidência e reincidência (SÁ, 2010). Não à toa, o Direito Penal é o braço jurídico do poder do Estado Moderno Liberal.

Diante disso, devemos retomar com Foucault (2007) a consideração de que a construção da imagem do “delinquente” se constitui pela metáfora prisional e o surgimento

das prisões como instituições para disciplinar e normalizar as punições, que substituíram as práticas de suplícios, as quais contavam com rituais de exposições públicas de açoitamentos, violências e desmembramentos dos corpos dos transgressores das leis do soberano ou das cidades. Desse modo, as instituições prisionais foram criadas como forma de humanizar os castigos, e serviu para afastar os suplícios da cena pública. No entanto, nas prisões o poder não se esconde, não se mascara e pode se manifestar em seu estado bruto, encontrando justificativa como poder moral, do bem e da ordem, configurando-se como o local em que a punição é permitida. Assim, conter o corpo foi instituído historicamente como a modalidade privilegiada dos sistemas judiciários (FOUCAULT, 2002).

O contexto brasileiro nos mostra que o Brasil é o país com a terceira maior população carcerária do mundo, composta em sua maioria por dois terços de homens negros e pardos. Esse mesmo país, apresenta alto índice de morte entre jovens negros de periferia em proporção até trinta vezes maior que países europeus em guerra (GUERRA, 2020a). Segundo dados do IBGE (2019), a violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019, em sua maioria mulheres, jovens e negros. O Atlas da Violência (IPEA, 2021) revelou que homens, adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos apresentam os maiores riscos de serem vítimas de crimes violentos e homicídios, cuja mortalidade é resultado de conflitos de ação do crime organizado e uso de armas de fogo.

Tal como indicado no capítulo anterior (A guerra e o inimigo) podemos lembrar que no Brasil esse tipo de violência é a principal causa de morte entre os jovens do sexo masculino. Em 2019, 39% dos jovens entre 15 e 19 anos foram vítimas de violência letal, maior porcentagem se comparada a outras faixas etárias, como 38% para os jovens entre 20 e 24, e 31% para os jovens de 25 a 29 anos. No mesmo ano foram registrados 45.503 homicídios no Brasil, dentre os quais 51,3% das vítimas foram os jovens de 15 a 29 anos, o que corresponde a 64 jovens assassinados por dia no país (IPEA, 2021). Os elevados índices apresentados nos remetem a considerar que o Brasil experimenta situação semelhante aos países em guerra.

Mbembe (2018) nomeou de necropolítica o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Todavia, não é aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. A política da raça está associada à política da morte e funda a lógica da necropolítica. A necropolítica está assentada no “Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário” (MBEMBE, 2018, p. 19), cuja soberania na atualidade consiste no poder e na capacidade de

determinar quem pode viver e quem deve morrer. O massacre, as máquinas tecnológicas de guerra, o nanozonamento, as milícias, a ausência do Estado nas zonas de confronto, a população-vítima, os corpos-esqueleto expostos a céu aberto transformam a lógica do laço na lógica da sobrevivência e do martírio. Nela “cada homem é inimigo de todos os outros [e] cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2018, p. 62).

E, tal como nos evidenciou Guerra (2020a), o encontro ou a construção da escuta com adolescentes privados de liberdade identifica diferentes contradições entre o discurso dos direitos humanos fundamentais e a violência urbana que são submetidos, a qual se mantém invisibilizada no funcionamento cotidiano das cidades. De modo que, também pode ser evidenciada a repetição das violências pelas experiências originárias de desamparo, em que a dimensão inconsciente e a política estão entrelaçadas em seus atos e vivências.

Túlio, Ismael, Otávio, Fabiana e Júlio não são exceção da violência posta no tratamento recebido nas instituições de privação de liberdade, assim como Lúcio e Paulo não são exceção nos modos em que a violência aparece instrumentalizada como parte do cotidiano das instituições socioeducativas, tal como Túlio muito bem nos definiu como “socioespancativo”. Com isso, devemos ainda nos questionar, por que a violência é colocada como tratamento ao corpo privado de liberdade?

O corpo dos prisioneiros corresponde à vida que perdeu o direito de viver, bem como sua subjetividade não é reconhecida, desse modo os direitos podem ser mantidos em suspensão. Vemos com Agamben (2010) a construção da imagem do *homo sacer*, ou seja, a vida que foi destituída de sua dignidade de ser vivida, e cuja eliminação não incorreria em um ato de homicídio. O lugar de *homo sacer* é designado pelo poder soberano jurídico, e o que configura é a descartabilidade da vida face ao sistema econômico que torna descartáveis os corpos de populações inteiras (GUERRA, 2020a). Assim, podemos compreender que a violência é posta nos corpos de Pedro, Ismael, Otávio e Júlio, e na invisibilidade da palavra de Fabiana ao defender a vida e o corpo de Júlio, condições que se configuram como a eliminação do reconhecimento de subjetividade e de cidadania.

Mbembe (2016) identificou o devir negro no mundo como terceiro tempo do capital em que as vidas se tornam elimináveis. Não se trata mais de ser ou não explorado, mas de um corpo ser desnecessário ao sistema. Passamos da espoliação organizada à revolta e independência decoloniais e, destas, à globalização neoliberal e sua humanidade supérflua. Seu ápice é o devir negro no mundo como coleção de corpos – negros e não-negros – tornados descartáveis.

A vida nua, conceito desenvolvido por Agamben (2010), corrobora com essa tese, ainda que, lamentavelmente, perdendo de vista a estrutura racial que a sustenta, e propõe a configuração da vida dos sujeitos que são colocados às margens da sociedade e que são incluídos a esta pela via da exclusão. De acordo com Gurski e Strzykalski (2018) podemos considerar que a relação entre a psicanálise e as construções sobre a sociedade contemporânea apresentadas por Agamben (2010), demonstra que os adolescentes autores de atos infracionais correspondem à figura do *homo sacer*, uma vez que esses sujeitos habitam a zona de indistinção entre a vida e a morte em seu cotidiano, ocupando a dimensão da descartabilidade da vida. Desse modo, as violências de Lúcio e Paulo representam a violência instrumentalizada nos modos de convivência e tratamento nos centros socioeducativos, e demonstram a polarização da força sobre os corpos, sustentando o discurso de suspensão da dignidade da vida dos adolescentes nesses espaços.

4.4. Um segundo plano de análise do impasse

Na relação entre os adolescentes e os agentes socioeducativos, vemos a tensão mantida pela polaridade entre os corpos no espaço. Assim, adolescentes e agentes estão presos pelo laço da inimizade, de forma que a relação se estrutura pela rivalidade, que é mantida entre entradas e saídas a partir de uma cultura transmitida. Vemos, portanto, que ambos, adolescentes e agentes, são marcados pela violência que se repete dentro e fora da instituição, e pelo desejo de morte se impõe nas duas esferas, configurando a base da cultura da punição, que estamos debatendo aqui.

Ao desejo de morte tomamos, primeiramente, refúgio na poética de Clarice Lispector, que em 1977 concedeu entrevista à Revista Cultura em sobre seu conto Mineirinho, publicado em 1962. Na fala Lispector (1977) nos apresentou:

[...] uma coisa que eu escrevi sobre um bandido, sobre um criminoso, chamado Mineirinho, que morreu com 13 balas quando uma só bastava, e que era devoto de São Jorge e tinha uma namorada. E, que me deu uma revolta enorme [...] Qualquer que tivesse sido o crime dele, uma bala bastava, o resto era vontade de matar, era prepotência (LISPECTOR, 1977).

Na fala de Lispector sobre o fato verídico que motivou sua escrita, podemos ler seu mal-estar diante da execução de um homem, cujo significante “criminoso” legitimou e justificou a execução com 13 tiros em uma encruzilhada policial. No conto, a cada tiro Lispector identificou-se com a morte de Mineirinho, e intensificou o efeito de morte e fusão de seu próprio corpo com a morte planejada e noticiada pelos meios jornalísticos com certo

heroísmo. Lispector (1962) nos mostrou sua indignação com a realidade sobre as duas faces da uma mesma justiça, a qual ao mesmo tempo que tranquiliza alguns, é instrumento de ameaça a outros, cujos corpos são predestinados à morte e a diferentes formas de exclusão. Tal como Mineirinho (LISPECTOR, 1962), podemos evidenciar as mortes dos meninos das Candelária (Rio de Janeiro, 1993), dos 80 tiros por “engano” que tirou a vida de Evaldo Rosa (Rio de Janeiro, 2019) e da morte de Jorge Floyd (EUA, 2020) que culminou no movimento global *Black lives matter* (vidas negras importam).

Lispector (1977), pela licença poética, apresentou seu mal-estar diante da prática que Mbembe (2018) compreendeu como o exercício do necropoder, o qual pelas estruturas políticas e disciplinares do Estado legitima diferentes formas de produzir a morte das populações indesejáveis, como acabamos de discutir. Tal como Mineirinho, temos Pedro, Ismael, Otávio, Fabiana, Júlio, Lúcio e Paulo, cujas vidas são enlaçadas pela política de corpos matáveis e elimináveis. De modo que a suspensão da vida digna de ser vivida é esperada como prática adjacente às políticas públicas, em que os centros socioeducativos podem funcionar como formas de repetição da violência, da negligência e do abandono, e se estruturarem como espaços privilegiados para o exercício do necropoder, tal como Pedro nos indicou a transformação dos centros socioeducativos em centros “socioespancativo”.

Assim, vemos que a violência se instrumentaliza como modalidade de correção e punição, como forma discursiva, como tratamento autorizado e legitimado, ao qual também devemos acrescentar a manifestação e perpetuação do racismo nas unidades socioeducativas. De acordo com o Relatório Global sobre Homicídios (*Global Study on Homicide*, ONU, 2013), o Brasil foi responsável por 10% dos homicídios no mundo, e conta com a segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, foram 30,5 homicídios a cada 100 mil pessoas, estando atrás apenas da Venezuela, que apresenta a taxa de 58,8 homicídios a cada 100 mil pessoas. E, segundo o IBGE (2019) 79% das pessoas assassinadas no Brasil por ação direta da polícia eram pretas ou pardas. Os índices indicam que temos, no Brasil, uma política de eliminação dos corpos negros e jovens. E, não por acaso, Pedro, Ismael, Otávio e Júlio são também adolescentes negros, residentes em regiões periféricas, com baixo nível de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Gonzalez e Hasenbalg (1982), o corpo branco e o corpo negro ocupam lugares sociais distintos, desde a colonização baseada na escravidão. Da senzala aos conjuntos habitacionais urbanos, os corpos negros ocupam lugares marginais na sociedade brasileira. Nesse sentido, percebemos que desmistificar o racismo no Brasil parte da necessidade de retirá-lo do silenciamento negacionista (GUERRA, 2020b) em que é mantido, de forma que

muitos autores indicam o racismo à brasileira como um “crime perfeito” à medida que atribui à vítima a responsabilidade pelo crime, isentando a sociedade e seus discursos da responsabilidade pelo tratamento racista (BRAGA; ROSA, 2017). Temos, assim, em nosso país, a herança colonial, já destacada por Dussel (1993), como estruturante. O efeito histórico da escravização colonial e imperial pode ser compreendido tanto em termos societários e discursivos, como em termos subjetivos e inconscientes. Nessa condição, o racismo no Brasil se configura em mecanismos inconscientes de manutenção de um regime de privilégios, exercendo efeitos subjetivos devastadores (GUERRA, 2020b).

O processo de esquecimento em relação à escravidão foi um recurso utilizado historicamente, seja pelo ato de queima de arquivos e registros relativos à escravidão por Rui Barbosa, seja pela atual negação e minimização de seus efeitos. No entanto, a psicanálise nos mostra que a história e os traumas se superam com a mediação da palavra, com o registro e com a lembrança e não com os efeitos deletérios que incidem também como forma de violência e da negação como mecanismo de defesa. Para que a psicanálise, diante de contexto, resgate sua função crítica e social, coloca-se diante da responsabilidade de confrontar com a perspectiva inconsciente desse processo histórico, de modo a proporcionar, pela construção de narrativas singulares e coletivas, a reconstrução da potência e integridade de toda e qualquer história pessoal em sua diversidade, apontando para os atravessamentos do cotidiano da clínica psicanalítica (GUERRA, 2020b).

Assim, vemos que a cultura da punição presente nos centros socioeducativos data de processos históricos do Brasil, bem como se fundamenta nos fenômenos de punição ao corpo como forma de expiação e prática de instrumentalização das punições em instituições privilegiadas para tal exercício. Da mesma forma, vemos que a cultura da punição se apoia no exercício da segregação da dignidade da vida humana, separada em processos de exclusão e eliminação, privilegiados pelos exercícios do necropoder, bem como vemos considerações implicadas no contexto histórico e social no Brasil que remete à ausência de políticas reparadoras ao processo de escravidão, à histórica desigualdade social, à vulnerabilidade social e ao racismo.

4.5. Possibilidades da clínica psicanalítica para a escuta de adolescentes privados de liberdade

Na cultura da punição, presente no tratamento aplicado aos adolescentes privados de liberdade, é importante destacar a dimensão da violência sobre o corpo e sobre a subjetividade,

de modo a evidenciar também a condição da desigualdade social no Brasil, que aponta o racismo como o principal instrumento legitimador dessa violência. Diante desse cenário, devemos considerar o segundo recurso para esta análise, que é a escuta psicanalítica como ferramenta para o trabalho nas políticas de segurança pública, e a possibilidade para o trabalho de atendimento multidisciplinar nos centros socioeducativos.

Devemos, primeiramente, considerar que os elementos analisados sobre a cultura da punição foram decantados da leitura clínica, cuja psicanálise foi utilizada como suporte teórico e como prática de escuta aos elementos analisados, de tal modo que seguimos com a possibilidade de uma escuta que possa incluir e problematizar a violência, o racismo, a vida e o exercício de necropoder às políticas de segurança pública, dialogando com as ações sistematizadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, lei nº 12.584/2012), garantindo não apenas o atendimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), mas também o reconhecimento dos adolescentes privados de liberdade como sujeitos de direito tal como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei nº 8069 /1990). De modo que devemos identificar e defender que, embora os adolescentes estejam privados de liberdade, estes não estão privados de seus direitos, bem como não devem ser destituídos de fala e de reconhecimento de cidadania.

Os centros socioeducativos, assim como o sistema prisional brasileiro, herdaram resquícios históricos da modalidade de atendimento baseada na repressão e na punição. A escuta nesse espaço é construída sobre o desafio e a necessidade de conhecer e compreender o contexto em que os adolescentes estão inseridos (LIMA, 2019), as vivências políticas e sociais pregressas, as instituições e os acompanhamentos na rede de atenção psicossocial e de saúde mental as quais os adolescentes foram acompanhados, bem como os abandonos das políticas públicas e familiares. Nesse sentido, a construção da escuta deve partir da consideração sobre os atravessamentos político-sociais, de modo a incluir também os discursos estigmatizantes atribuídos a esses adolescentes, tais como “violentos, mentirosos, drogados, assassinos, perversos, traficantes”, dentre outros termos que são indicados e circulantes nas falas, inclusive de profissionais.

O atendimento aos adolescentes privados de liberdade é, inicialmente, embasado pela expectativa institucional e jurídica de reparação ao ato infracional, de reprovação à conduta e produção de sentimento de responsabilidade social. Todavia, o profissional que escuta deve se abster de valores pessoais, sociais e institucionais para que o sujeito possa advir (LIMA, 2019), de modo a incluir também o reconhecimento sobre questões sociais relacionadas . A medida socioeducativa aplicada ao ato infracional, sob a perspectiva do Direito, visa a

reparação ao dano, e pretende punição em favor do cumprimento das normas. Contudo, a psicanálise se atenta para as motivações inconscientes que o ato pode desvelar.

Os dois posicionamentos, Direito e Psicanálise, apresentam implicações do ato no social, de modo que não se pode abrir mão das diretrizes previstas pela legislação (SINASE, lei nº 12.584/2012), para o cumprimento e acompanhamento da medida socioeducativa. A psicanálise, nesses espaços, pode contribuir para que os adolescentes escutados questionem o ato infracional, cujas implicações se sustentem em sua própria história de vida (SOUZA; CALAZANS; MOREIRA, 2017).

A violência urbana presentifica os atos e oferece contorno à satisfação pulsional, que não encontra mediação simbólica. Para antepor ao real, alguns recursos podem ser considerados, na escuta dos adolescentes, para a mediação entre o real e o sujeito, servindo de orientação frente ao mal-estar na civilização presente na sociedade contemporânea. A intervenção junto aos adolescentes autores de atos infracionais é fundamental para identificar que a consciência do ato infracional não cobre a assunção subjetiva revelada pelo ato, uma vez que este responde a diferentes questões sociais, econômicas, grupais, e também inclui a dinâmica psíquica de cada adolescente (SOUZA; CALAZANS; MOREIRA, 2017).

Desse modo, a escuta ao adolescente contribui para compreender o lugar do ato infracional em sua economia psíquica, já que o ato pode apresentar diferentes motivações, seja o crime do isso, crime de utilidade ou um crime edípico, tal como discutido por Souza, Calazans, Moreira (2017). Posicionamento que Lacan (1998) já havia nos apresentado ao afirmar que a psicanálise ao irrealizar o crime, não desumaniza o criminoso. Isso quer dizer, conforme Ceccarelli (2013), que apesar da ocorrência do ato, o sujeito prossegue com seus conflitos e sofrimentos. A psicanálise, portanto, ao recorrer ao caráter simbólico do crime retoma o sujeito ao se inscreve na estrutura edípica universal, apontando as tensões internas da sociedade.

As intervenções em psicanálise nos centros socioeducativos podem contribuir para o acompanhamento singular diante das propostas coletivas das políticas públicas, tomando como particular a orientação para a política e seus direcionamentos nas dimensões jurídico e psicossocial. Condição que não torna possível a universalização dos protocolos das intervenções clínicas, tampouco a construção de manuais de orientação (SOUZA; CALAZANS; MOREIRA, 2017), trata-se de considerar a economia psíquica e a relação que o adolescente constrói com seu próprio ato, singularizando a escuta.

No entanto, a escuta singular deve considerar o papel de atores sociais, tais como o Estado, as instituições e políticas públicas, bem como os fatores socioeconômicos e políticos

que envolvem a vida da população, ancorados no racismo como fundamento do modo colonial de poder (QUIJANO, 2009). Tal condição é fundamental para não individualizar a responsabilidade coletiva, atribuindo-a também aos profissionais e as consequências de seus discursos e atos frente ao acompanhamento dos adolescentes privados de liberdade (OLIVEIRA; MIRANDA, 2019). A regulação da punição, ao incidir exclusivamente sobre o adolescente, individualiza um problema estrutural e não repara, nem restaura a condição de uma nova forma mais plural de pertencimento e de laço social. Seu efeito é sentido no modo como a reincidência do jovem e da instituição socioeducativa recai no mesmo circuito excludente que ratifica e perpetua a exclusão fundada na escravização com o racismo, continuada na diferença econômica e política de acesso a bens e direitos e, finalmente, executada no cotidiano civil e público das múltiplas desigualdades interseccionais. A responsabilização neste sentido não é apenas subjetiva, mas também jurídica, social e política, como a justiça restaurativa propõe.

Os adolescentes, em geral, tendem a não reconhecer os efeitos sociais implicados no envolvimento com o ato infracional, considerando a medida socioeducativa como estratégia de punição frente ao ato, e identificando a aplicação da medida como justa ou injusta. Reflexões sobre a vulnerabilidade social e a violência dos contextos aos quais estão inseridos não são reconhecidas como produtoras de efeitos significativos, acarretando em responsabilização individual para questões que são de ordem social, política, econômica, simbólica e cultural, individualizando o sentido do ato e do envolvimento com a criminalidade, que precisam ser identificados como discursos que permeiam a sociedade neoliberal, marcada pela constante desigualdade social (OLIVEIRA; MIRANDA, 2019) e pelo extermínio das populações indesejadas, consideradas menos humanas, numa escala racial global (MBEMBE, 2018).

No atendimento aos adolescentes privados de liberdade, devemos manter o compromisso ético com a escuta clínica, sendo fundamental incluir o reconhecimento da adolescência e sua economia psíquica, bem como os atravessamentos políticos, discursivos e econômico-estruturais, tais como as situações de vulnerabilidade social, violências pregressas, abandonos e negligências, que se arrastam há séculos. Desse modo, a escuta de orientação psicanalítica nos centros socioeducativos de privação de liberdade tem efeito de ruptura com a lógica institucional, bem como promove efeito revolucionário ao possibilitar a construção de narrativa singular sobre o ato e suas incursões sociais (BOSSA, 2021) e ao enfrentar os modos inconscientes de defesa que mantêm o pacto narcísico branco e seu correlato sistema de privilégios materiais e simbólicos (GUERRA, 2021).

Nos atendimentos a ética psicanalítica é mantida e, conforme Freud (1912/2020), a associação livre é a regra fundamental do tratamento, de modo a sustentar a análise da transferência, com a qual o psicanalista tem a tarefa de reconstruir a partir das ramificações do inconsciente anunciadas. Assim, a transferência deve incluir investigação sobre a repetição dos laços de violência, o adolescente e seu desejo diante das práticas infracionais, questões que emergem na cena analítica, considerando o desejo de escuta do analista (BOSSA, 2021).

No atendimento com adolescentes, de acordo com Guerra, Moreira, Aranha e Broide (2015), a posição ocupada pelo analista deve ser considerada desde uma perspectiva simbólica, uma vez que aqueles podem colocar o analista sob constante condição de suspeita, ocupando o lugar de sujeito suposto suspeito, em inversão à posição do analista sustentado por Lacan (1967/2003) como sujeito suposto saber. Isso porque, a partir do modo como o adolescente foi inscrito no laço social, o Outro está sempre sob suspeita, de forma que como resposta à mensagem de desvalorização do Outro, o adolescente responde em transferência com a dessuposição de saber que se direciona à equipe técnica que o acompanha. A substituição do sujeito suposto saber para o sujeito suposto suspeito é manifestada quando o adolescente não se sente seguro diante do profissional, quando não há possibilidade de se antecipar sobre o que se espera e o que pode esperar do Outro, de modo que antecipa como mal e negativo.

A relação estabelecida é, então, de permanente desconfiança, em que, na perspectiva do adolescente, a equipe técnica também é incluída como extensão do sistema judiciário que determinou a execução da medida socioeducativa, bem como prevê reparação do dano pela via da responsabilização individual do ato. Assim, a transferência negativa precisa deslizar para a produção de um enigma que possibilite a instalação da transferência positiva, tornando possível a escuta e a transformação do ato em palavra (GUERRA; MOREIRA; ARANHA; BROIDE, 2015).

Rosa (2018) nos alertou que nos contextos de vulnerabilidade, o sofrimento sociopolítico deve ser considerado. A direção do tratamento deve se atentar para a transformação do emudecimento traumático na experiência compartilhada, em que o sujeito toma a posição de vítima em transformação para a posição de testemunha, ou seja, o momento em que sua história pode ser narrada e se configurar como modalidade de transmissão da cultura e da história, situando-se em outra cena política. Nesse sentido, a posição ética da psicanálise se volta ao constante exercício de construção de práticas clínico-políticas para escutar pessoas, cujas histórias são marcadas pelo exílio e banimento da vida pública, até então tomadas como invisíveis e/ou superexpostas pela cidade. Ao interpelar o sujeito pode ser considerada uma intervenção de resistência para que o sujeito possa fazer barreira ao

destino social esperado, ou o rompimento da perpetuação dos discursos disciplinadores e normalizadores, tal como a expectativa de criminalização ou patologização.

A escuta, portanto, convoca o sujeito e provoca antecipação, sendo possível promover posicionamento *a posteriori*, que se sustenta na construção de uma narrativa sobre si mesmo (ROSA, 2018). Diante disso, é possível considerar as possibilidades da clínica psicanalítica para a escuta de adolescentes privados de liberdade, considerando os elementos a serem incluídos na transferência, bem como seus desdobramentos clínicos e políticos. Desse modo, podemos sustentar que nos centros socioeducativos, a escuta se torna ferramenta privilegiada para a construção da clínica psicanalítica, a qual se sustenta pela tradução do ato em palavra, condição fundamental para a transformação em narratividade das experiências, majoritariamente, marcadas pelo conteúdo traumático e pela dimensão do desamparo.

Não sem perder de vista o trabalho de intervenção e formação continuada com agentes e técnicos do sistema que garantam uma revisão radical da leitura da infração. O trabalho institucional também deve se dedicar em abortar, e considerar, as dimensões de classe, raça e gênero; os afetos que mobilizam inconscientemente as defesas; as projeções e o tratamento do pior que habita cada sujeito como força pulsional. Retificar o Outro da cultura é tão importante quanto o Outro do sujeito adolescente. Desconsiderar qualquer plano desse problema complexo, que é a criminalidade e o racismo em países herdeiros de processos de colonização, apenas reduz e simplifica um problema que exige intervenção em distintos planos, já que o impasse se estrutura também de maneira pluridimensional.

A psicanálise colabora com a subversão desse quadro e traz elementos novos, do inconsciente, que permitem a abertura para leituras pouco usuais, em diálogo, suscitam inéditos meios e modos de intervenção. Neste caso, formações continuadas com equipe técnica e de segurança devem se valer do espaço de fala e de troca de experiências entre os profissionais, que acabam por se identificar positiva ou negativamente com os adolescentes, produzindo uma miríade de afetos que vai da piedade à agressividade, desconsiderando a dimensão política em jogo. Daí a importância de espaços permanentes da clínica ao adolescente, da formação continuada aos profissionais e da supervisão para construção do caso a partir dessas arestas, quase sempre, invisíveis.

4.6. Epílogo: momento de concluir

Este capítulo foi desenvolvido tendo como proposta a construção de reflexões sobre o impasse experimentado no trabalho de socialização com adolescentes privados de liberdade e

a cultura de punição que perpassa os laços institucionais. Vimos com os relatos dos adolescentes e seus familiares as constantes situações de violências e/ou negligências por parte das equipes multiprofissionais e agentes socioeducativos. As cenas presentes nos atendimentos ilustraram as dinâmicas cotidianas vivenciadas por adolescentes, familiares e profissionais, cuja tensão do laço indica a insistência da cultura de punição presente nos sistemas socioeducativo e penal brasileiros. O estudo foi desenvolvido através de dois balizadores: a cultura da punição e a construção da escuta psicanalítica nos centros socioeducativos.

Vimos que as práticas socioeducativas pautadas na reprodução da violência institucional se distanciam e pervertem as disposições indicadas pelo SINASE (lei nº 12.594/2012), que aliado ao ECA (lei nº 8.069/1990), dispõe sobre o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A prática de escuta nos centros socioeducativos revelou evidente discrepância entre o que se experimenta enquanto cotidiano institucional e as ações previstas pelos planos de atendimento e acompanhamento aos adolescentes e suas famílias. As problematizações desenvolvidas neste capítulo relevaram também o risco de reafirmação das esferas excludentes da sociedade quanto se equipara as ações voltadas à vulnerabilidade social com questões de justiça e segurança pública, marginalizando ainda mais as populações vulneráveis.

Com isso, foi possível indicar que a psicanálise, ao se inserir no espaço de privação de liberdade, atenta-se aos ditos e não ditos, aos discursos violentos que sustentam as práticas institucionais, as invisibilizações e denegações presentes no cotidiano institucional, bem como convoca os sujeitos a transformarem suas experiências de violências urbanas, institucionais, familiares, étnico-raciais em novas narrativas, promovendo subversão entre os lugares de vítima e agressor, de modo a inaugurar o lugar de testemunha e mobilizador de resistências e transformações das cenas de violência. Desvelar o mal-estar colonial implica em rasgar o véu do racismo e da violência, deixando à mostra sua obscenidade.

As violências narradas são fundamentadas na cultura de punição. Embora nosso sistema judiciário não regulamente tais práticas, o exercício de punição corporal para modalidade de reparação ao dano social dada a transgressão, acarreta em práticas aprimoradas de expiação. As violências foram entendidas conforme os conceitos de biopolítica, vida nua e necropoder, no entanto, o fenômeno além de compreendido precisa também ser transformado. Assim, as narrativas de Túlio, Ismael, Otávio, Fabiana, Júlio e dos agentes Lúcio e Paulo foram apresentadas como modos de retratar as vivências nos centros socioeducativos, para

fazer o discurso e a queixa dos adolescentes e familiares não caírem no esquecimento das práticas desumanizantes.

As narrativas-denúncia também servem para apontar a necessidade urgente de qualificação profissional, a preocupação com a saúde mental nos espaços institucionais e a necessidade de intervenção sobre os aspectos estruturais, sociais e individuais dos quais as instituições tornam-se depositárias. Elas acabam por institucionalizar práticas que deveriam ser coibidas, como a violência e a perpetuação da cultura da punição.

As medidas socioeducativas têm como objetivos implicar a família, a sociedade e o Estado, bem como promover a responsabilização compartilhada do adolescente quanto às consequências do ato infracional, proporcionando reparação ao dano, a integração social do adolescente e garantia de seus direitos, tendo como previsto o cumprimento do plano individual de atendimento e a desaprovação da conduta infracional, com a privação de liberdade ou restrição de direitos de acordo com o previsto em lei (ECA e SINASE). Desse modo, a escuta, a análise dos fenômenos que perpassam o laço entre os adolescentes e os profissionais, e a atenção para que o trabalho de socialização seja pautado nas leis que o fundamenta (ECA e SINASE), são importantes para que os adolescentes recebam o devido cuidado para a construção dos aspectos esperados ao cumprimento da medida socioeducativa.

Como vimos, divergente do que é previsto em lei, temos a cultura da punição como prática recorrente nos espaços institucionais de privação de liberdade, que deve ser tomada como modalidade a ser evitada, combatida e ressignificada pelo trabalho amplo e interinstitucional entre os agentes públicos que cumprem e fazem valer a garantia de direitos que fundamentam o trabalho de socialização. A cultura da punição transmitida pelas práticas e ações de profissionais, as formas discursivas e as ações lesivas devem ser reconhecidas como fenômenos que impactam diretamente na efetividade das políticas de segurança pública, prevenção à criminalidade e redução da incidência e reincidência infracional. Não basta, pois, a intervenção com o adolescente, é também mister a intervenção institucional e a formação continuada de agentes e técnicos socioeducativos para efetiva transformação das condições instituídas e estruturais que ali reverberam.

5. SERVIDÃO E AUTORIA: O ATO INFRACIONAL E O PREÇO DA ADOLESCÊNCIA DE PERIFERIA

“Nos sentimos livres, porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade”
(Žižek, 2011)¹.

5.1. Prólogo: instante de ver

Partindo da questão “por que o crime?” consta-se que o verbo está omitido, implicando que o sujeito, ao se anunciar, proponha seu verbo como estado ou ação. O verbo em elipse aponta para os atos assujeitar e sujeitar, que sustentaram o desenvolvimento do tema deste capítulo e remontam a servidão e autoria do sujeito. Assim, objetivando responder por que os adolescentes se inserem na criminalidade, este estudo buscou identificar as relações de poder e as formas políticas em jogo nos processos subjetivos, inclusive inconscientes, a partir de reflexões sobre a dialética entre servidão e autoria, com a qual os adolescentes parecem se apoiar para a realização do ato infracional.

O aporte clínico-político deste capítulo visa, pelos temas suscitados nas vinhetas, investigar a relação de inserção e manutenção na criminalidade, discutindo o processo de passagem pela adolescência dos jovens de periferia. Marcar a territorialidade e as dissidências da adolescência é fundamental para se investigar os efeitos subjetivos dos processos históricos e econômicos do Brasil, cuja colonialidade e o neoliberalismo são colocados em discussão para considerar as transversalidades nos corpos de jovens, negros e periféricos. Os conceitos de servidão e autoria, permeados pela relação sobre a repetição e o mais-de-gozar, foram utilizados para descentrar os discursos jurídicos e patologizantes que recaem sobre a adolescência autora de ato infracional.

Engendrado no percurso investigativo sobre a vida e a morte dos jovens, este capítulo avança na discussão sustentado eixo servidão e autoria, o qual se constituiu pela hipótese de que autoria e ato se confundem com a servidão à lógica neoliberal, em que o corpo e a vida dos jovens residentes das periferias estão a serviço do consumo e, como tal, reduzidos à utilidade que oferecem à circulação do capital; quando não, passíveis de eliminação, tornando-se objetos matáveis. Tomando o verbo consumir e seus sentidos, temos: alimentar-se, ingerir, comer, destruir. Assim, o termo consumir aparece como radical do neoliberalismo, e deve ser investigado a partir dos efeitos e atravessamentos sobre o tempo da adolescência

¹ Tinta Vermelha, o discurso de Slavoj Žižek, filósofo esloveno, no movimento de Ocupação de Wall Street (OWS - Occupy Wall Street), em setembro de 2011.

dos jovens moradores das periferias urbanas, devendo ser discutido frente ao discurso econômico que reduz a vida à mercadoria e calcula seu valor. Assim, tal como evidenciamos, e foi analisado nos capítulos anteriores, a eliminação massiva das populações periféricas como política de segurança pública evidencia ações categorizadas como genocídio. Para isso, interessa-nos interrogar: qual o preço de se adolecer na periferia?

Tal como o percurso investigativo construído para propor respostas à questão norteadora, partiremos, primeiramente, do relato de três adolescentes, com as quais buscaremos analisar a relação entre a servidão e autoria construída pela realização neoliberal das vidas, bem como o processo de passagem pela adolescência nos territórios periféricos e marcados pela criminalidade. A narrativa dos três adolescentes deste capítulo trazem importantes pontos de discussão, os quais são: servidão à lógica neoliberal tendo o acesso ao consumo como um modo de existir no mundo; a passagem pela adolescência contemporânea permeada pelo neoliberalismo e territorializada na periferia, cuja investigação se fundamentou no trinômio composto por pulsão, repetição e mais-de-gozar; e, a passagem pela adolescência de periferia, cujo processo subjetivo é marcado pelo local de origem, destino, e direcionamento para o percurso de tornar-se homem a partir do ideal de masculinidade. Considerando esses três pontos, portanto, discutiremos o enlaçamento dos adolescentes à servidão e a serviço da lógica neoliberal, em que as vidas são segregadas através dos acessos ao objeto/consumo, a amarração das adolescências à tirania do crime e do mercado, e a assunção da masculinidade contemporânea.

Vamos às vinhetas! Os adolescentes, cujas narrativas possibilitaram a construção deste capítulo são: Daniel (14 anos), Guilherme (17 anos) e Wagner (15 anos). Começamos por Daniel, que estava cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade pela primeira vez, em 2018, por roubo, mas relatou ter envolvimento com a criminalidade desde os 12 anos, quando começou a cometer pequenos furtos e a se envolver com o microtráfico, fazendo entrega de drogas. Por ser menor de idade, ter estatura baixa, e realizar a função de entrega, ou seja, de “aviãozinho”, Daniel recebeu o apelido de “menor”. Ele morava com sua mãe e avó materna, e apresentava, em sua fala, sentimentos de admiração e respeito por elas, indicando que ambas tinham trabalhos honestos e seu maior sonho era ter condições financeiras para sustentar sua mãe (28 anos), que não precisaria mais trabalhar, teria uma vida de luxo, e a quem ele designava como “*minha coroa*”, invertendo o papel de provedor do lar, ou antecipando responsabilidades em relação à economia familiar.

Ao falar da mãe, Daniel construía discurso de idolatria, como se ela ocupasse um lugar santificado. Cobrava-se para conseguir dinheiro e a mãe não precisaria mais trabalhar,

colocando-se em posição de provedor auxiliando nas compras e contas de casa com o dinheiro que conseguia com os furtos e tráfico. Mesmo sendo ainda menor de idade, e devendo ser protegido, como em outros países da América Latina (RAMIREZ, 2007), tornava-se arrimo de família antecipadamente, respondendo por uma posição adulta ainda em construção. As últimas atividades infracionais, que o conduziram à privação de liberdade, foram os furtos de carros, ele dedicou a essas práticas por considerar que dirigir carros lhe proporcionava muito prazer, além de ser um meio para ir às festas, pois chegar de carro aumentava sua visibilidade no grupo.

A revelação de gostar de estar no crime pelo poder e pela visibilidade perante o grupo social não se apresentou de início nos atendimentos. Daniel passou muito tempo repetindo de modo quase automático que queria sair do crime e “ficar de boa”, ou que a “vida do crime não vira, não”, queria um emprego formal e terminar os estudos, reeditando seu discurso como uma fala instituída. Todavia, com o tempo e espaço de fala, Daniel começou a responder à questão “por que o crime” de modo mais livre, e passou a usar o espaço de escuta para expressar como gostava de desfrutar da sensação de poder ao conquistar mulheres e chegar de carro nas festas. Ele gostava da vida baseada no consumo de bebidas alcoólicas, acesso às mulheres, ao sexo, e às drogas, ou seja, uma vida de prazer que pudesse entorpecer a realidade. Fantasiava a conquista de mulheres, ficava ansioso em ir ao Fórum para acompanhar as audiências de sua medida socioeducativa, porque poderia ver muitas mulheres bonitas e inteligentes, e ele poderia colocar em prática seu ideal de conquista e sedução.

Estar no crime, seja cometendo furtos de carros ou comparecendo ao Fórum para atender às exigências da medida socioeducativa, colocava-o diante de seu romance fantasiado em conquistar virilidade frente a várias mulheres, assim como a inserção no laço social pelo consumo de uma vida luxuosa. Apropriar-se do ideal da masculinidade pelo acesso econômico, colocou Daniel diante do poder que serve ao consumo, como produto e efeito do neoliberalismo, numa lógica discursiva em que ele poderia ser objeto do sistema ao qual está assujeitado. Nesse sentido, roubar carros ofereceria acesso ao poder masculino diante do objeto investido: mulheres.

Guilherme (17 anos), nosso segundo caso retomado, estava envolvido com a criminalidade desde seus nove anos de idade, em especial o tráfico. Sua história foi marcada por diversas formas de abandonos sociais, políticos e familiares. Ele morava com a mãe e o padrasto, a relação era marcada por conflitos e rivalidades; quando Guilherme estava com oito anos, o padrasto assassinou a mãe. Sem outras referências familiares e sem ter a quem recorrer, Guilherme saiu de casa, foi cuidado por uma tia, depois por uma vizinha, e, em

seguida, encaminhado para acolhimento institucional. Aos doze anos, o Conselho Tutelar intermediou o contato com o pai, e Guilherme se mudou de uma cidade no interior do estado de Alagoas para uma cidade no interior do estado de Minas Gerais para conviver com o pai, que já tinha constituído outra família. Guilherme, nesse novo laço, foi considerado como um estranho ou intruso na dinâmica familiar.

Com a mãe assassinada, sem outros laços familiares, aos treze anos saiu da casa do pai e começou a se sustentar com o tráfico e com os roubos de casas, que envolvia sequestros e reféns. Ele gostava de usar armas de fogo e apontá-las para suas vítimas. Ver o medo nos reféns lhe causava prazer, possivelmente seu próprio medo refletido nos olhos de suas vítimas. Guilherme gostava de ter poder de decisão sobre a vida ou a morte de alguém enquanto segurava a arma; cena revivida diante da impotência da morte de sua mãe, vítima de feminicídio. O medo o incitava a repetir cada vez mais o ato de assaltar casas. Ele revelou que não roubava nas ruas, porque isso, em suas palavras, “*era deselegante*”. Preferia assaltar casas, mantendo suas vítimas sob medo, e às vezes roubava apenas para sentir o prazer de roubar, sustentado pelos sentimentos de reparação diante de tantas perdas.

Guilherme disse que bandido de verdade tem muitas “guerras”, ou seja, inimigos que sentem inveja por ver outros “*crescendo no crime*”, que significa conquistar ou adquirir bens, poder, domínio, exercer violência sobre os inimigos e companheiros. A arma nas mãos oferecia, segundo ele, a sensação de domínio e poder, impressão de materializar a masculinidade de ser “maior” ou “mais homem”. Por amor ao medo e prazer frente ao risco, para garantir algum sentimento de existência e potência, podemos recortar a dimensão entre o medo e o poder como a via pela qual Guilherme respondeu a sua questão sobre o porquê o crime.

Wagner (15 anos), por sua vez, conheceu a criminalidade através do irmão, que lhe oferecia valores financeiros para realizar roubos de carros. O irmão estava privado de liberdade pelo sistema prisional por tráfico de drogas e tinha cometido outro crime no presídio, de modo que, segundo Wagner, ficaria dezesseis anos cumprindo pena. Wagner convivía com o pai e família paterna em terreno dividido em várias casas entre os familiares. Ele não conhecia a mãe, não sabia onde morava nem se estava viva, só sabia o primeiro nome dela por já ter lido em seu documento de identidade. Wagner tinha dificuldades de leitura, tendo pouco nível de alfabetização. Falava do pai enquanto homem honesto e trabalhador, que sempre cuidou dos filhos, sustentado a família como pedreiro.

Assim como Daniel e Guilherme, Wagner também apresentou fala sobre o que parece ser esperado para os adolescentes privados de liberdade: procurar um emprego, terminar os

estudos e dar orgulho para a família. Para ele, roubar implicava riscos de vida, pois poderia ser baleado ou sofrer algum atentado por rivalidades, mas isso fazia parte do estilo de vida que ele tinha escolhido e passar por violências policiais nas abordagens e apreensões fazia parte da “vida do crime”. Wagner acreditava que estar no centro socioeducativo era como estar em uma creche, o crime “de verdade” acontecia no presídio: “*eu sou bandido, isso aqui não é cadeia, é creche*”. Era comum Wagner se envolver em discussões e conflitos com outros adolescentes para fazer “valer a lei do crime”, ele se colocava como defensor da lei “cagueta tem que morrer”, e tendia a vigiar a conduta de outros adolescentes para corresponder às expectativas e às ordens do crime. Se um adolescente conversasse demais com algum agente socioeducativo, Wagner fazia questão de saber o assunto e repreender a conduta daquele adolescente para evitar que construísse relações amistosas com agentes e outros profissionais.

Wagner era também engajado com a luta pelos direitos “*dos presos*”, como ele se identificava. Pediu para o diretor do centro socioeducativo a realização de uma Assembleia, o que é de direito e atividade regulamentada pelo SINASE (lei nº 12.594/2012). A metodologia de atendimento às medidas socioeducativas estabelece que: “assembleia é utilizado para denominar o espaço de conversa/diálogo entre os adolescentes, o corpo diretivo, bem como os representantes da equipe de atendimento e de segurança, onde são discutidas questões referentes ao funcionamento institucional e a convivência entre os adolescentes” (SSPMG, 2014, p.43). Wagner conhecia sobre o funcionamento da Assembleia e solicitou pelo direito de realização da mesma com a finalidade de garantir a qualidade de vida dos adolescentes, pedir melhoria nas refeições, a prática de futebol periódica e cursos profissionalizantes para todos. Ele tinha, no grupo, bastante mobilização e conseguia fazer articulações entre os adolescentes tanto para apaziguar conflitos, quanto para fazer valer “a lei do crime”.

Ele recebia com frequência advertências e sanções por mal comportamento, que variavam desde o desrespeito aos agentes socioeducativos, quanto agressões a outros adolescentes. Esses atos eram justificados com sua perspectiva: “*preciso fazer valer a lei do crime e cobrar*”. Wagner ficou privado de liberdade por um ano e quatro meses, foi liberado no início de janeiro de 2020 e, no final do mesmo mês estava internado provisoriamente de novo por roubo. Na ocasião, pegou uma faca da cozinha de casa, esperou em um ponto de ônibus para entrar no veículo e realizar o assalto. Em narrativa cênica, disse que por “*vacilo*” ficou em frente à câmera de segurança e foi apreendido na manhã do dia seguinte por policiais em sua casa, enquanto dormia com a namorada. Em seu retorno para a privação de liberdade,

comentou: “*agora que a vida começa, aqui dentro é a minha realidade*”. O “vacilo” pareceu condizer com seu desejo.

Daniel, Guilherme e Wagner se movimentaram de modos particulares em torno de seus atos infracionais. Tomando o ato como um discurso sem palavras (LACAN, 2008), pode-se considerar que esses adolescentes dizem algo que questiona aspectos discutidos em psicanálise neste tema, o *acting out*, a passagem ao ato e a identificação no nível da psicologia das massas. Contudo, a repetição dos atos por esses adolescentes coloca em cena uma discussão necessária entre o circuito pulsão, do mais-de-gozar e da repetição. O que é um ato? O que o sujeito diz com seu ato? O que ele guarda que é impossível de dizer? É possível investigar o ato infracional pela relação entre pulsão, mais-de-gozar e repetição?

Essas questões foram colocadas diante da retomada das narrativas desses três adolescentes e orientaram a leitura clínico-política levantada neste capítulo. Sem tomar espaço para a análise dos relatos como casos clínicos, as narrativas podem ser denominadas como vinhetas ou casos paradoxais, pois tal o paradoxo como figura de linguagem, porta a contradição, a oposição, e propõe rupturas com o saber compartilhado.

Os casos paradoxais, assim, foram tomados pela articulação entre a servidão e autoria, segundo binômio que nos guia nesta investigação. Deste modo, uma das possibilidades de produzir hipóteses sobre a inserção dos adolescentes no laço social evidencia a necessidade de atravessar a via econômica, como discurso difícil de fazer laço social enquanto modalidade capitalista, e a passagem pela adolescência no cenário neoliberal que inclui as construções da masculinidade contemporânea associada à virilidade e à violência, em que o ato infracional se apresenta como devir à vida adulta. Esse acesso, pelos objetos libidinalmente investidos, ganha forma variada mas recorrente: as mulheres para Daniel; o poder para Guilherme; e, a passagem para a vida adulta em Wagner.

Daniel buscou no ato infracional possibilidades de reconhecimento social, ao ir às festas em carros e visibilidade com as mulheres, de modo que se apresentar como homem, viril, potente, lança-o na dimensão do homem-adulto, provocando deslocamento ao apelido que lhe foi dado, “menor”. Diante da violência que Guilherme presenciou ao ver a mãe ser assassinada pelo padrasto, não tem como sair incólume do atravessamento dessa experiência, que carrega a dimensão do traumático. Uma pontuação importante, é que Guilherme tinha o mesmo nome de seu pai. Seria Guilherme Júnior, mas ele não conhecia o pai até ser direcionado à casa dele por intervenção do Conselho Tutelar frente ao processo de desinstitucionalização e reinserção familiar. Ao chegar na casa do pai, a experiência de conhecê-lo pela primeira vez, colocou dois familiares de mesmo nome em relação de

estranhamento, impactados pela relação de descendência e ascendência. Guilherme verbalizou sentir certo prazer no medo que antecede o assalto às casas, e no exercício de render as famílias, principalmente, agredir ou matar os homens que ele identificou como os pais das famílias rendidas.

Wagner expressou a intenção de querer sair da creche identificado como o centro socioeducativo, e indicou que a vida começava com a privação de liberdade no sistema penal. Como fiscal das regras do crime, Wagner ditava um mundo que podia ser conhecido e controlado. Ser adulto, para ele, era saber estar no mundo a partir de um saber antecipado e previsível; ele conhecia as regras, repetidas com muita frequência, dando consistência às palavras e à ordem: “*cagueta tem que morrer*”; “*bandido tem muitos espinhos*” (inimigos), “*vida do crime ou é cadeia ou é caixão, tem que acostumar*”; “*eu tenho que fazer valer a lei do crime*”; “*no crime não pode vacilar*”; dentre outras máximas que fazia questão reafirmar. Para Wagner, seria possível organizar o mundo, se ele pudesse ser regulado por regras conhecidas, por isso o centro socioeducativo se configurava como “sua realidade”, ali a rotina lhe parecia estranhamente familiar.

Moreira, Morganti e Silva (2022) identificaram três elementos motivadores para a inserção na criminalidade: as relações familiares; o ambiente comunitário e as errâncias da puberdade. Guerra (2022b) identificou cinco modos de entrada: processos de identificação entre os pares; repetição de experiências infantis traumáticas; satisfação pulsional na sensação de adrenalina; produção discursiva do inimigo no laço social; e, a inexistência de experiências coletivas de transmissão simbólica. Bossa e Guerra (2023) identificaram três elementos: o desamparo, o pacto com o grupo e a repetição da violência.

As histórias de Daniel, Guilherme e Wagner apontam outras dimensões, tais como: a servidão voluntária como um paradigma para a inserção na criminalidade; passagem pela adolescência no cenário neoliberal, considerando a leitura sobre as adolescências segregadas que nascem e ocupam as periferias urbanas; e, um devir para a construção da masculinidade. Essas três dimensões compõem nosso objeto de investigação, e com os quais dedicaremos à análise nesse momento do estudo, de forma que foi possível resgatar alguns marcadores conceituais, tais como: a servidão voluntária, a pulsão, o mais-de-gozar, repetição e masculinidades.

5.2. Servidão voluntária: um paradigma para a inserção na criminalidade?

O conceito de servidão voluntária foi apresentado na obra póstuma de Étienne de La Boétie (1530-1563), *Discurso da servidão voluntária* (1563/2017). Com ele - autor e conceito - podemos atualizar a questão sobre a servidão e a tirania para debater, à luz da psicanálise, os impasses da atualidade, em especial, as questões sociais relacionadas à criminalidade e violência. Étienne de La Boétie foi humanista e filósofo francês e desvelou a submissão do povo ao tirano como uma escolha voluntária, em que a liberdade tão desejosa é também evitada, ou seja, a servidão, que deveria ser compreendida como algo impositivo, seria solicitada pelo oprimido, que renuncia à liberdade individual em troca da segurança personificada pela figura do tirano.

A importância do conceito de servidão voluntária e a compreensão apresentada por La Boétie (1563/2017) produziu significativa transformação no conhecimento do século XVI. Ele permaneceu, porém, como desconhecido fundador da antropologia do homem moderno, cuja contribuição antecipou em três séculos as formulações de Marx, Freud e Nietzsche a respeito da alienação. O texto *Discurso sobre a servidão voluntária* (LA BOÉTIE, 1563/2017) foi resgatado com controvérsias a respeito da data em que foi elaborado, em 1549, e a publicação póstuma em 1563 por Montaigne, tratando-se de uma obra produzida pelo autor recém-saído da adolescência, em torno de dezoito anos de idade. A obra escapou à contextualização histórica, uma vez que seu efeito e discussão atravessam o tempo ao sustentar a complexa questão sobre o porquê uma sociedade serve à tirania de forma voluntária. A passagem da liberdade à servidão foi abordada por La Boétie (1563/2017) como um momento enigmático e inominável, uma vez que se caracteriza como uma servidão que decorre da vontade do homem, ou da comunidade, e não sendo imposta, trata-se de um modo pelo qual o povo se faz dominar, sujeitar-se (RINALDI, 2001).

La Boétie (1563/2017) iniciou o *Discurso sobre a servidão voluntária* retomando a fala de Ulisses, personagem da obra *Odisseia* do filósofo grego Homero (850 a. C.): “Em ter vários mestres não vejo nenhum bem: Que um, e não mais, seja o mestre, e que um só seja o rei” (p. 33). Identificando a expressão das sociedades em ter apenas um senhor, que La Boétie (1563/2017) questionou sobre a inclinação dos povos a se deixarem dominar por tiranos e considerou, a partir da passagem de Homero, que isso seria um infortúnio para o qual não se pode garantir que seja bom, uma vez que este detém o poder e pode usá-lo como quiser. Por outro lado, uma população sob muitos senhores significa tanta infelicidade quanto o tamanho de tal amostra.

A dominação pode ser pelo uso da força, dependência econômica e/ou ideológica, mas o ponto que La Boétie (1563/2017) se dedicou diz respeito à voluntariedade da servidão e a abdicação do direito de liberdade individual. A liberdade, por essa via de compreensão, seria, portanto, um bem desejável e que pode ser corrompido pela servidão. La Boétie (1563/2017) partiu da premissa de que a liberdade é algo natural, e por isso pôde compreender que a natureza não prescreveu ninguém à servidão, pois defendeu a ideia de que o ser humano nasceu em posse de sua liberdade e também do desejo de defendê-la. Como exemplo, indicou que os animais ao serem extraídos de seu *habitat* natural perdem também o desejo de viver, mas o ser humano, ao contrário, seria capaz de entregá-la a um único senhor, o tirano.

La Boétie (1563/2017) identificou que o primeiro motivo para a servidão voluntária é o costume, ou seja, este diz respeito ao hábito e, com isso, a tradição que regula os laços sociais de determinada cultura. Haja vista o momento histórico de seu tempo, século XVI, o filósofo considerou que a razão pela qual os homens se tornam voluntariamente servos é por nascerem servos, serem criados como servos e assim permanecem. E, sob o poder do tirano as pessoas se tornam facilmente covardes. A servidão voluntária é possível de ser abordada pela covardia. Para La Boétie (1563/2017), se os povos que se deixam maltratar parassem de servir, estariam livres, e identificou que um modo para alcançar a liberdade é a rebelião voluntária e pacífica contra a tirania, ou seja, apenas não mais servir.

A servidão voluntária não diz respeito apenas à renúncia da liberdade pela segurança por uma sociedade, mas da obediência fascinada. O tirano representa a adoração comum do corpo social a si mesmo, de modo que os súditos estão unidos apenas pela adoração em comum, cuja ligação entre os membros, em termos de solidariedade ou amizade são impossíveis, formando um grupo comum pela adoração ao líder, mas estranho a si mesmo, como identificação ao Um e dificultoso processo de construção de horizontalidade. A servidão ao tirano constitui o laço pelo medo da liberdade, e o amor à lei aparece como elemento complementar (WENDLING, 2018).

Chauí (2000) ao analisar a obra de La Boétie (1563/2017) lembrou que a questão do filósofo francês foi decorrente da reflexão sobre a cobrança de novo imposto sobre o sal após a derrota popular contra os exércitos e fiscais do rei, de modo que o fez questionar como uma população inteira se submeteu à vontade de um só, que tende a ser o mais covarde e mais temeroso que o povo sob domínio. Assim, não seria pelo medo, mas pelo desejo de tirania, ou seja, pelo desejo dos indivíduos de também serem tiranos. Como segunda resposta à questão, tem-se o desprezo à liberdade, uma vez que se a liberdade fosse realmente desejada não seria trocada pelos bens, ou seja, o desejo de posses tem origem no desprezo à liberdade. Ao trocar

o direito à liberdade pelo desejo de posses aceita-se voluntariamente a servidão. Conforme Chauí (2000), para La Boétie (1563/2017), o povo se submete à tirania por dois motivos: o desejo de tirania e desprezo pela liberdade.

Marcondes (2021) ressaltou que os conceitos antagônicos da submissão são resistência e insurreição. Na massa, os indivíduos seguem o discurso do líder, ou ideal. La Boétie foi pioneiro na discussão sobre a submissão e crítico do absolutismo. Considerar a não dominação da massa ao líder requer considerar a insurgência, investigando os percursos da submissão. A submissão também foi analisada por Freud (1921/2011) na obra *Psicologia das massas e análise do Eu*, que, assim como La Boétie (1563/2017), evidenciou a relação do indivíduo com a massa. Para Freud (1921/2011), a massa se coloca sob a influência de um líder, de forma que as necessidades do grupo conduzem a um caminho até ele, que, por sua vez, ajusta-se às convicções da massa. Isso quer dizer que o líder deve ser fascinado por uma convicção e também despertar a mesma convicção no grupo, ou seja, é capaz de fomentar no grupo aquilo que já era desejoso na singularidade de cada membro.

Psicologia das massas e análise do Eu (FREUD, 1921/2011) apresenta o oposto da questão trabalhada em *Totem e Tabu* (FREUD, 1914/2005). Neste, o parricídio circunscreve o ato da fratria diante do desejo de independência, autonomia e posterior identificação com o pai primevo. No primeiro, discutiu-se o desejo de submissão à figura de autoridade que se equipara ao pai poderoso e implacável, de modo que a abdicação da liberdade e da autonomia se configura pela eleição da servidão voluntária em garantia de proteção (TELLES, 2005). Dado os olhares distintos ao lugar de autoridade, os dois textos freudianos apontam para algo já evidenciado por La Boétie (1563/2017): o desejo de tirania de cada indivíduo que submeteu à ordem.

A relação entre dominador e dominado é histórica. Freud (1932/2006) apontou para a existência de tendências destrutivas no homem que movimentam o sujeito em direção à violência, e emergem apenas em tempos anormais, mantendo-se latente na maior parte do tempo. A violência, segundo Freud (1932/2006), é um modo de solução dos problemas na espécie humana, tal como ocorre em todo o reino animal, ao qual o homem está incluído. As comunidades humanas que dominavam a intelectualidade sobre o uso e manejo de instrumentos tiveram as melhores qualificações frente ao domínio e submissão de outras. Assim, a superioridade intelectual substitui a força bruta, mas mantém o mesmo objetivo final de eliminar o adversário. Matar o inimigo seria a melhor forma de satisfazer a inclinação instintual para a morte, mas mantê-lo vivo seria um modo de satisfazer outra ambição humana, a de subjugar. Ao tornar o inimigo escravo, o dominador precisou refrear a satisfação do

desejo de destruição e ocultar a vontade de se vingar, sacrificando uma parte de sua própria segurança.

Segundo Freud (1932/2006), a dominação nas sociedades primitivas pode se dar de duas formas: pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Com a transposição da dominação pela violência bruta para a violência apoiada na intelectualidade foi possível traçar um caminho entre a violência e a lei ou direito. Nesse caminho, o reconhecimento do uso da força superior a um indivíduo pode ser contraposto à união de vários indivíduos mais fracos. Desse modo, a violência poderia ser derrotada pelo poder daqueles que se uniram e a lei, em contraposição à violência a um indivíduo, poderia ser considerada como a força de uma comunidade. Todavia, a lei também pode ser violenta ao se voltar contra qualquer indivíduo que a ela se oponha, de forma que a lei funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos que a violência, sendo esta exercida pela comunidade.

O surgimento de vínculos emocionais entre os membros do grupo, conforme Freud (1932/2006), promove sentimentos comuns que são a verdadeira fonte de sua coesão. Em uma comunidade ideal seria possível que as leis da associação entre indivíduos igualmente fortes determinem a segurança da vida comunal, de forma que cada indivíduo abdique de sua liberdade pessoal de usar a força para fins violentos, em nome da segurança da comunidade. No entanto, as sociedades humanas são compostas por forças desiguais entre seus membros, o que promove relações entre vencedores e vencidos, senhores e escravos.

Freud (1921/2006) nos apresentou dois exemplos de massas artificiais, a Igreja e o Exército, ou seja, para mantê-las é necessário a aplicação de coerção externa para evitar sua dissolução ou impedir mudanças em sua estrutura. Tanto na Igreja como no Exército existe a crença da presença de um líder maior: Cristo para a primeira; e, o general para a segunda. Em ambas as massas, os membros estão unidos através do vínculo vertical com o líder, e horizontal com seus semelhantes, de modo que a união da massa depende da ilusão de que o chefe deposita igualmente amor sobre os indivíduos.

Da mesma forma, vemos que os adolescentes envolvidos com a criminalidade apontam para uma preocupação do líder com a unidade do grupo, que pode ocupar, ilusoriamente, uma postura paterna. O lema “o certo pelo certo” dita uma ordem, e como grupo deve se portar para proteger seus membros, no qual o líder, encarnado com os “grandes do tráfico” exerce sua imposição, muitas vezes, pela violência sobre aqueles que não cumprem as leis transmitidas e sustentadas pelo grupo, punindo os transgressores com a morte.

A morte, nesse contexto, é imposta como destino para se fazer cumprir a lei do crime e impera sobre aqueles que se submetem à ordem. Vemos que assim como na Igreja e no

Exército, exemplos estudados por Freud (1921/2006) na composição das massas, para o envolvimento com a criminalidade o sujeito investe libidinalmente no líder, um ideal que mantém os membros do grupo unidos. Condição que remete ao esforço de Wagner em fazer “valer a lei do crime”, vigiar a conduta dos demais adolescentes para aterrorizá-los com a ordem “cagueta tem que morrer”, apresentando-se como um algoz da disciplina entre o vigiar e o punir no ordenamento da criminalidade. Wagner ao se submeter à lei do crime, impunha sua tirania, sendo regido por dois sistemas, a lei do crime e a lei social. Wagner vigiava a lei do crime e fazia sentir no corpo os efeitos da lei social, cuja privação de liberdade foi apontada por ele como a vida real, marca da passagem da infância para a vida adulta.

Vemos em *Futuro de uma ilusão*, Freud (1927/2006) considerar que a identificação das classes oprimidas com as classes dominadoras pela via da ligação emocional, e apesar da hostilidade são capazes de reconhecer nesses seus próprios ideias. Nessa mesma obra, Freud (1927/2006) afirmou que “as massas são ignaras e indolentes, não gostam de renunciar aos instintos, argumentos não as persuadem de que tal renúncia é inevitável, e seus indivíduos reforçam uns aos outros na indulgência com o próprio desregramento” (p. 191). A massa não renunciaria à satisfação pulsional, de modo que o discurso do líder e a sustentação de seu poder pela massa é possível à medida que encontram investimentos libidinais em comum.

Essa lógica de ligação libidinal com a figura do líder foi apresentada anteriormente a partir da psicologia das massas (FREUD, 1921/2011), cujos investimentos afetivos na figura de autoridade colocam massas inteiras sob a ordem e vontade do tirano (LA BOÉTIE, 1563/2017). Com isso, podemos compreender que a construção da servidão desses adolescentes à criminalidade se sustenta pela idolatria ao lugar de poder que acreditam ocupar ou possuir.

Contudo, deve-se considerar o tempo histórico em que o termo servidão voluntária foi anunciado. O século XVI foi um período de transformações cruciais para a história do mundo ocidental, incluindo a expansão imperialista da Europa sobre as Américas e a África, movimento de grandes epistemicídios, que conforme Grosfoguel (2016), o extermínio foi colocado como elemento de mediação estrutural sócio-histórica entre o penso (cogito cartesiano) e o conquistado para sustentar a expansão do capitalismo europeu. A lógica contemporânea de poder está incluída na dimensão do capitalismo pelo consumo e segregação. Ao transformar as relações globais em mercadorias negociáveis, o consumo e a segregação compõem os elementos chave para a leitura sobre o laço social contemporâneo. Esses elementos denotam o excesso que não retorna ao sujeito, de forma que há algo que se perde e que jamais retorna como falta. Do ponto de vista econômico, esse excesso que não retorna ao

trabalhador foi apontado por Marx (1988) como mais-valia, este em deslizamento metonímico, foi indicado por Lacan (2008) como mais-de-gozar, em seu seminário 16.

Marx reconheceu a transformação do trabalho em mercadoria, cujo valor não remunerado ao trabalhador por seu trabalho foi denominado como mais-valia. Em releitura da dimensão subjetiva respaldada pelos atravessamentos sociopolíticos, Lacan (2008) ofereceu, a partir de Karl Marx (1818-1883), o termo mais-de-gozar, o qual se articula com o circuito pulsional e sua repetição, além de denominar a função da renúncia ao gozo sob o efeito de um discurso, o qual não se desarticula com o modelo econômico, o capitalismo. Na dimensão da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2007), e segundo a lógica do discurso do mestre (LACAN, 1992), Ramirez (2022) indicou que

o capitalista como S_1 e situado no lugar do agente, obrigava o trabalhador, situado no local de trabalho, a que, mediante seu saber S_2 e por meio de sua força de trabalho, produzisse objetos (a), situados no lugar da produção, e isso tinha como consequência que o sujeito dividido $\$,$ do lado do mestre, se resguardasse no lugar da verdade (RAMIREZ, 2022, p. 18).

Na contemporaneidade, lugar do sujeito, que estava como agente no discurso da histórica, é deslocado do comando devido à mudança de lugares, e o produto passou a ocupar o lugar do agente, o que alterou a relação do sujeito com o laço social, rompido pela assunção do objeto, e não mais do significante mestre (S_1). Assim, o imperativo não é mais do capitalista ao trabalhador (“trabalhe!”), mas do mercado ao sujeito: “consuma!”. Ao foracluir a castração, o mercado aponta para as máximas: “não há limites, apenas faça” e “consuma, sem regras”, de modo que o império é do gozo sem a lei (RAMIREZ, 2022).

Os furtos de carros de luxo de Daniel, os sequestros de Guilherme e o roubos de Wagner parecem apresentar modalidades de realização das potências do acesso ao objeto de consumo: o poder, que nessa dimensão tem posição de poder econômico, já que atribuiu valor aos objetos alcançáveis ou inalcançáveis. Diante disso, com Rosa (2010), é possível considerar que o acesso ao modelo hegemônico e patriarcal de inserção no laço social pela via do consumo e do gozo ilimitado se realiza na adolescência periférica, colocada na dicotomia entre o consumo e a consumação.

Vimos com La Boétie (1563/2017) a servidão voluntária de uma população ao tirano, com Foucault (1999) o exercício do soberano em seu direito de morte e poder sobre a vida, com Freud (1921/2011) o investimento libidinal do sujeito sobre a figura do líder, com Lacan (2008) o efeito da economia capitalista sobre a subjetividade e os modos de acesso ao gozo organizados pelo valor da mercadoria. Nesse percurso, buscamos evidenciar a composição do laço social pela articulação entre os processos de inclusão e exclusão aos objetos investidos de

valor de uso, de gozo e de desejo. Assim, os sujeitos identificados com a tirania, com o poder de fazer morrer e deixar morrer, com o fazer consumir e se deixar consumir, atravessam os modos de subjetivação de uma época, que inclui e exclui determinados modos de viver.

Os atos infracionais dos três adolescentes exprimem modos de inclusão ao laço social pelo poder sobre a vida das vítimas, o acesso às mulheres, ao consumo, ao luxo e à vida adulta. Dessa forma, a contemporaneidade organizada pelo capitalismo neoliberal, baseado no consumo como acesso à via de existência, coloca a adolescência periférica em vias de eliminação através dos mecanismos de segregação e eliminação.

A partir do século XX, a lógica de organização espacial dos centros urbanos latinoamericanos se estruturou pelo padrão centro-periferia, o qual se caracteriza pelo afastamento socioespacial das camadas mais pobres da população dos centros das cidades, para a ocupação em regiões de pouca infraestrutura e desprovidas de equipamentos e serviços. Esse padrão de isolamento dos grupos sociais se configurou, principalmente, entre as décadas de 40 e 80 do século XX, marcando o processo de estruturação das cidades latinoamericanas. A fragmentação do espaço contempla os aglutinados elementos objetivos, subjetivos, materiais e simbólicos, e se relaciona à morfologia urbana associada à construção de referenciais imaginários (CALIXTO, 2021).

A relação centro-periferia estabelece formas divergentes de circulação do espaço urbano entre bairro e favela, asfalto e morro, casa e barraco. Devemos retomar, portanto, o gueto conforme analisado por Bauman (2003). O gueto não se reduz somente a localidade geográfica, mas aos destinos e modos de pertencimento na sociedade, tomada em seu sentido abstrato, como entidade imaginária. A urbanização estruturada pela construção de comunidades seguras, à prova de intrusos, organizada a partir do isolamento, da separação e dos muros protetores vigiados (BAUMAN, 2003), reestrutura o espaço urbano em concentrados residenciais. A vigilância privada se coloca como sinônimo de segurança, a liberdade é substituída pelo monitoramento da circulação dos residentes e intrusos. A vigilância, monitorada por dispositivos eletrônicos e humanos, é colocada como prioridade e principal ferramenta para a sensação de segurança, instaurando novo modelo de panóptico.

A política do medo cotidiano se articula com a política do ódio, de forma que nem todos pagam o mesmo preço pela civilização, pois em nome da segurança determinados grupos populacionais são mantidos afastados dos espaços públicos, restringindo a algumas participações da vida pública, mesmo que como elemento da paisagem urbana, tal como Foucault (1976b/2005) expressou para relatar sobre a pobreza na transformação de servos em pobres. Assim, a composição do gueto combina o confinamento espacial com o fechamento

social, de modo que consegue ser, simultaneamente, territorial, social e simbólico. As lógicas institucionais de segregação e agregação compõem os mecanismos de segregação e exclusão, aplicados pela composição econômica à medida que os pobres são reconhecidos como consumidores incapazes. Os guetos servem como depósitos daqueles que a sociedade não faz uso econômico ou político (BAUMAN, 2003), configurando a pobreza como cenário urbano (FOUCAULT, 2005) e seus ocupantes como excedentes que a sociedade não é capaz de absorver, experimentando formas políticas de eliminação.

Bauman (2003) identificou que a guetificação é paralela à criminalização da pobreza, afirmando que os guetos são prisões sem muros, e as prisões são guetos com muros. Guetos e prisões estão em relação de retroalimentação, uma servindo como crescente fonte para outra. A não criminalização da pobreza se estrutura pela normalização do trabalho assalariado precário no mercado laboral flexível. Encarcerados nos guetos das prisões ou na dinâmica do trabalho precarizado, os excluídos são convocados a desempenhar algo pela sociedade consumidora. A característica do gueto, portanto, diz respeito aos processos de exclusão incorporados na segregação espacial da sociedade, que mantém alguns membros participando da lógica do consumo e disciplinados por essa mesma perspectiva, e outros que não participam de modo incluído nesse mesmo jogo (BAUMAN, 2003), a não ser como elementos que não jogam, mas são jogados.

A segregação espacial por conjuntos habitacionais se iniciou na década de 1970 e acentuou na década de 1990. A partir dos anos 2000 as novas dinâmicas se somam às existentes e oferecem novos processos de segregação espacial pela ampliação dos empreendimentos habitacionais implementados pelos poderes públicos. Estes pretendem a erradicação das favelas, construídos em diferentes pontos de periferia, promovem descontinuidade ao tecido urbano. Os loteamentos fechados destinados às classes economicamente mais favorecidas se apresentam como produtos imobiliários de alto padrão, e se lançam como produtores de novas localizações e práticas espaciais. Essas organizações espaciais urbanas, modificam o conteúdo da periferia, ganhando pluralidade, e aprofundam o processo de segregação (CALIXTO, 2021).

Diante desse cenário, e em articulação sobre a composição dos guetos (BAUMAN, 2003), Dunker (2015) contribuiu com a construção a respeito da ocupação territorial urbana brasileira a partir dos condomínios, loteamentos fechados, que ganharam espaço no mercado imobiliário a partir da década de 1970. A lógica de condomínio, compreendida no estudo de Dunker (2015), embora seja resgata pela topologia dos processos de segregação, não se reduz à análise da ocupação territorial que analisa a distribuição do espaço urbano entre centro-

periferia, mas diz respeito à redução em problemas de gestão dos complexos problemas de saúde pública, mental e geral experimentados no Brasil. Os condomínios, assim, segregam o espaço, deixando de fora os indesejáveis das relações de identificação com a classe de pertencimento, e condensam os três tempos da fantasia dos condomínios, elencados como: o fascínio totalitário, a redução identitária e a servidão voluntária.

Nesse sentido, a identificação se alia à segregação, da qual a adolescência de periferia experimenta a incidência da inclusão pelo consumo que exclui, e se configura como o mal a ser extirpado, uma vez que o fundamento da segregação é o mal constitutivo projetado no exterior, e pode ser personificado na figura do inimigo, do estrangeiro, do anormal, do estranho. A cada época os sujeitos experimentam as exigências de eficiência em decorrência do progresso, aos que deslizam para a não obediência às injunções morais são destinados às nomeações marginalizantes, como a criminalidade e as patologias. Na sociedade contemporânea, fundada na competitividade, na concorrência e na empresa de si mesma, a convocação ao consumo se faz imperativo e determinante de existência. Na impossibilidade de ultrapassar a barreira econômica, pelo trabalho ou pelo consumo, adolescentes de periferia não interceptados diante da tentativa de ultrapassar os limites da segregação (SIQUEIRA; GUERRA, 2022).

Os atos infracionais compõem um campo complexo e multifatorial, devendo ser reconhecidos por diferentes frentes de interlocução, tais como as coordenadas sociais, políticas, econômicas, subjetivas, dentre outras (CALAZANS, MATOZINHO, 2020). A modulação do agir adolescente pode se configurar como sintoma, *acting-out*, passagem ao ato, transversalidades pela reincidência infracional, que convocam a repetição como elemento fundamental para se considerar a inserção, permanência e processo de construção entre a adolescência e a vida adulta (CALAZANS, MATOZINHO, 2020; GUERRA; CUNHA; COSTA; SILVA, 2014).

Para tanto as narrativas de Daniel, Guilherme e Wagner evidenciam elementos que merecem investigação mais detida, a saber, a relação entre servidão e autoria pela inserção na criminalidade tendo como suporte o trinômio formado por pulsão, mais-de-gozar e repetição. Desse modo, a relação entre adolescência e criminalidade pode ser analisada pela leitura clínico-política que convoca a amarração entre os atravessamentos do corpo da adolescência pelo discurso neoliberal. A adolescência contemporânea precisa ser contextualizada na pós-colonialidade, e no projeto de instalação do capitalismo brasileiro calcado no processo de colonização e escravidão como heranças históricas e transgeracionais.

5.3. Servidão e autoria: o ato infracional e o adolecer no cenário neoliberal

Seria possível, pelo do resgate conceitual entre servidão voluntária e segregação, considerar a compreensão do ato infracional em articulação com a pulsão, o mais-de-gozar e a repetição? O que o sujeito diz com seu ato? Antes disso, o que é um ato?

Lacan (1967) no seminário 15, dedicado à investigação do ato psicanalítico, identificou que “um ato é ligado à determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe” (p. 78). O ato está, portanto, na dimensão do dizer, e todo discurso produz atos como efeitos.

Para considerar sobre o ato e a adolescência, Lacadée (2011) resgatou as manifestações que ocorreram em outubro de 2005 na França, que tiveram início nos subúrbios e os principais manifestantes eram adolescentes. A revolta foi uma reação da população jovem e de periferia após a morte de dois adolescentes estrangeiros eletrocutados, quando tentaram desviar de um bloqueio e perseguição policial. A cena foi retomada por Lacadée (2011) para a investigação sobre o cogito do ato de adolescentes, em que a violência, nas manifestações apareceu como uma possibilidade de existir pelo ato. A visibilidade das manifestações, e dos adolescentes, na mídia e jornais produziu efeito importante, pois representou o ponto pelo qual a adolescência se olhava e se dava a ver: “Quanto mais eu queimo, mais eu existo” (p. 7), resgatou Lacadée (2011), como fala de um dos jovens declarantes na mídia sobre os eventos das manifestações.

Diante das posições gramaticais presentes na relação com o olhar, é fundamental para a compreensão entre o ato e o sujeito, tais como: ver, ser visto, dar-se a ver. A essas possibilidades e inversões, podemos acrescentar um ponto de vista para a discussão a respeito da adolescência de periferia, e o processo de adolecer no contexto neoliberal: ser visto sem ser olhado, sob esse ponto olha-se para não enxergar, e visa oferecer um tratamento ao excesso como dimensão da escória, a adolescência não reconhecida como jovens, mas com elementos de descarte, de escoar os excessos. Assim, pode-se, com Strzykalski e Gurski (2020), evidenciar duas formas de adolecer no espaço dividido entre centro e periferia, cujas designações “menores” ou “infratores” dizem respeito a um tipo de adolescência, e “garotos” ou “adolescentes” para outra forma de passar pela adolescência no cenário contemporâneo.

Ao falar pelo ato, em especial, o ato de violência, a adolescência dos subúrbios franceses no ano de 2005, denunciou a posição de silenciamento e banimento da vida pública. Diante disso, podemos indicar essa posição também articulada com a adolescência que a partir do ato infracional diz algo sobre o sujeito. Spivak (2010) denominou de sujeito

subalterno, a posição ocupada pelo sujeito silenciado pelas estruturas históricas e simbólicas. A posição de subalteridade mantém os sujeitos e populações sob o estrato social dominante. No contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, mantido, portanto, sob as repressões do discurso hegemônico. Posição que também podemos articular com Hooks (2019), ao afirmar que não se trata da dimensão entre falar ou não falar, é sobre ser ou não ser ouvido, ter ou não ter o reconhecimento de ser ouvido pelo discurso dominante. Assim, no âmbito contemporâneo em que as relações, políticas e históricas são marcadas, ou reduzidas, ao discurso econômico, temos a adolescência de periferia no contexto neoliberal submetida ao discurso hegemônico ao identificar o corpo adolescente de periferia como elemento a ser escoado.

Mena (2015) retomou o atentado a dois adolescentes no morro de Sumaré no Rio de Janeiro, em 2014. Diante da trágica cena, a melhor opção para resgatar o evento seria manter apenas a voz da pesquisadora que a retomou. Assim, temos em suas palavras:

Os meninos se puseram a chorar mal foram trancados na caçamba do carro de polícia. “A gente nem começou a bater em vocês, e já tão chorando?”, gritou um policial para os adolescentes negros capturados como suspeitos de praticar furtos na região central do Rio. O camburão subia as curvas da floresta da Tijuca, na capital fluminense. Para os garotos, aquele desvio de percurso, da delegacia para a mata, seria um passeio fúnebre, registrado por câmeras instaladas no veículo – determinação de lei estadual de 2009, criada para vigiar os vigilantes. Em uma parada no morro do Sumaré, contudo, a gravação é interrompida. Dez minutos depois, câmeras religadas, as imagens mostram os oficiais sozinhos no carro, descendo as mesmas curvas. “Menos dois”, diz um deles ao parceiro. “Se a gente fizer isso toda semana, dá pra ir diminuindo. A gente bate meta, né?”, completa. Dias depois, o corpo de Matheus Alves dos Santos, de 14 anos, foi encontrado no local graças a informações de M., de 15 anos, que levou dois tiros, mas sobreviveu porque conseguiu se fingir de morto mesmo ao ser chutado por um dos policiais (MENA, 2015, p. 20).

A relevância desse resgate para a discussão em pauta é o apontamento de um dos policiais, ainda não julgado judicialmente por tal ato: “Menos dois. Se a gente fizer isso toda semana, dá pra ir diminuindo”. Os adolescentes eram suspeitos de furtos, foram ameaçados e raptados por profissionais de segurança pública, funcionários do Estado do Rio de Janeiro, e a cena de execução, pela fala registrada, correspondeu ao ato de eliminação da adolescência indesejável. Diante da brutalidade e da frieza do ato dos policiais devemos considerar a dimensão dos adolescentes envolvidos, que experimentaram para além da vulnerabilidade social, a revivência do desamparo frente à cena de sequestro e execução.

Diante da experiência de desamparo, *Hilflosigkeit*, o sujeito busca saídas para esse fenômeno de ausência de socorro, permeada pela condição de estar sem recurso

(CAVALCANTI; POLI, 2015). Frente à experiência do encontro com o real da adolescência (LACAN, 1974/2003) e o atravessamento das experiências de violências, os adolescentes buscaram na autoria modos de afirmação de singularidade, em que a repetição do ato coloca em cena a dimensão do mais-de-gozar e do fazer político-econômico em que a vida tem valor de uso e de eliminação, contorno apresentado por Mbembe (2018) a respeito da necropolítica e por Agamben (2002) sobre a vida passível de ser eliminada sem que haja o reconhecimento de luto.

Ramirez (2022) considerou a necropolítica como o planejamento político de eliminação sistemática de não consumidores, dos miseráveis e párias da terra. Assim, os campos de concentração não são mais necessários para o exercício da biopolítica (FOUCAULT, 1999), pois há outros meios tais como os vírus, as pandemias, a fome, a promoção de guerras para manutenção do mercado bélico, e podemos incluir também as ações violentas nas abordagens policiais e institucionais que compõem as políticas de segurança pública. Desse modo, coloca-se em discussão a articulação entre a submissão à lógica do crime e do mercado como contornos da adolescência contemporânea, em que o consumo e a segregação se articulam como modalidades do laço social.

Então, o que o sujeito diz com seu ato? Essa questão é fundamental para se considerar o ato infracional para além da psicologia das massas, colocando em discussão a autoria e a servidão do sujeito ao desejo. Podemos considerar que os adolescentes buscam na criminalidade um meio de inserção social, construção de laços, substituição das figuras de autoridade e representativas em sua história. Pela inserção na criminalidade formam os laços de confiança e de prestação de serviços, sendo um modo de agir no mundo contemporâneo. Os adolescentes, através dos atos infracionais, mantêm e permanecem na lógica capitalista, sendo regido por suas leis, de forma que estão a serviço dessa mesma modalidade de obtenção de bens, gozo, prazeres, consumo e também submetidos à transformação dos corpos humanos em mercadorias.

O neoliberalismo, sob a luz da psicanálise e das ciências humanas, deve ser discutido como uma forma de vida nos campos do trabalho, linguagem e desejo, uma vez que não deve ser considerado apenas em sua dimensão econômica, mas suas intervenções no campo estatal, político e social. O neoliberalismo se configura como uma engenharia social, em que a economia como método é capaz de inserir condutas aos indivíduos e massas, cuja ideologia de empreendedores de si é internalizada como racionalidade econômica possível. A menor intervenção do Estado sobre a economia se configura como uma verdade parcial, em que o

Estado intervém maciçamente sobre alguns pontos, o principal deles é garantir o setor lucrativo e proteger o capital, não as pessoas (DUNKER; SAFATLE; SILVA JR., 2021).

O fortalecimento da produtividade se configura pela produção de saberes e jogos de verdade, inaugurando traços subjetivos do modelo neoliberal. Um dos mecanismos desse processo se configura com a passagem do social para o psíquico, em que os indivíduos são destituídos do poder de mobilização social e lutas de classe, e passam a ser operadores de performance e otimizadores do capital. A autocompreensão como empresários de si mesmo introduz a lógica de investimentos e retornos de capitais, cujos esforços de inteligência emocional e a otimização das competências afetivas abre espaço para a racionalização empresarial do desejo, em que a lógica administrativa é colocada como modelo para as esferas individuais e oferece os modos de governabilidade subjetiva (DUNKER; SAFATLE; SILVA JR., 2021).

Nesse sentido, compreender o modo como o sistema capitalista produz efeitos na subjetividade compõe a articulação clínico-política possível pela psicanálise, com a qual a leitura sobre o discurso capitalista, elaborado por Lacan (1992) em seu seminário 17, oferece os recursos teóricos pelos quais pode-se atentar à formalização dos laços sociais e aos modos contemporâneos de gozo.

No seminário 17, Lacan (1992) se dedicou à construção dos quatro discursos (discurso da histórica; discurso do mestre; discurso do universitário e discurso do analista). O discurso capitalista não apareceu desenvolvido nesse seminário que data de 1969 e 1970, esse discurso foi apresentado dois anos depois, na Conferência de Milão que ocorreu em 1972. Contudo, podemos observar que no seminário 16, Lacan (2008) apresentou a aproximação possível entre mais-valia e mais de gozar; e, no seminário 17 o termo foi trabalhado como elemento a ser recuperado, anexo ao objeto *a*. Todavia, apenas em 1972 que o mais-de-gozar foi articulado para sustentar a introdução do quinto discurso, o discurso capitalista. O mais-de-gozar, no seminário 17, foi elaborado como uma releitura importante da dimensão do excedente do gozo pelo conceito de mais-valia reconhecido por Marx. Assim, Lacan (1992) nos apresentou:

A relação com o gozo se acentua subitamente por essa função ainda virtual que se chama a função do desejo. É também por esta razão que articulo como *mais-de-gozar* o que aqui aparece, e não o articulo como um forçamento ou uma transgressão (LACAN, 1992, p. 18).

O mais-de-gozar corresponde à dimensão da perda, como algo necessário a ser recuperado, compensado, que faz gozo e gozo a repetir. Em homologia à mais-valia, o mais-

de-gozar se inscreve como valor a registrar ou deduzir da totalidade acumulada. Essa compreensão, colocou Lacan (1992) a considerar que: “O que Marx denuncia na mais-valia é espoliação do gozo. No entanto, essa mais-valia é o memorial do mais-de-gozar, é o seu equivalente do mais-de-gozar” (p.84).

Ao considerar que, na sociedade de consumo, o material humano se torna produto consumível, Lacan (1992) propôs: “[...] o que agora também nos concerne é interrogar do que se trata no ato psicanalítico” (p.33). A relevância desse apontamento orientou essa investigação a colocar em diálogo a dimensão da construção da escuta clínico-política, em relação ao ato infracional, de modo que o ato diz algo sobre o sujeito na relação entre servidão e autoria. A partir dos atravessamentos sociopolíticos apontados pelos adolescentes Daniel, Guilherme e Wagner, investiga-se a enlaçamento da pulsão, do mais-de-gozar e da repetição.

O objeto de gozo do discurso capitalista se apresenta de modo genérico. As verbalizações e atos dos adolescentes Daniel, Guilherme e Wagner recobrem o acesso à potência e à virada entre a submissão e o poder, colocam em discussão a construção da adolescência atravessada como produto, efeito da lógica de consumo e descarte do material excedente. Assim, como recurso de análise, devemos entrelaçar os elementos pulsão, mais-de-gozar e repetição. O mais-de-gozar como elemento que sustenta o discurso capitalista, permite-nos à investigação do enlaçamento entre o sujeito e seu ato, do adolecer no contexto neoliberal.

A contemporaneidade se estrutura pelo neoliberalismo que marca as modalidades de construção do laço social e as subjetividades. Conforme Safatle (2018), o corpo é tomado como economia libidinal que celebra o princípio básico da lógica capitalista, em que o corpo e a vida são tomados de modo mercantil. A consideração do impacto das transformações convocadas pelo capital na formação social levou Safatle (2018) a afirmar que “as modificações do corpo social produzem mutações na corporeidade dos sujeitos, como corpo social e corpo subjetivo nunca foram indiferentes” (p.135).

Cabe ressaltar que corpo social, na perspectiva foucaultiana em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2007), que diz respeito às práticas disciplinares consolidadas a partir do século XVIII, que percorreram as formas desde o suplício até a punição, sendo a prisão o instrumento de exercício para a produção de corpos dóceis, disciplinados e atravessados pelo poder. O corpo, assim, não se furta à dimensão sócio-política-econômica de uma sociedade em determinada época. E, Freud (1905/2006) desde a leitura do corpo erógeno estabeleceu essa relação com a construção do conceito de pulsão.

Ao apresentar o conceito de pulsão, ao longo da teoria psicanalítica, Freud (1905; 1915; 1924; 1940) utilizou o termo economia para designar a organização libidinal do psiquismo, bem como os termos investimento e desinvestimento para evidenciar sua dinâmica. Esses termos são bastante conhecidos pela lógica capitalista, de modo que, podemos considerar que a escolha desses termos se fundamenta na compreensão de que os corpos são tomados pelo discurso capitalista, e as subjetividades atravessadas pelos modos de gozo contemporâneos.

O termo gozo apareceu em alguns momentos na obra freudiana como *Genub* e *Genusses* (COUTO, 2006). Contudo, evidencia-se o uso do termo *Lust*, traduzido como prazer e utilizado para expressar o horror ante o prazer ignorado pelo sujeito, que por esse movimento, compreende a dimensão do gozo. Essa consideração foi elaborada com a análise do caso do Homem dos Ratos, na obra *Notas Sobre um Caso de Neurose Obsessiva* (FREUD, 1909b/2006). Ao resgatar e elaborar o conceito de gozo, Lacan (2008), no seminário 7, articulou o conceito de gozo ao de pulsão de morte, de modo que o gozo corresponde ao excesso que visa a elevação da tensão; movimento contrário ao prazer, que compreende a redução da tensão no psiquismo, dada a descarga parcial da pulsão (LIMA, 2013). Nas palavras de Freud:

Esta concepção de pulsão pode causar algum estranhamento, pois estamos habituados a ver a pulsão como o fator que impele à mudança e ao desenvolvimento, enquanto agora temos de reconhecer nela justamente o contrário: a manifestação da natureza conservadora do ser vivo (Freud, 1920/2006, p. 160).

O termo pulsão apareceu pela primeira vez no texto freudiano em 1895, na obra *Projeto para uma psicologia científica* produzido em 1895, publicada postumamente em 1950. E, o conceito de pulsão de morte produziu a virada teórica no dualismo pulsional elaborado na teoria psicanalítica. Na obra *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920/2006) teorizou sobre a pulsão de morte e ofereceu o alicerce teórico para a compreensão da repetição de experiências dolorosas, conforme condição já evidenciada no caso Homem dos Ratos (FREUD, 1909b/2006). Em *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920/2006), a pulsão de morte está intimamente relacionada a outros três aspectos: a compulsão à repetição, o masoquismo e o sadismo.

O sadismo corresponde a uma parte da pulsão de morte que a libido narcísica afastou do Eu, e se manifestou no objeto. Nos casos em que o sadismo original não foi afastado do Eu, ou fusionado a outros elementos, instaura-se na vida amorosa a ambivalência amor-ódio. O masoquismo, por sua vez, é uma pulsão parcial do sadismo e deve ser entendido como um

redirecionamento do sadismo contra o próprio Eu, o retorno a uma fase anterior da pulsão, ou seja, uma regressão. Por fim, a hipótese que sustenta a existência da pulsão de morte consiste na concepção de que há na vida psíquica, conforme orientada pelo princípio do prazer, o anseio por reduzir, manter constante e suspender a tensão interna provocada por estímulos, da qual a compulsão à repetição mostrou o caminho para a compreensão desta modalidade pulsional, com a qual o prazer, *Lust*, ou rebaixamento da tensão não é seu objetivo (FREUD, 1920/2006). Nesse sentido, a compulsão à repetição é encontrada para além do princípio do prazer, uma vez que o sujeito se depara com a repetição do horror frente ao prazer ignorado, e tomado como excesso.

As subjetividades engendradas na cultura conduziram Lacan (1992) a considerar sobre os discursos como modalidades do laço social. O discurso, como articulação do significante funda o laço social mediado pela palavra, e comporta a relação de poder. A partir da teoria dos discursos, o gozo se presentifica no campo do significante como traço unário, o S_1 , que instaura a irrupção do gozo, e como saber, o S_2 , apresenta-se como meio de gozo. Como perda e produção de gozo, que dizem respeito à repetição, são representadas pelo objeto a , elemento que aparece como relativo ao mais-de-gozar (LIMA, 2013). O discurso, estruturado como linguagem, traduz uma maneira de utilizar a linguagem como construção do laço social e modo de acesso ao gozo (TEIXEIRA; COUTO, 2010).

O discurso capitalista não foi formalizado de início na teoria dos discursos, a qual comportou, primeiramente, quatro: discurso do mestre, discurso da histérica, discurso do analista e discurso da universidade. A organização dos discursos parte do discurso do mestre, considerando um quarto de giro entre os elementos S_1 , S_2 , objeto a e sujeito do inconsciente - sujeito barrado $\$$ (LIMA, 2013), tal como pode ser observado na imagem.

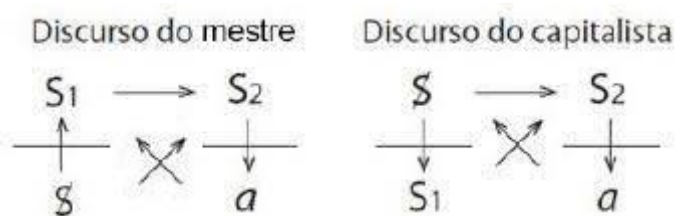


Figura 1. Discurso do mestre e discurso capitalista (LACAN, 1972, p. 40).

A inversão dos elementos considera nova posição com relação à ciência o que pode reconhecer como o mal da novidade, cuja inclusão de tal recurso de leitura sobre o discurso da modernidade, propõe a leitura sobre o capitalismo e seus efeitos. A inversão entre o

significante mestre (S_1) e o sujeito barrado ($\$$) produz novo circuito: semblante, verdade, outro, produção, semblante; o que oferece circulação fechada para o discurso, diferentemente dos demais, proporcionando a ambiguidade do caráter insustentável e transformacional do quinto discurso, em contrapartida ao aspecto estável e sustentável dos quatro discursos anteriores (DUNKER, 2019).

Conforme Dunker (2019), o marxismo proporcionou recursos para a solução das sequelas do capitalismo, ao passo que a psicanálise, busca curar as pessoas e grupos dominados pela paixão pela cura, pela norma e pela adaptação. O discurso capitalista, como elemento da análise psicanalítica para a leitura dos efeitos da contemporaneidade sobre o sujeito, foi apresentado na Conferência de Milão em maio de 1972, e se configurou como o quinto discurso da teoria dos discursos, ampliando o que foi elaborado no seminário 17. E, ofereceu o instrumento para a leitura da civilização pela modificação do discurso do mestre, de forma que o mais-de-gozar, a partir do objeto a , foi substituído pelo valor de mercadoria (LIMA, 2013).

A construção do elemento mais-de-gozar foi elaborado por Lacan (2008) apoiado na obra de Marx, ao considerar que existe algo do trabalho e do gozo que não retorna ao proletariado, a noção de “um a mais” aproximou o conceito de gozo com a noção de mais-valia, transformando-o em mais-de-gozar, que corresponde à condição de que se paga com o gozo aquilo que se produz e, o sujeito não está alienado, mas precisa se desenlaçar (LIMA, 2013).

O mais-de-gozar, elemento apresentado por Lacan (1992) nos seminários 16 e 17, diz respeito ao efeito recolhido do ato de fala articulado à mais-valia marxista. Posteriormente, o constructo mais-de-gozar foi articulado a um discurso fraco, que não faz laço social, que é o discurso capitalista, apresentado na Conferência de Milão. O capitalismo como discurso produz operação que conduz ao consumo de produtos investidos como objetos-tampão da falta estrutural, esta denominada como *latusas*, movimento que estimula o excesso de gozo. O ponto de apoio dessa construção é o reconhecimento de que não existe cura para a divisão subjetiva, de modo que o engodo contemporâneo se sustenta pela impossibilidade de sutura do desejo. A cultura do consumo, e do excesso, é assegurada pela sensação nostálgica de completude, que articulando o sistema capitalista com o discurso científico contempla a rotatividade de produtos potencialmente descartáveis e transforma o material humano consumível tal como os produtos (TEIXEIRA; COUTO, 2010).

Lima (2013) partiu do pressuposto de que o discurso capitalista, associado ao declínio da função paterna, incide sobre a subjetividade e produz especificidades no modo de gozar na

contemporaneidade. Desse modo, o sujeito é convocado à servidão ao imperativo superegoico que lhe impõe o mais-de-gozar insaciável. O discurso capitalista oferece, por meio de seus objetos, um modo de gozo generalista como promessa de cura para o mal-estar. Contudo, a divisão subjetiva impossibilita o preenchimento da falta pelo objeto, o que intensifica o mal-estar. Como saída a partir de algo que particularize, o sujeito engendra, com os recursos dispostos na cultura global, elementos que possam tamponar a divisão subjetiva e, conseqüentemente, a oferta ilusória de solução para o desamparo. De acordo com Lima (2013), o discurso capitalista coloca em articulação o sujeito ao mais-de-gozar insaciável de sua época.

Na Conferência de Milão, que ocorreu em 12 de maio de 1972, Lacan (1972) considerou que os efeitos da linguagem determinam o sujeito, de modo que o suporte fundamental da constituição do sujeito poderia ser oferecido pelos elementos: semblante, verdade, gozo e mais-de-gozar. Este último, o mais-de-gozar está localizado no nível da produção, uma vez que é efeito de linguagem. Desse modo, o discurso capitalista substitui o discurso do mestre, e ao ser loucamente audacioso, tal como indicou Lacan (1972), está destinado a explodir, por isso é insustentável e se consome ao mesmo tempo em que se consoma, radicalizando o sentido do termo consumir, tal como identificado por Dunker (2019) como: destruir, esgotar, acabar, gastar até o fim.

A mais-valia ofereceu ao capitalismo o impulso que o colocou como modelo globalizado, e fez o sistema funcionar, ao qual Lacan (1972) equiparou ao mais-de-gozar. A virada essencial na compreensão, e articulação entre o discurso capitalista e o mais-de-gozar é a introdução do objeto *a*, que como causa de desejo, funciona como a maneira mais específica como cada sujeito em seu desejo, e com o qual oferece o rastreamento da pulsão, de modo que Lacan (1972) exemplificou: “desde que se tomou o hábito de sugar, há os que sugam durante toda vida” (p. 52).

Diante dessa discussão, é possível questionar se os atos infracionais de Daniel, Guilherme e Wagner retomam os modos de acesso ao gozo contemporâneo, em que o objeto alcançado pelo ato infracional se coloca como efeito do discurso capitalista. Desse modo, é possível considerar a problemática do processo de adolescência como modo de singularizar o acesso ao objeto genérico. A configuração, no entanto, entre a adolescência que atua na cena social pelo do ato infracional e as políticas de mercado colocam a vida desses adolescentes em risco de eliminação, tal como as mercadorias excedentes, não utilizadas ou que não produzem lucratividade. A variável em questão, assim, é a adolescência como produto do discurso capitalista e seus efeitos excludentes, em que os adolescentes se mostram dispostos a altos

riscos para fazer existir, para os quais o ato infracional se apresenta como um dentre os meios de acesso, e produção de atos de anunciação de marcas singulares.

O discurso capitalista produz efeitos sobre o processo da adolescência contemporânea. Pereira e Gurski (2014) identificaram que as novas configurações produzem o empobrecimento do espaço público como lugar para a construção de experiências, de forma que o discurso capitalista se apresenta como o responsável pela ilusão de completude ao igualar o sujeito e o objeto. Nesse cenário polifônico, contraditório e instável, são oferecidos aos jovens os meios pelos quais exercitam suas relações, criam-se códigos de comunicação e atitudes. Todavia, ao se diferenciarem e se igualarem aos pares, acabam por encontrar as imagens ilusórias que possibilitam os comportamentos de risco e acirramentos das divergências sociais.

O discurso capitalista promove, nessa relação, a ilusão de completude pela oferta de objetos de consumo curtos, rápidos e descartáveis. Mesmo que gerem tédio, tristeza ou falta de sentido, esses objetos são ofertados na mesma velocidade em que são consumidos. Desse modo, a adolescência contemporânea está enlaçada entre o imperativo macrofísico do capital e microfísico de sua rede de relações, os quais fixam o sujeito à tirania do consumo, a partir da segregação, maneira em que a sociedade capitalista trata as diferenças.

Lacadée (2011) considerou que reconhecer a posição de exceção permite vislumbrar a existência de várias exceções, ponto fundamental da passagem pela adolescência. A contemporaneidade, com a exigência de igualdade oferece, de acordo com Lacan (1967), duas alternativas: o apelo ao jurídico de distribuição igualitária do gozo; e, a exclusão e segregação.

Considerando a lógica de inclusão e exclusão, a adolescência que passa pelos centros socioeducativos configuraria a peste contemporânea? Ao transladar para os Estados Unidos em 1909, onde participou de uma conferência na Clark University, em Worcester/Massachusetts, na companhia de Jung, Freud (1909) anunciou “eles não sabem que lhes estamos lhe trazendo a peste!”. Em 1955 esse fato foi revelado por Carl Gustav Jung a Jacques Lacan em uma conferência em Viena (LEITE, 2020). A fala requer apontamento para o tema em análise, uma vez que foi retomada por Lacan (1972) ao considerar a interposição do discurso do analista nos Estados Unidos, de modo que a psicanálise reformulou aspectos da ciência a dimensões que seriam até então impensáveis, e apontou como perspectiva a criação de um discurso que possa ser chamado de “o mal da juventude”.

Seus efeitos, portanto, consideram a construção de uma novidade que, tal como Dunker (2019) afirmou, constitui o traço distintivo que é a emergência do desejo de novo até o ponto de esgotamento. A precipitação desse imperativo, justifica a derivação para o

capitalismo de consumo, em que a ideia de mal da juventude também pode ser abordada como dobradura da modernidade. A peste e o discurso sobre o mal da juventude, a partir do mal-estar da adolescência acometida pelo ato infracional, convoca a análise clínico-política a investigar sobre o mal-estar da adolescência, e o que a escuta pode desvelar sobre a adolescência contemporânea.

Nesse sentido, o enlaçamento entre o ato e o dizer adolescente deve ser analisado como tempo de passagem pela adolescência, enquanto despertar pulsional e do encontro com a não-relação sexual, e o ato infracional como um dizer sem palavras, em que a violência toma a cena dado à fragilidade de amarração do simbólico. Analisar a adolescência e sua autoria, inclui investigar a construção da masculinidade, em que a criminalidade se mostra como um recurso de acesso à virilidade através da violência. Assim, no tópico seguinte, o limiar entre o menino e o homem é intermediada pelo adolescente e seu ato. Wagner nos anunciou “*eu sou bandido, isso aqui não é cadeia, é creche*”, evidenciando que o centro socioeducativo equivaleria à creche, e o sistema penitenciário corresponderia à vida adulta e, portanto, a vida de verdade. Entre a infância e a fase adulta há um despertar para a “*vida de verdade*”, transitada pela adolescência, que desvela o recobrimento da infância como ilusória, ou tempo perdido, e a realidade marcada pela vida adulta.

Antes de discutir sobre a masculinidade no próximo tópico, é importante ainda a análise de um ponto levantado pela fala de Wagner - “*aqui não é cadeia, é creche*” - que corresponde ao processo de escolarização: há uma descontinuidade entre a escola e o crime, a interrupção dos estudos e a inserção na criminalidade a partir dos atos infracionais, geralmente pela via do tráfico de drogas. Gurski (2019) considerou sobre a transição entre a escola e o sistema socioeducativo que muitos adolescentes experimentam. O Relatório Motivos da Evasão Escolar (NERI, 2009), publicado pelo Observatório de Educação e Ensino Médio, constatou que a pobreza e a evasão escolar são fenômenos que estão intimamente relacionados ao abandono dos estudos, de modo que a geração de renda imediata e a baixa percepção de retornos financeiros futuros em relação ao avanço escolar contribuem para o abandono do processo de escolarização. Os adolescentes Daniel, Guilherme e Wagner estavam evadidos da escola antes da entrada no centro socioeducativo e encontraram no tráfico e roubo formas de sobrevivência econômica.

Em pesquisa realizada pelo questionário PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2006, constatou-se que a evasão escolar de adolescentes entre 10 e 14 anos correspondia a 2,7%, mas na faixa etária de 15 a 17 anos, equivalente ao Ensino Médio se não houver atraso escolar,

o índice aumentou para 17,8%. A motivação para não frequentar a escola para o público de 15 a 17 foi identificada em quatro grupos: (1) dificuldade de acesso à escola para 10,9% dos adolescentes; (2) necessidade de trabalho e geração de renda para 21,7%; (3) falta intrínseca de interesse para 40,3%; e, (4) outros motivos correspondem a 21,7%.

Em pesquisa equivalente realizada pelo IBGE em 2019 evidenciou que os três principais motivos para que adolescentes entre 15 a 17 não frequentassem a escola, foram: (1) não ter interesse em estudar (38,2%); (2) ocupação com o trabalho ou procura de emprego (14,6%); (3) adolescentes grávidas (11,4%). Em comparação em relação ao sexo, identificou-se que 49,1% dos adolescentes entre 15 e 17 anos evadidos da escola eram do sexo masculino, e 50,9% do sexo feminino. Em relação à raça, há predominância de adolescentes pardos fora da escola (64,4%), seguido de brancos (24,1%), pretos (10,4%), indígenas (0,6%) e amarelos (0,3%).

Os dados sugerem que a maior parte dos adolescentes entre 15 e 17 anos estão evadidos da escola por necessidade de geração de renda e falta de interesse. Diante desses aspectos podemos considerar que a pobreza e a grande desigualdade social forçam os adolescentes à busca por sobrevivência material e social, de modo que a baixa escolaridade os exclui das oportunidades empregatícias formais, encontrando na informalidade ou marginalidade modos de sobrevivência. Além disso, podemos considerar que a falta de interesse corresponde à ausência de percepção de retornos profissionais e financeiros com a formação de carreira, e indica para uma compreensão interessante proposta por Gurski (2019), na qual os adolescentes que experimentam os processos da crise social expressam na segregação e marginalização não são sonhados pela sociedade.

A trajetória que compreende a evasão escolar e a entrada no sistema socioeducativo como via de mão única é, geralmente, centrada na responsabilização individual do adolescente. Gurski (2019) retomou uma fala importante em sua pesquisa: “Dona, eu não abandonei a escola, foi ela que me abandonou” (p. 64) - essa como resposta à questão sobre o motivo do abandono da escola. Em sua trajetória, esse adolescente ressaltou o sistema excludente da educação, sua necessidade de aprimoramento e qualificação diante da realidade social e econômica do país. A expressão coincide com os 40,3% dos adolescentes evadidos da escola que identificaram a falta de interesse como um fator predominante para o abandono dos estudos, possivelmente, por também experimentarem o processo de escolarização como uma perspectiva de vida ausente para a adolescência não sonhada pela sociedade, e destinada a outros caminhos, tais como a criminalidade, na qual ressoa uma profecia comum: “no crime ou é cadeia ou é caixão”.

A expressão de Wagner, portanto, orientou-se a evidenciar o campo clínico e político em que a adolescência possibilita o despertar para a vida adulta pela produção subjetiva de nova marca no mundo. Wagner ao se anunciar “*eu sou bandido*” capturou os discursos sociais e a produção imaginada para a adolescência de periferia, e evidenciou a sustentação de litorais articulados em continuidade distópica entre o centro e a periferia, entre a adolescência não sonhada e a adolescência que pode sonhar.

5.4. O tempo e preço de adolecer nas periferias

A adolescência foi apresentada por Freud (1905/2006) como efeito *a posteriori* (*Nachträglichkeit*) da sexualidade infantil, seu retorno como desenlace (PEREIRA; GURSKI, 2014). Observar a adolescência contemporânea requer desfazer das concepções anteriormente estabelecidas sobre a adolescência, identificando a incidência dos significantes mestres aos quais os adolescentes estão presos. Os significantes mestres possuem valor de gozo que os adolescentes não podem se separar, e funcionam como objeto mais-de-gozar.

Atraídos pelos objetos mais-de-gozar, os adolescentes aprendem às próprias custas que a relação sexual não existe, levando-os a gozar cada vez mais dos objetos oferecidos pelo mundo de modo incessante. O mais-de-gozar como compensação da perda, transcreve o gozo insubstituível, e pelos quais os objetos do mundo são apresentado como forma de compensação dessa perda (LACADÉE, 2011). Esses objetos de consumo podem ser jogos de computador, celulares, redes sociais, ou, os objetos que os adolescentes Daniel, Guilherme e Wagner conseguiram identificar: os carros de luxo, as drogas, festas, as mulheres, a virilidade, o ideal de masculinidade e o poder. Cada objeto desses, conforme Lacadée (2011), substitui uma série infinita que revive a ausência da satisfação buscada. Os objetos mais-de-gozar apresentam dupla face, ou seja, introduzem o mais um, ao mesmo tempo que colocam em lembrança constante a falta de gozo.

Guerra (2022b) considerou que no atravessamento da puberdade, os adolescentes envolvidos com a criminalidade estabelecem colagem com o saber do Outro do tráfico, o qual oferece uma resposta às dificuldades experimentadas, e representa o reencontro traumático com o corpo. Os jovens em situação de vulnerabilidade social experimentam, segundo estudos anteriores, os processos apelidados de *adulescência* ou *adolescentização do adulto*, os quais denotam a antecipação da transposição entre adolescência e a vida adulta. Nesse sentido, parece haver um curto-circuito entre a infância e a vida adulta, cujo tempo de puberdade fica suprimido, e os adolescentes são convocados a oferecerem respostas rápidas e instáveis às

cenar e situações cotidianas. Nessas, o narcotráfico se apresenta como uma forma de sujeição do gozo no corpo adolescente e alienante ao Outro do crime.

Desse modo, podemos considerar que a necessidade de geração de renda e a falta de interesse nos estudos são os dois principais motivos de evasão escolar entre adolescentes de 15 a 17 anos, cujos dados se articulam com a antecipação da vida adulta, e precipitação da passagem pela adolescência. Assim, o tempo de perlaboração do despertar da adolescência, como excesso pulsional que toma o corpo e o psiquismo do sujeito, suspende o momento de compreender, oferecendo enunciações antecipadas ao alvorecer da puberdade de adolescentes de periferia.

As condições de vulnerabilidades e exclusão sociais colocam esses adolescentes diante da (re)experiência de desamparo, revelando a precariedade material e simbólica para o enfrentamento de situações que envolvam as dimensões do traumático e do destrutivo, em que os escassos recursos psíquicos para a elaboração das experiências traumáticas conduzem a processos dessubjetivantes. Diante das precariedades para a garantia mínima de sobrevivência, a adolescência nos contextos de vulnerabilidades sociais passa por antecipações e se lança em estratégias de sobrevivência pelas ruas, em expedientes de exploração de trabalho infantil, mendicância, exploração sexual, envolvimento com o tráfico, dentre outras que substituem a ausência do Estado na assistência à redução das vulnerabilidades (WARPECHOWSKI; CONTI, 2018). Nesses espaços, o Estado se presentifica por sua ausência na efetividade de alcance das políticas públicas de reparação da pobreza, ao mesmo tempo em que ocupa esses territórios através das políticas de segurança pública organizadas pela violência e conflitos armados.

A inscrição no laço social é um elemento importante na passagem adolescente, conforme Freud (1930/2006), corresponde a um modo de tratamento ao mal-estar que introduz o sujeito na cultura. Em Lacan (1992), vimos que os quatro discursos funcionam como operadores da relação social e colocam o sujeito como prisioneiro da linguagem. Por isso, é possível considerar que os quatro discursos correspondem a quatro laços discursivos, ou seja, possibilidades de enlaçamento social sustentadas por quatro modos de posições subjetivas (WARPECHOWSKI; CONTI, 2018).

As adolescências de Daniel, Guilherme e Wagner não se destoam dessa realidade, em que os processos de inclusão e exclusão incidem de modo a configurar o destino do mal-estar no ato infracional. Adolescentes negros, periféricos, de baixa escolaridade, com passagem infracional, apresentam aspectos excludentes dos perfis solicitados pelos processos de inserção no mercado de trabalho, de modo que o roubo e o tráfico tornam meios de

sobrevivência; são sobreviventes das cenas de violências e abandonos familiares e sociais. A forma de inserção no laço social, pelo ideal de consumo, articula-se com o processo de abreviamento da adolescência e passagem para a vida adulta em ritmo acelerado, suprimindo o tempo de elaboração. O ideal de homem articulado com a virilidade e violência se apresenta como modelo exaltado, ao mesmo tempo que configura estratégia defensiva à destruição, uma vez que ao ocupar o lugar de violador, distancia-se do lugar de vítima da violência.

As adolescências apresentadas neste capítulo pelas vinhetas foram escritas, desde cedo, por diferentes modos de violências, vulnerabilidades, analfabetismo, desnutrição, feminicídio, abandono parental, violências intrafamiliares, dentre outros. Assim, a diferenciação de Wagner entre o menino e o homem, e a colagem de sentido entre a creche e o centro socioeducativo e prisão como a vida de verdade, denotam a brevidade ou inexistência do tempo de compreender a adolescência, pois, tem-se apenas o menino e o homem, o adolescente está oculto nesse processo de transposição, sem o tempo de perlaboração da puberdade. Dito de outra forma, Wagner identifica o menino e o homem, o adolescente não existe.

Adolescer como tempo de passagem do menino ao homem inclui a construção da idealização da figura masculina, a qual se apresenta de modo enrijecido sustentado pela antecipação da vida adulta. Diante da suspensão do tempo de perlaborar, o ato toma a cena e oblitera a palavra e, diante do frágil laço simbólico, a violência se apresenta como modo de responder à intromissão da experiência traumática da puberdade.

De acordo com Gurski, Strzykalski e Perrone (2020), a adolescência, sob o ponto de vista estrutural, é o momento de atravessamento em que o sujeito é convocado a nova posição em relação ao Outro, tendo o ato como mediação, que o coloca na experiência da angústia. Tal condição é precipitada na cultura contemporânea a considerar a redução do tempo de espera e incidência do tempo de precipitação. Diante disso, o mal-estar da juventude pode tomar diferentes formas de manifestação. Assim, seria possível considerar que o mal-estar da adolescência é expresso como ato de violência que se anuncia como via à masculinidade? O ato infracional circunscreveria a transição entre o menino e o homem, a creche e a vida de verdade?

Pessoas do sexo masculino compõem a maioria da população privada de liberdade no Brasil. O relatório *Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros* (CNJ, 2020) apresentou que o sexo compõe um dos primeiros aspectos a se identificar para a construção do perfil de adolescentes com trânsito em julgado no ano de 2015. De acordo com informações desse documento, é possível identificar

que o número de adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medidas socioeducativas é superior ao número de adolescentes do sexo feminino. Conforme os dados do total de 5544 indivíduos, 95% são do sexo masculino e 5% do sexo feminino. Estudos anteriores (IPEA, 2012) também indicaram a mesma predominância de adolescentes do sexo masculino como a maioria em cometimento de atos infracionais.

Os dados também evidenciam atos de maior incidência violenta como as principais aplicações das medidas de privação de liberdade, tais como roubo seguido de morte (87,1%), homicídio (82,2%), e roubo (39,23%). Em relação à idade, 28,66% dos adolescentes estão na faixa etária entre 16 e 17 anos e 23,94% com 15 anos, e cerca de 20% dos adolescentes entre 12 e 14 anos. Nesse cenário, é possível identificar que no perfil de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em relação ao sexo, tipo de ato infracional cometido e faixa etária, há predominância de adolescentes do sexo masculino, atos violentos e idades entre 15 e 17 anos.

A partir desses dados, percebe-se a maior prevalência de adolescentes do sexo masculino envolvidos com atos infracionais, e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, podemos questionar: por que há maior incidência de adolescentes do sexo masculino como autores de atos infracionais? É possível considerar a construção das masculinidades como marcador para a análise dessa realidade? Tendo como desdobramento das narrativas de Daniel (14 anos), Guilherme (17 anos) e Wagner (15 anos), é importante considerar a passagem pela adolescência de periferia e sua relação com a construção das masculinidades cultura ocidental e colonial.

Esses fenômenos geopolíticos têm atravessamentos nas falas dos adolescentes? Nas narrativas, foi possível identificar que Daniel fez uso do ato infracional para ter acesso aos carros, às festas e às mulheres; Guilherme para sentir poder de decisão de vida e de morte; e, Wagner para se sentir adulto. O envolvimento com os primeiros atos infracionais teve relação com a sobrevivência econômica - Daniel porque queria ser provedor do lar e sustentar a mãe; Guilherme porque precisava sobreviver sozinho sem a auxílio de familiares; e, Wagner para próprio sustento. Diante disso, temos dois importantes elementos de investigação: o processo da adolescência como passagem para a vida adulta e a construção da masculinidade; ambos, devendo ser considerados sob a dimensão geopolítica e da psicanálise implicada com os fenômenos sociais.

O relato dos três adolescentes, Daniel (14 anos), Guilherme (17 anos) e Wagner (15 anos), apresenta elementos com os quais é possível reconhecer como a realização do ato infracional se configurou como via para o encontro do devir entre a adolescência e a vida

adulta. O processo de “ser homem” é marcado pela violência como aliada à construção da masculinidade e da virilidade, de modo que, na narrativa dos adolescentes, pode-se identificar que a criminalidade ofereceu maneiras de experimentar a virilidade por meio do uso da arma de fogo, do risco, do poder e do medo.

A construção da masculinidade e seu ideal esteve, historicamente, relacionada à violência e ao poder, sendo pouco interrogada e investigada, inclusive no campo da psicanálise (BISPO; PEIXOTO; SACARAMUSSA, 2021). As principais vítimas de mortes violentas são homens jovens (74,4%, IPEA, 2021), e também os principais autores dos casos de violência sexual e doméstica, pois segundo dados do IBGE (2021) 81,5% das mulheres vítimas de agressão física tiveram o cônjuge ou ex-cônjuge como autor da violência, e a residência como o principal local da realização do ato violento. Os dados convocam a consideração de Nascimento, Gomes e Rabello (2009) que afirmam que a masculinidade contemporânea é sustentada pela heterossexualidade, o patriarcado e a permissão para atuar pela violência. Conforme os mesmos autores, a masculinidade deve ser compreendida pelo conjunto de condutas, valores, funções e papéis sociais esperados para o gênero masculino, que em determinada cultura são atravessados pelos fenômenos de raça e classe social.

A história do Brasil, assim como toda a América Latina, deve considerar a narrativa da colonização, cuja herança mais funesta foi a violência. Distintos modos de sujeição subjetiva se configurou pela colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero. A violência masculina é uma maneira de relação de poder, mas também de formas subjetivas e fantasmáticas da construção da imagem do homem e da masculinidade, que parecem ser ameaçadas pela subjugação do feminino. A violência se apresenta, assim, como uma marca da identidade da masculinidade, cujo repertório de condutas se desenvolvem pelas tragédias, como a violência contra as mulheres, as crianças, os suicídios e os homicídios (BISPO; PEIXOTO; SACARAMUSSA, 2021).

Na cultura masculina é comum que os homens não falem sobre sentimentos ou apresentem fragilidade, pois essas condutas são atribuídas ao feminino, cujas consequências podem conduzir a atitudes possessivas ou de controle das pessoas de sua convivência, como abuso psicológico, humilhação ou chantagem emocional. Esse cenário constrói a maneira pela qual os homens, e toda a sociedade, são afetados pelos discursos machistas e pela virilidade. Assim, o trinômio homem-virilidade-violência constitui o sintoma geral da sociedade contemporânea (BISPO; PEIXOTO; SACARAMUSSA, 2021).

Frantz Fanon (2008) e Lélia Gonzalez (1984) são importantes referências para se discutir sobre a colonialidade e o gênero (BISPO; PEIXOTO; SACARAMUSSA, 2021). Em

Fanon (2008) a masculinidade foi discutida tendo em vista os discursos que a colonização cunhou a respeito do lugar do homem negro na sociedade, vinculado à brutalidade e à animalidade, de modo que o não reconhecimento do corpo do homem negro como um corpo humano o coloca diante da negação de sua negritude, fenômeno subjetivo constituído pelo ideal branco, ou seja, para se inscrever como homem na sociedade contemporânea haveria o esforço de se afirmar como “não-negro”.

Gonzalez (1984) apresentou, para a psicanálise, o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, a qual é destinada a três possibilidades, desde a herança colonial: a mulata, a trabalhadora doméstica e a mãe-preta. Essas três noções são determinantes históricos que delegam à mulher negra as maneiras de existir, ou ocupar, a sociedade brasileira, posta em local de servidão, em geral, ao homem branco, sustentadas pelas três modalidades de poder apresentada por Santos (2016): poder patriarcal, poder colonial e poder capitalista. Esses três poderes compõem as maneiras de dominação moderna, de modo que a masculinidade não está apartada desse fenômeno, uma vez que é circunscrita por ele.

Segundo Nascimento, Gomes e Rabello (2009), o gênero se organiza conforme a ordem social em que a dominação masculina se configura como um *habitus* masculino (BORDIEU, 2002), ou seja, como uma forma de conhecimento adquirido e determinado pela posição social do indivíduo em determinada cultura. A dominação do masculino sobre o feminino ocorre pela ideologia de supremacia em que a violência é uma ferramenta de poder.

Assim, para considerar sobre a masculinidade é necessário reconhecer os elementos que a circunscrevem, tais como a demonstração da violência, podendo incluir o uso das armas de fogo, de modo que a ameaça à virilidade é combatida pelo uso da agressividade. No Brasil, o incentivo do armamento representa o símbolo de poder e afeta principalmente os homens, que a depender da etnia e classe social apresenta representatividades distintas. Homens brancos portando armas são personificados pelo ideal de brancura, e podem desfrutar desse privilégio, já homens negros com uma arma são equiparados a traficantes, criminosos ou assassinos (BISPO; PEIXOTO; SACARAMUSSA, 2021).

Para “ser homem” - esforço realizado por Daniel (14 anos), Guilherme (17 anos) e Wagner (15 anos) - é necessário se apresentar pelo medo, colocar-se em risco, portar os traços da virilidade, da brutalidade e da violência. Para que se sintam homens, tentaram, através de suas histórias singulares, sustentar a família, ser temido, adquirir bens de luxo. Para que pudesse se sentir homem, Guilherme utilizou do medo, seja por transformar o medo, vivenciado frente à cena de feminicídio da qual sua mãe foi vítima, em terror e ameaça a suas vítimas rendidas dentro de suas casas, de modo a denegar o medo em si para vivenciá-lo nas

vítimas, tomando o curto-circuito das polaridades pulsionais do sadismo-masoquismo. Daniel, para ser homem, teria que conquistar muitas mulheres, cuidar financeiramente de sua mãe, e para firmar sua identidade masculina utilizou como recurso o poder e a virilidade que, ilusoriamente, ofereceu-lhe elementos substitutivos de poder como o uso de armas de fogo e o furto de carros de luxo para ir às festas regadas de muitas bebidas e drogas. Wagner, para ser homem, recorreu ao crime como caminho entre a creche e o mundo de verdade.

Os adolescentes, com suas narrativas de tornar-se homem, convocaram a escuta analítica a considerar sobre a construção da masculinidade e as formas de poder, reconhecendo a importância de se discutir a masculinidade com as formas de violência a ela relacionadas. Segundo Bispo, Peixoto e Sacaramussa (2021) oferecer escuta aos homens, identificando os atravessamentos da masculinidade contemporânea, constitui uma ferramenta para a desconstrução dos padrões rígidos das masculinidades e de gênero associadas à virilidade e à violência. Assim, é possível que as violências utilizadas para a resolução de conflitos e afirmação do gênero masculino sejam direcionadas para a invenção de estratégias emocionais que não se apoiem em atos agressivos, da mesma forma que contribuir para que os semblantes como “parecer homem” ou “ser homem” possam vacilar diante do caráter de fixidez.

5.5. Epílogo: momento de concluir

Retomar as cenas que perpassaram a construção deste capítulo constituiu o exercício de revisitar conceitos, nomeações, descrições e atravessamentos que o estudo percorreu e os enigmas que pretendeu desvelar ao ser produzido analisando o tempo da adolescência imiscuída pelo discurso neoliberal, cuja temporalidade se constrói pela imediatividade. De início, a escrita desse capítulo se debruçou sobre muitas adolescências, a começar por Étienne de La Boétie (1549/2017) que formalizou o conceito de servidão voluntária aos dezoito anos, idade que em tempos atuais se configura como a saída da adolescência, mas para seu tempo (séc. XVI) a fase adulta, já que a adolescência, assim como a infância, aos moldes do que se compreende atualmente foi construída a partir do século XIX. A adolescência antecipada, pelo processo de *adullescência*, reduz o tempo de espera entre a infância e a vida adulta, dilapidando a adolescência em antecipação da vida adulta. A abreviação da adolescência, em especial, a adolescência de periferia é suprimida pela antecipação do tempo de conclusão, em que os jovens são convocados a oferecerem respostas imediatas de sobrevivência econômica e inserção no laço social, na qual a criminalidade se apresenta como uma das vias possíveis.

A suspensão do tempo de compreender, coloca em aproximação o instante de ver e o momento de concluir, de forma que os adolescentes são lançados sem amparo psíquico e social na adolescência diante do capital. Desse modo, o desamparo original é reintroduzido como experiência traumática frente ao desamparo generalizado. Na contemporaneidade, as adolescências de periferia pagam o preço da manutenção do capital, cujas vidas que não consomem são consumidas pelo discurso econômico.

As narrativas de Daniel, Guilherme e Wagner foram consideradas pela leitura clínico-política, articulando os atravessamentos que a lógica neoliberal imprime nas subjetividades contemporâneas, e apresenta os discursos pelos quais diferentes adolescências são construídas. O reconhecimento da vida em seu estatuto político e econômico pode ser analisado através do valor da mercadoria, cujo atributo de consumo se apresenta como elemento marcador para a apropriação ou descarte do objeto. Assim, a servidão à lei tirânica da criminalidade e do mercado pode ser analisada sob o prisma do valor de existir no mundo, e da assunção da autoria evidenciada pelo ato do sujeito que se confunde com a servidão.

As narrativas também apontaram para a importante discussão a respeito da passagem pela adolescência na contemporaneidade. A passagem, nesse contexto, repercute como evento temporário e como acesso a objetos de gozo, os quais não se imiscuem de se configurarem como elementos traumáticos, cuja repetição marca a tentativa do inconsciente de perlaboração.

A brevidade do tempo de adolecer na periferia convoca os adolescentes a respostas imediatas de sobrevivência antecipando aspectos da vida social e econômica que, usualmente, corresponderiam à vida adulta. Com isso, vimos que as universalidades dos espaços segregados distinguem as adolescências não sonhadas pela sociedade e as adolescências “futuro da nação”. Para as primeiras restam o destino sobressaltado nas estatísticas de genocídio da juventude negra e periférica, de forma que as adolescências de periferia experimentam os efeitos nefastos frente à economia de eliminação dos corpos e das vidas como valor excedente na lógica do capital.

Para que algumas vidas tenham maior valor é necessário que outras sejam desvalorizadas. Nesse sistema de hierarquização, testemunhamos a disparidade que sustenta a redução das vidas e seus valores de uso, consumo, descarte e exumação. Assim, temos a vida atravessa pelas dimensões políticas e econômicas, cuja subjetividade se organiza sentindo seus efeitos.

Adolecer na periferia marca o local de origem e destino dos adolescentes, em que podemos identificar a construção da masculinidade através dos acessos que a inserção na criminalidade pode oferecer, os quais puderam ser identificados como gozo ao consumo, a

geração de renda, o acesso às mulheres, à virilidade, à violência e ao poder. Com isso, foi possível analisar o enlaçamento das adolescências de periferia pela servidão e serviço da lógica do capital, cuja segregação política, territorial e econômica oferece os caminhos aos modos de acessos aos objetos valorados, e os meios pelos quais as adolescências fundam amarração às tiranias contemporâneas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUIR E PERLABORAR

A psicanálise como originária da clínica se estruturou pela solicitação das pacientes em tomarem a fala sobre seus sintomas psicossomáticos, solicitando que Freud se colocasse em silêncio para escutar e possibilitar que a palavra tomasse o lugar de enunciação subjetiva. As modalidades de sofrimento psíquico, assim, traduzem a etiologia do afeto que se não encontram os modos de sobredeterminação e/ou mecanismos de deslizamento da cadeia significante, destinam-se aos transbordamentos no corpo e nas formas sintomáticas. Desse modo, escrever a partir da clínica equivale reatualizar a dimensão da escuta, da investigação, da técnica, e alocar a experiência, dando a ela significações que partem da vivência clínica para a transmissão em psicanálise.

A elaboração desta pesquisa foi possível pela (re)construção da clínica psicanalítica nos contextos de privação de liberdade, sendo o resultado de reflexões, discussões e construções de uma prática psicanalítica clínico-política, frente aos impasses e ressonâncias da escuta a adolescentes envolvidos com atos infracionais. O título “Privação de liberdade e liberdade para falar: ressonâncias da clínica psicanalítica no centro socioeducativo” buscou traduzir a experiência dicotômica entre privação e liberdade, paradoxo que se manteve presente como linha investigativa ao longo de todo o trabalho, e pôde ser desdobrado em dois eixos de análise: vida-morte e servidão-autoria.

A pesquisa iniciou-se com indagações e incômodos frente à entrada como psicóloga no centro socioeducativo. A escuta regulou a técnica, a metodologia de atendimento aos adolescentes privados de liberdade e orientou as estratégias de atenção, e a experiência institucional mostrou outras cenas, em que o despertar para as discussões entre a psicanálise, os fenômenos sociais e políticos, e a decolonização, fizeram-se tão necessários quanto fundamentais para caminhar pelo enlaçamento entre teoria, clínica e pesquisa.

A construção desta tese não foi linear, e tal como o tempo subjetivo, foi marcada por pausas, rupturas, intensidades de escritas acadêmicas, perdas e lutos experimentados durante o processo. Observar o fenômeno, implicar-se com as violências e violações, compreender o campo e propor (in)conclusões delinearam a transformação de questões em novos modos de implicação do saber-fazer da clínica psicanalítica em espaços sociais, políticos e coletivos.

Transformar a escuta clínica em tese doutoral foi possível pelas ressonâncias da clínica psicanalítica, considerando a tensão entre a privação de liberdade posta pela medida socioeducativa e a liberdade para falar, tendo a disposição para a escuta como técnica fundamental sobre a qual a clínica psicanalítica toma seu alicerce, a associação livre. Assim,

método e técnica articularam o interesse de pesquisa, a qual se pautou na análise da adolescência e da criminalidade como objeto de investigação. Como recurso investigativo a questão norteadora “por que o crime?” foi mantida a todo momento sem verbo, uma vez que esse elemento gramatical convoca o sujeito a imprimir seu estado ou ação. Nesse horizonte, foi possível a retradução dos elementos que marcaram a clínica psicanalítica no centro socioeducativo como ressonâncias e seus desdobramentos clínico-político.

Ao não se furtar do enlaçamento clínica, pesquisa e teoria, o desenvolvimento da tese se fundamentou nos elementos metodológicos disponibilizados pela própria psicanálise. Assim, a temporalidade do inconsciente compôs o fundamento e o procedimento metodológico da investigação, no qual os atos psíquicos enunciados pelos verbos lembrar, repetir e perlaborar foram colocados em relação lógica com os instantes de ver, compreender e concluir. Os tempos de lembrar, repetir e perlaborar se atravessam e não seguem as marcações cronológicas que regulam a vida social.

A dimensão psíquica oferece novas torções para a dimensão temporal, de modo que os atos de analisar, investigar e transmitir a psicanálise foram articulados com a logicidade que percorre desde o instante de ver, passando pelo tempo de compreender e se reatualizando no momento de concluir, o qual não deve ser desarticulado ao instante de ver, uma vez que o concluir permite o ver, e compreender o que foi visto. Concluir é a etapa que inaugurou novos e outros caminhos, uma vez que o fechamento particularizaria os transbordamentos sintomáticos. Para o momento, tem-se, portanto, o tempo de conclusão de um longo caminho de pesquisar e visitar a clínica com adolescentes privados de liberdade, ressaltando seus temas e modos de invenções no tempo singular, que marca o percurso entre a adolescência e a inserção e/ou permanência na criminalidade.

As vinhetas compuseram as narrativas que lançaram luz ao fenômeno investigado a cada capítulo. Esses recortes paradigmáticos foram extraídos de cenas clínicas e institucionais experimentadas como psicóloga em um centro socioeducativo de privação de liberdade em uma cidade no interior de Minas Gerais. O desenvolvimento da investigação teve como suporte dois eixos teórico-conceituais, os quais foram destacados como a dimensão política da vida e da morte e a relação paradoxal entre servidão e autoria.

Os casos e cenas selecionados incluíram as discussões sobre a inserção e/ou permanência na criminalidade como modo de laço social, mesmo que pela via da exclusão e da eminência constante em que a vida pode ser colocada em risco para afirmar certa modalidade de existência. Dentre os relatos dos adolescentes, evidenciou-se mecanismos de de violências, anulação da vida, afirmação de poder, virilidade, masculinidade, submissão aos

modos de poder neoliberal e da criminalidade. E, as cenas institucionais foram enlencadas a fim de considerar as violências instituídas e os discursos de anulação endereçados a esses adolescentes.

O primeiro estudo da tese compôs o capítulo A guerra e o inimigo, no qual foram construídas reflexões sobre os mecanismos da guerra, da construção do inimigo, extraindo disso a relação entre vida e morte como elementos políticos sob gestão do biopoder e do necropoder. O contexto neoliberal amarra os adolescentes ao paradigma da servidão e poder, que direciona os adolescentes à inserção e/ou permanência na criminalidade.

Os elementos analisadores da relação adolescência e criminalidade foram a guerra e a construção do inimigo como sintomas de nossa época, que sinalizam os recursos de investigação sobre a realidade social e seus atravessamentos subjetivos. Ao considerar a vida e os corpos como objetos políticos marcados pelas lógicas de inclusão e exclusão, o cenário neoliberal coloca as vidas sob o domínio da hierarquização e utilização, que, tal como mercadorias, estão passíveis de substituição, eliminação e consumo.

As vinhetas do primeiro estudo apresentaram as narrativas de Eduardo, Pedro e Raul, que com suas expressões “*estou no crime, porque não tenho nada a perder*”, “*o crime precisa de gente como eu, abandonado*” e “*quero sair pra terminar o que não fiz*”, foi possível analisar as dimensões do abandono, da violência, do racismo, as violações, violências, agressividade, a identificação com o termo “bandido”, os efeitos da vida nua, os processos de marginalização e exclusão. A discussão proposta buscou a investigação sobre a vida e a morte, considerando as noções de guerra e inimigo. Para isso, foi possível percorrer ao lado dos conceitos de guerra (FREUD, 1932/2006), biopolítica (FOUCAULT, 1976a, 1946b, 1999) e necropolítica (MBEMBE, 2018), ao mesmo tempo em que se considerou as dimensões da vida pelos conceitos de vida nua (AGAMBEM, 2022) e a construção do inimigo como imagem que porta o produto, o excedente e o resto produzido pelas sociedades neoliberais. Discutiu-se, portanto, a construção da imagem do inimigo, para quem a guerra opera de modo silencioso como política das instituições na versão da capilaridade do poder, intuindo com Foucault (1976b/1999) de que a política é a guerra continuada por outros meios.

O segundo estudo, Impasses entre o trabalho de socialização e a cultura da punição, foi estruturado por narrativas de denúncias de violações de direitos e exercício da instrumentalização da punição nos espaços de privação de liberdade. O suplício ganhou outras formas e meios, sendo contornado pelos muros dos espaços de privação de liberdade - socioeducativos e prisões. Túlio traduziu o socioeducativo em *socioespancativo*, transmitindo como neologismo sua experiência. Ismael queria ir para um lugar melhor, onde pudesse jogar

futebol, mas encontrou xingamentos e pontapés. Os chutes e gritos contornaram outras formas de diversões, mais cruéis. E, Otávio contou sobre os rituais de passagem que diferenciava o tratamento entre adolescentes privados provisoriamente e os que recebiam a medida socioeducativa de privação de liberdade.

Lúcio e Paulo formaram a dupla de agentes socioeducativos que estavam na narrativa dos adolescentes. E, a mãe Fabiana que tentou recorrer às instituições para proteger seu filho, Júlio, e acabou encontrando novas formas de violências, tais como a demora na ação reparativa das violências sofridas por Júlio e as tentativas de silenciamento com o jargão “é a sua palavra contra a deles”. Qual o peso da palavra de Fabiana? Qual é o peso da palavra deles? Quem são eles que têm a palavra contra a de Fabiana? Dois pesos, duas medidas, e seus efeitos foram analisados pela construção de linhas abissais que estruturam as invisibilidades.

As cenas resgatadas ilustraram as dinâmicas cotidianas vivenciadas por adolescentes, familiares e profissionais, cuja tensão do laço indica a insistência da cultura de punição presente nos sistemas socioeducativo e penitencial brasileiro, apesar do avanço legislativo e da resistência interna à mesma. Vemos, no cotidiano das instituições de privação de liberdade, a desarticulação entre práticas de tratamento dos corpos e a metodologia de acompanhamento das medidas socioeducativas, de forma que a cultura da punição se sobrepõe à legislação, aos direitos e à metodologia do trabalho institucional.

Os corpos nesses espaços são, em sua maioria, jovens, negros, residentes de periferia, com baixa escolaridade, e poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. O trabalho de escuta e intervenção nos centros socioeducativos e prisionais, no Brasil, desvela o mal-estar colonial, que implica em rasgar o véu do racismo e das violências históricas que estruturaram o processo de construção do Brasil, deixando à mostra, mas não à deriva, sua obscenidade.

Por fim, o terceiro estudo da tese, Servidão e Autoria: o ato infracional e o preço da adolescência de periferia, foi constituído sustentado pelo eixo servidão-autoria com o qual se extraiu o paradigma de inserção na criminalidade como elemento de articulação entre a biopolítica, a necropolítica, a vida nua e o neoliberalismo, cujos efeitos nefastos destinam os corpos à expropriação da vida, e as combinações gramaticais do verbo consumir.

A hipótese se baseou na identificação de que autoria e ato se confundem com a servidão à lógica neoliberal, em que o corpo e a vida dos jovens residentes das periferias estão a serviço do consumo e, como tal, reduzidos à utilidade que oferecem à circulação do capital e, passíveis de eliminação, são objetos matáveis.

Qual o preço de se adolescer na periferia? Essa foi a questão que ofereceu horizonte de investigação do terceiro estudo, e encontrou três vias de resposta: (1) servidão à lógica neoliberal tendo o acesso ao consumo como um modo de existir no mundo; (2) a passagem pela adolescência contemporânea permeada pelo neoliberalismo e territorializada na periferia, cuja investigação se fundamentou no trinômio formado por pulsão, repetição e mais-de-gozar; e, (3) a passagem pela adolescência de periferia, em que o processo subjetivo é marcado pelo local de origem, destino, e direcionamento para o percurso de tornar-se homem a partir do ideal de masculinidade. Com isso, foi possível considerar o enlaçamento dos adolescentes à servidão e a serviço da lógica neoliberal, em que as vidas são segregadas através dos acessos ao objeto/consumo, a amarração das adolescências à tirania do crime e do mercado, e a assunção da masculinidade contemporânea.

Daniel, Guilherme e Wagner elencaram as narrativas desdobradas na antecipação da vida adulta pela necessidade de sobrevivência econômica, a evasão escolar, os processos de segregação territorial e destinos das políticas públicas nos territórios esquecidos, o salto entre a infância e a vida adulta pelo ideal de “ser homem”, atrelado, em nossa cultura, à virilidade e violência.

O estudo fez uso de La Boétie (1563/2017) com o conceito de servidão voluntária de uma população ao tirano; com Foucault (1999) o exercício do soberano em seu direito de morte e poder sobre a vida; com Freud (1921/2011) o investimento libidinal do sujeito sobre a figura do líder; com Lacan (2008) o efeito da economia capitalista sobre a subjetividade e os modos de acesso ao gozo organizados pelo valor da mercadoria. Nesse percurso, foi possível evidenciar a composição do laço social pelos processos de inclusão e exclusão aos objetos investidos de valor de uso, de gozo e de desejo. Assim, os sujeitos identificados com a tirania, com o poder de fazer morrer e deixar morrer, com o fazer consumir e se deixar consumir, são atravessados pelos modos de subjetivação de uma época, que inclui e exclui determinados modos de viver.

Quais destinos damos ao imperativo “consuma!”? A variável em questão é a adolescência como produto do discurso capitalista e seus efeitos excludentes, em que os adolescentes se apresentam dispostos a altos riscos para fazer existir, de modo que o ato infracional se apresenta como um dentre os meios, atos e anunciações das marcas singulares.

A construção desta tese se fundamentou nas ressonâncias das possibilidades, potências e impasses da clínica psicanalítica a adolescentes privados de liberdade, mas não de fala, assegurando o fazer clínico em qualquer espaço onde há sujeitos que solicitem pela escuta. A etimologia da palavra clínica (*kliné*, em grego) significa a disposição para a escuta do

sofrimento daquele indivíduo que padece. Nesse sentido, a disposição da clínica psicanalítica, como produção de escuta a qualquer tempo e espaço, debruça-se à escuta do sofrimento humano, onde quer que ele aconteça. De modo que podemos considerar que a construção da clínica psicanalítica nos centros socioeducativos parte do reconhecimento do exercício da psicanálise nos espaços públicos e institucionais, possibilitando uma prática que se pautem no fenômeno inconsciente e que contemple a dimensão sócio-política.

A contemporaneidade e suas questões convocam a psicanálise a dialogar com aspectos da sociedade e seus modos de estruturação. Melman (1992) considerou que a subjetividade está inteiramente interligada à coletividade, ou seja, não há subjetividade que possa se organizar desarticulada do laço social. Desde Freud (1921/2011) vemos a impossibilidade de discriminar o individual e o coletivo, reconhecendo a existência de importante relação entre a psicologia individual e a psicologia social.

Assim, a psicanálise que excede o *setting* analítico é indicada pela expressão “extra-clínica” ou “extramuros”, sendo importante considerar que os muros são barreiras de resistência e que tomam a forma e função de impermeabilidade, de segregação ou transferência infinita que resiste ou persiste a uma dissolução (POLI, 2008). Com Rosa (2004) entendemos que a psicanálise aplicada a outros contextos permite desvendar a relação entre o sujeito e os fenômenos sócio-culturais e políticos, sendo capaz de abordar os impasses da subjetivação na atualidade, além de demonstrar a indissociabilidade entre pesquisa e intervenção. E, de acordo com Chrisóstomo, Moreira, Guerra e Kyrillos Neto (2018), reconhecemos sobre a importância de considerar que a prática investigativa em psicanálise se expande para além do atendimento no *setting* analítico, mantendo o método clínico e crítico para a leitura dos fenômenos sociais.

O campo das práticas psicanalíticas extra-clínica coloca o/a psicanalista em contato com situações clínicas que não são exclusivas, mas se destacam, isso quer dizer que nessas situações há sujeitos sob o efeito disruptivo da exposição à manifestação violenta da face obscena do Outro e impactados pela angústia em sua dimensão traumática (ROSA, 2018). Desse modo, a potencialidade de cada pesquisa sobre os fenômenos sociais depende da responsabilidade ética e rigor do/a psicanalista pesquisador/a. Contudo, a pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais se engendram por duas vias, uma em que o sujeito participa da pesquisa, uma vez que a escuta parte da produção discursiva do sujeito e o manejo da mesma por parte do psicanalista pesquisador; e, outra que coloca em evidência a leitura do social em que o saber produzido tem poder transformador (CÁRDENAS; GUERRA, 2018).

Esta pesquisa, portanto, pretendeu oferecer elementos marcadores da pesquisa-intervenção com adolescentes envolvidos com a criminalidade, e em situações de vulnerabilidades sociais, identificando olhares nos registros clínicos, as dimensões entre o sujeito e o laço social, marcado pela economia neoliberal e a produção de formas políticas que envolvem o exercício do biopoder, da necropolítica, da precarização e eliminação das vidas periféricas. E, ao concluir, evidencia-se a necessidade de ampliação de diálogos que convoquem os saberes e as políticas públicas à implicação frente aos discursos hegemônicos aniquilantes.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I, 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.
- ALMEIDA, Silvio de. Racismo Estrutural: feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2018.
- ARRUDA, J. S. de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil. *O Social em Questão*, 24 (49), 2021. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51140/51140.PDF>> Acesso em 20 ago. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BIRMAN, Joel. Psicanálise, ciência e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BISPO, Fábio; PEIXOTO, Herlam; SCARAMUSSA, Melissa. Violência masculina: uma leitura clínica da constituição histórica e subjetiva da masculinidade. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; LIMA, Rodrigo Góes. *A psicanálise em eclipse decolonial*, pp. 155-169. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- BOSSA, Débora Ferreira. A clínica psicanalítica no centro socioeducativo: considerações sobre a transferência. In: ALMEIDA, Pedro Teixeira de; FERREIRA, Pedro Donizete; BELO, Fábio. (orgs.) *Estudos psicanalíticos: método, epistemologia e cultura*, pp. 166-184. São Paulo: Zagodoní, 2021.
- BOSSA, Débora Ferreira; GUERRA, Andréa Maris Campos Guerra. Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade? *Psicologia USP*, 34, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200188>> Acesso em 15 mar. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática: precedido de tres estudos de etnologia Cabília. Portugal: Celta, 2002.
- BRAGA, Ana Paula Musatti; ROSA, Miriam Debieux. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. *Revista da ABPN*, 2017, v. 10/24, pp. 89-107, 2018. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/575>>. Acesso em 22 abr. 2022.
- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 5/09/2021.
- BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* (Sinase) . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 11/10/2021.
- BRUM, Eliane. Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- BUTLER, Judith. A vida precária e a ética da convivência. In: *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane. Reincidência infracional: do fracasso do sintoma à repetição do ato. *Analytica Revista de Psicanálise*, 9 (16), 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/2930/2389>> Acesso em 23 jan. 2023.
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Da lógica-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. *Mercator*, 20, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/c6Fy9q5DXgzzg5Xgrz6b6RM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 mar. 2023.
- CÁRDENAS, Omar David Moreno; GUERRA, Andréa Máris Campos. Pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais na universidade: potencialidade política na subversão dos discursos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6 (11), 2018, pp. 227-250. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/182>> Acesso em: 06 out. 2021.

- CAÑAS, P. E. A.; GALLO, H.; ZULUAGA, B. I. J.; BERRÍO, H. L.; USMA, D. L.; PÉREZ, G. M.; BEDOYA, J. A. M.; JIMÉNEZ, D. R.; ORTIZ, M. E. R.; GUTIÉRREZ, A. M. R. (2015). La construcción del enemigo en conflicto armado colombiano 1998-2010. Antioquia, Colômbia. Editora: Silaba.
- CARDOSO, Marta Rezende. A servidão ao “outro” nos estados limites. *Psychê*, 9 (16), pp. 65-75, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/307/30716905.pdf>> Acesso em 18 jan. 2023.
- CAVALCANTI, Cristina Aparecida Tannure; POLI, Maria Cristina. O laço social e o mal-estar face ao desamparo. *Interthesis*, 12 (2), 55-73, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5298651>> Acesso em: 14 nov. 2022.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise na cena do crime. *Tempo Psicanalítico*, 2013, v. 45/2. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v45n2/v45n2a10.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2022.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
- CHRISÓSTOMO, M. C; MOREIRA, J DE O.; GUERRA, A. M. C.; KYRILLOS NETO, F. (2018). A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais: algumas considerações. *Psicologia em Revista*, 24 (2), pp. 645-660. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p655-671>> Acesso em 20 fev. 2022.
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça (2020) Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros. Brasília/Brasil. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>> Acesso em 20 nov. 2020.
- COUTO, Luis Flávio Silva. Uma classificação dos sentidos do termo gozo em Freud. *Estudos de Psicologia*, 11 (2), 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200007>> Acesso em 24 fev. 2023.
- COUTO, Luis Flávio Silva. Quatro modalidades de pesquisa. In. MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; KYRILLOS NETO, Fuad. (org.) Pesquisa em Psicanálise : transmissão na Universidade,p. 59-80. Barbacena MG : EdUEMG, 2010.
- DANTO, Elizabeth Ann. As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2011.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. O discurso do capitalista: Espectros de Marx em Milão. *Teoría y Crítica de la Psicología* 13 (2019), 108-130, 2019. Disponível em: <<http://www.teocripsi.com/ojs/>> Acesso em 03 mar. 2023.
- DURÃES, F.; MORI, L. K. (2018). A construção do caso clínico: o real como vetor da experiência. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3 (6), pp. 205-222. Recuperado em 10 de outubro, 2019, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16021>.
- DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIA, Luciano. A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso? *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 12 (3), 1999.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

- FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. *Revista Psicologia Clínica*, 18 (2), 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200005>> Acesso em 27 mar. 2022.
- FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In. *História da sexualidade I: a vontade de saber*, pp. 125-149. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (Originalmente publicado em 1976a).
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Originalmente publicado em 1976b)
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. (Originalmente publicado em 1987)
- FREUD, Sigmund; BREUER, Joseph. (1893/2006) Estudos sobre a histeria [1893-1895]. In. J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. II. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In. S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1, pp. 213-306. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1950)
- FREUD, Sigmund. Psicopatologia da vida cotidiana. In. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol.VII. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1901)
- FREUD, Sigmund. Romances familiares. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. IX, pp. 127-130. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1909a)
- FREUD, Sigmundo. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. X, pp. 91-143. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1909b)
- FREUD, Sigmund. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica*, pp. 93-106. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Originalmente publicado em 1912).
- FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV, pp. 44-64. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1914)
- FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. Rio de Janeiro: Imago, 2005 (Originalmente publicado em 1914).
- FREUD, Sigmund. Lembrar, repetir e perlaborar. In. *Obras Incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica*, pp. 151-164. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Originalmente publicado em 1914).
- FREUD, Sigmund. Pulsões e Destinos da Pulsão, pp. 133-173. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013. (Originalmente publicado em 1915)
- FREUD, Sigmund. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV, pp. 186-202. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1916)
- FREUD, Sigmund. *Obras Incompletas de Sigmund Freud: O infamiliar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Originalmente publicado em 1919).
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII, pp. 3-42. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1920).

- FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. In. Psicologia das Massas e Outros Textos (1920-1923), vol. XV, pp. 9-100. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Originalmente publicado em 1921)
- FREUD, Sigmund. Dois verbetes de enciclopédia. In. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII, pp. 152-168. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1922)
- FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo. In. Obras Incompletas de Sigmund Freud: neurose, psicose, perversão, pp. 287-304. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Originalmente publicado em 1924)
- FREUD, Sigmund. Futuro de uma ilusão. In. S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI, pp. 3-37. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1927)
- FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. In. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI, pp. 107-121. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1928)
- FREUD, Sigmund. Mal-estar da civilização. In. Sigmund Freud Obras Completas, vol. XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Originalmente publicado em 1930)
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? In. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXII, pp. 130-143. São Paulo: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1932)
- FREUD, Sigmund. Meu contato com Josef Oppen-Lynkeus. In. S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXII, pp. 143-148. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1932b)
- FREUD, Sigmund. Construções em análise. In. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII, pp. 165-174. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Originalmente publicado em 1937)
- FREUD, Sigmund. A análise finita e infinita. In. Obras incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica, pp. 229-262. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Originalmente publicado em 1937b)
- FUCKS, Betty. Guerra, morte e pacifismo na psicanálise. *Acheronta*, 18, 2003. Disponível em: <<https://www.acheronta.org/acheronta18/fuks.htm>> Acesso em 24 de jan. de 2022.
- GALLO, Hector. Del método y la investigación psicoanalítica. In. M. E. RAMIREZ; H. GALLO. *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*, pp. 77-103. Buenos Aires: Grama, 2012.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 01 abril, 2020.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GROSGOUEL, Ramón. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31 (1), 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n19/n19a02.pdf>> Acesso em 10 fev. 2022.
- GUERRA, Andréa Máris Campos; CUNHA, Cristiane de Freitas; COSTA, Maria Helena; SILVA, Thaís Limp. Risco e Sinthome: a psicanálise no centro socioeducativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30 (2), 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000200006>> Acesso em 23 jan. 2023.
- GUERRA, Andréa Máris Campos; MOREIRA, Isa Gontijo; ARANHA, Mariana; BROIDE, Emília Estivalet. Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; PENNA, Paula Dias Moreira; SOARES, Sanderson

- Nascimento (orgs.). *Direito e psicanálise II: O adolescente em foco*, 1ª ed. Curitiba: CRV, 2015, pp. 30-49.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. Periferias e subjetividades políticas na perspectiva psicanalítica. *Novos Estudos, Dossiê Subjetividades Periféricas*, 39 (1), 2020a.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. O papel da Psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20 (2), 2020b.
- GUERRA, A. M. C.; ROCHA, L. A. A. O próximo e o ódio: questões da psicanálise na atualidade. *Psicologia Revista*, 30 (1), 146–167, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i1p146-167>> Acesso em 05 jan. 2021.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. Branquitude e Psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. *Revista Espaço Acadêmico*, 230 (21), 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60052/751375152618>> Acesso em 18 ago. 2022.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. Por que a clínica como paradigma da pesquisa psicanalítica?. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 25 (1), 2022a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142022001001>> Acesso em 09 ago. 2022.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. *Adolescência em tempos de guerra: modos de pensar, modos de operar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2022.
- GURSKI, Roselene; STRZYKALSKI, Stéphanie. A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”: enlaces metodológicos. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21, 2018, pp. 406-415.
- GURSKI, Roselene. A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 51.2, p. 166-194, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v51n2/v51n2a09.pdf>> Acesso em 14 abr. 2023.
- GURSKI, Roselene. Educa-me ou te mato! *Estilos da Clínica*, 24 (1), pp. 62-70, 2019b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/157492/154687>> Acesso em 23 mar. 2023.
- GURSKI, Roselene; STRZYKALSKI, Stéphanie; PERRONE, Cláudia Maria. O despertar da adolescência, o suicídio juvenil e as atuais políticas de morte: questões para o campo da educação. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 52.2, p. 357-383, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v52n2/v52n2a17.pdf>> Acesso em 23 mar. 2023.
- HENRIQUEZ, Eugène. O outro, semelhante ou inimigo? *Artepensamento. Crise, Mutações, Política, Psicologia*, 2004. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/o-outro-semelhante-ou-inimigo/>>. Acesso em 04 abr. 2022.
- HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e o feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, v. 41, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em: 16/10/2021.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Justiça Infante-juvenil: situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de Pesquisa*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf> Acesso em 20 fev. 2023.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 5/11/2021.
- JESUS, Carolina Maria de. (1959/2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, 10a ed. São Paulo: Ática.

- LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso sobre a servidão voluntária. São Paulo: Edipro, 2017. (Originalmente publicado em 1563).
- LACADÉE, Philippe. O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2011.
- LACAN, Jacques. Conferência na Universidade de Milão. La Salamandra edição, Data: 12 Maio 1972. trad. Sandra Regina Felgueiras.
- LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma. In. *Escritos*, pp. 197-213. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Originalmente publicado em 1945).
- LACAN, Jacques. A agressividade em psicanálise. In. *Escritos*, p. 104-126. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Originalmente publicado em 1948)
- LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In. *Escritos*, p. 127-151. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Originalmente publicado em 1950)
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In. *Escritos*, p. 238-324. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Originalmente publicado em 1953)
- LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*, pp. 127-151. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. (Originalmente publicado em 1957)
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In. *Escritos*, pp. 96-103. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (Originalmente publicado em 1966).
- LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In. *Escritos*, pp. 807-842. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jaques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: *Outros Escritos*, pp. 248-264. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, Jaques. O seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 9: a identificação, 1961-1962. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2003.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 15: o ato psicanalítico, 1967-1968. [inédito]
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 16: de um ao outro, 1968-1969. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 17: o avesso da Psicanálise, 1969-1970. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. Prefácio a O despertar da primavera. In. *Outros Escritos*, p. 557-559. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (originalmente publicado em 1974)
- LAURENT, Éric. A interpretação: da escuta ao escrito. *Revista La Cause Du Désir*, nº 108, 2021/2.
- LEITE, Sonia. A peste: breve reflexões sobre psicanálise, arte e cultura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23 (2), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p161.1>> Acesso em 03 mar. 2023.
- LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, Nádia Laguárdia de. As incidências do Discurso Capitalista sobre os Modos de Gozo Contemporâneos. *Revista Mal-Estas e Subjetividade*, 13 (3-4), pp. 461-498, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5275/527568872001.pdf>> Acesso em 24 fev. 2023.
- LIMA, Marina Rocha. Escuta clínica em instituição que executa a medida socioeducativa de privação de liberdade. *Pathos: Revista brasileira de práticas públicas e psicopatologia*, v. 9/2, pp. 53-64, 2019. Disponível em: <http://www.revistapathos.com.br/volumes/volume-09/escuta_clinica.pdf> Acesso em 19 fev. 2021.

- LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: Para não esquecer. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. (Originalmente publicado em 1962).
- MARCONDES, Danilo. Servidão, Resistência, Insurgência: Algumas reflexões a partir da leitura do texto de Freud Psicologia de grupo (Massenpsychologie) e análise do ego de 1921. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 43 n. 45, p. 33-39, 2021. Disponível em: <https://www.cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/335/210> Acesso em 18 jan. 2023.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. v. 1-5. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MBEMBE, Achille. Crítica de la razón negra: ensayo sobre el racismo contemporáneo. NED: Barcelona, 2016.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018.
- MELMAN, C. Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.
- MELO, Guilherme Carlos de; SANTOS, Laine Domingues dos ; AZAMBUJA, Natielly Rosa de; CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves. Maioridade penal: uma relação entre a psicologia e o direito. Anais do Seminário Internacional de Criminologia, 2021.
- MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In. KUCINSKI, Bernardo. Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação, pp. 20-28. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MILLER, Jacques-Alain. O escrito na fala. Opção Lacaniana Online, 3 (8), 2013. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_8/o_escrito_na_fala.pdf> Acesso em 15 ago. 2022.
- MINERBO, Marion. Neurose e não-neurose. São Paulo: Casa do psicólogo, 2009.
- NASCIMENTO, Elaine Ferreira; GOMES, Romeu; RABELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. A violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (4), 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/VSXwFZS7xXy5mqcC8ChpYWs/?lang=pt#:~:text=Se%20o%20ser%20homem%20%C3%A9,um%20caminho%20a%20ser%20trilhado>> Acesso em 16 jan. 2023.
- NASCIMENTO, Flávia Alt do. Atendimento Socioeducativo Destinado às Adolescentes em Privação de Liberdade no Estado do Rio de Janeiro: Elas Existem? Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 67, 2018. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1245317/Flavia_Alt_do_Nascimento.pdf> Acesso em 20 ago. 2022.
- NERI, Marcelo Cortes. OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO E ENSINO MÉDIO. Relatório Motivos da Evasão Escolar. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/12fcc791-cdd4-4daa-8ded-1cb995f0a85c>> Acesso em 24 mar. 2023.
- OLIVEIRA, Thaíssa Fernanda Kratochwill; MIRANDA, Lilian. Um estudo sobre os sentidos da medida socioeducativa de internação na vida de adolescentes institucionalizados. *Psicologia e Sociedade*, 31, 2019.
- ONU, Global Study on Homicide (Relatório Global sobre Homicídios) 2013. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.
- PEREIRA, Marcelo Ricardo; GURSKI, Rose. A adolescência generalizada como efeito do discurso do capitalista e da adultez erodida. *Revista Psicologia e Sociedade*, 26 (2), 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200014>> Acesso em 27 fev. 2023.

- POLI, M.C.; BECKER, A. L. Adolescência: uma abordagem na psicanálise lacaniana. In: Mônica Kother Macedo. (Org.). *Psicanálise e adolescência*, pp. 133-146. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*, p. 73-118. Portugal: Almedina, 2009.
- QUINET, Antônio. *As 4+1 condições da análise*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RAMIREZ, Mário Elkin. El psicoanálisis aplicado a lo social. In M. E. Ramirez. *Órdenes de hierro: ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social*, pp. 11-19. Medellín: La Carreta, 2007.
- RAMIREZ, Mário Elkin. *Psicanálise e Psicopolítica*. FELIPPE, Wanderley Chieppe (trad). *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, 6 (12), 2022. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/29703/20341>> Acesso em 15 mar. 2023.
- REIS, Maria Elizabeth Barreto Tavares dos; SANCHES, Maria Gabriela Montresol; MOSTAGI, Danielle Cerci. Estudos de casos em psicanálise na literatura *on line*: uma revisão narrativa. *Revista de Psicologia da UNESP vol.17 no.1 Assis jan./jun. 2018*. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v17n1/v17n1a04.pdf>> Acesso em 08 ago. 2022.
- RESENDE, J. P. de.; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos Econômicos*, 41 (1). Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612011000100007>>. Acesso em 10 fev. 2022.
- RINALDI, D. A subjetividade hoje: os paradoxos da servidão voluntária. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4 (1), 2001. Recuperado em 21 abr. 2020, de <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100001>
- ROSA, Márcia. Jacques Lacan e a clínica do consumo. *Revista Psicologia Clínica*, 22 (1), pp. 157-171, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/tWMWvkkBBPsR8KDn3JhhCGC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 mar. 2023.
- ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4 (2), 329-348, 2004. Universidade de Fortaleza Fortaleza, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/271/27140208.pdf>> Acesso em 10 out. 2020, de
- ROSA, Miriam Debieux.; VICENTIN, Maria Cristina. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pela noção de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, ano X, n. 9, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>> Acesso em 19 abr. 2021.
- ROSA, M. D.; ESTÊVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, 22 (3), pp. 359-369, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35354>> Acesso em 19 out. 2021.
- ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, 2ª ed. São Paulo: Escuta, 2018.
- ROSA, M. D. *Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas*. Veredas, 2018. Disponível em: <<https://www.veredaspsi.com.br/biblioteca/psicanalise-implicada-vicissitudes-das-praticas-clinico-politicas>> Acesso em 17 de mai. 2021.
- SÁ, Alvinio Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

- SAFATLE, Vladimir. Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JR., Nelson; DUNKER, Christian. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, 79, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrge/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 ago. 2022.
- SANTOS, Boaventura Souza. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTIAGO, Jésus. O crime kakon: uma questão sobre a lei do gozo nas psicoses. *Curinga*, 17, pp. 128-135. Belo Horizonte: EBP-MG, 2001.
- SIQUEIRA, Elizabete Regina Almeida de; QUEIROZ, Edilene Freire de. A marca do caso: uma proposta metodológica. In. QUEIROZ, Edilene Freire de; ZANOTTI, Susane Vasconcelos (org). *Metodologia de pesquisa em psicanálise*, p. 75-92. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
- SIQUEIRA, Fídias Gomes. Inimigo íntimo [manuscrito] : um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise. / Fídias Gomes Siqueira. - 2016.[dissertação]. Programa de pós-graduação em Psicologia. - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, MG. Brasil.
- SIQUEIRA, Fídias Gomes; GUERRA, Andréa Maris Campos. Segregação e adolescência: uma perspectiva psicanalítica. In. GUERRA, Andréa Maris Campos; SILVA, Ana Carolina Dias; LIMA, Rodrigo Goes e (org). *Juventudes, Trauma e Segregação*, pp. 95-134. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- SOUZA, Juliana Marcondes Pedroza de; CALAZANS, Roberto; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. *Criminologia e Psicanálise: uma leitura dos atos infracionais na adolescência. Psicologia Clínica e Psicanálise*, 17/2, pp. 725-743, 2017.
- SOLER, Collete. O discurso capitalista. *Revista Stylus*, 22, pp. 55-67, 2011. Disponível em: <<http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/816/513>> Acesso em 30 jan. 2023.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SSPMG, Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - Anexo IX - Metodologia da medida socioeducativa de privação de liberdade, 2014. Recuperado em 29 de dezembro, 2022, de <http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2020/Outubro/editaiscogestao/05/09.%20Anexo%20IX%20%20Metodologia%20da%20medida%20socioeducativa%20de%20privao%20de%20liberdade.pdf>
- STRZYKALSKI, Stéphanie; GURSKI, Rose. Adolescência e lampejos: a construção de políticas de “sobrevivência”. *Estilos da Clínica*, 25, (1), p. 21-34, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/167288/160556>> Acesso em 24 mar. 2023.
- TEIXEIRA, Vanessa Leite; COUTO, Luís Flávio Silva. A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. *Psicologia em Estudos*, 15 (3), 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/pSw98rvx5VmLVpVqMwyjwKH/?lang=pt>> Acesso em 28 jan. 2023.
- TELLES, Sérgio. Refletindo sobre grupos e massas. *Jornal de Psicanálise*, 48 (88). pp.315-322, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v48n88/v48n88a25.pdf>> Acesso em 18 jan. 2023.

- TV Cultura. *Panorama com Clarice Lispector*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 1977. 1 vídeo (28 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU>>. Acesso em 10 out. 2021.
- VANIER, A. O sintoma social. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5 (2). Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000200001> Acesso em 05 abr. 2021.
- VIEIRA, Paula Rubea Bretanha Mendonça. *Psicanálise e guerra na contemporaneidade: sobre governamentalidade e soberania*. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- VORCARO, A. M. R. *Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico*. In: Moreira, Jacqueline Oliveira; Kyrillos Neto, Fuad. *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*, pp. 2-23. Barbacena: EdUEMG, 2010.
- WARPECHOWSKI, M. B.; CONTI, L. *Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social*. *Estilos da Clínica*, 23 (2), pp. 322-343, 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188484/001086932.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 23 mar. 2023.
- WENDLING, Michelle. *Psicanálise e política: sobre a servidão voluntária*. *Clínica & Cultura*, 7 (2), pp. 46-60, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/13045>> Acesso em 19 jan. 2023.
- WHITAKER, Christiane. *O campo infracional: sistema de justiça e a prática judiciária à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.